

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**ADRIANO DA COSTA VALADÃO**

**OS NÚCLEOS DE BASE DO MST E A CONSTRUÇÃO DA  
COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: ASSENTAMENTO CONTESTADO –  
ESTADO DO PARANÁ**

**PONTA GROSSA  
2005**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**ADRIANO DA COSTA VALADÃO**

**OS NÚCLEOS DE BASE DO MST E A CONSTRUÇÃO DA  
COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: ASSENTAMENTO CONTESTADO –  
ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa do  
Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade  
Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial  
para obtenção do título de mestre.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Antônia de Souza

**PONTA GROSSA  
2005**



***Aos camponeses sem-terra  
que nunca deixaram de lutar por suas utopias***

***Para Silvana, Guilherme e João Henrique***

## **Agradecimentos**

*Aos camponeses assentados, que muitas vezes deixaram suas atividades para nos receber...*

*Ao Adriano, Eng. Agrônomo do Assentamento Contestado pelos esclarecimentos e pelas acomodações nas diversas vezes em que estivemos por lá...*

*A meus pais... D. Tereza e S. Jesus, principalmente pelos momentos em que ficaram com as crianças para poder dar conta das atividades deste Mestrado.*

*A minha orientadora Profª Drª Maria Antonia de Souza, pela liberdade de escolhas, competência e envolvimento na pesquisa.*

*Ao Prof. .Dr Bernardo Mançano Fernandes pela disposição de participar do processo avaliação deste trabalho e pelas contribuições na banca de qualificação.*

*À Prof. Drª Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros, companheira de muitas lutas e pela contribuição no processo de avaliação deste trabalho.*

*Aos professores do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, em especial a Profª Drª Lúcia Cortes da Costa, pelo apoio em todos os momentos desta trajetória.*

*A todas as professoras do Departamento de Serviço Social, em especial a Josiane e Édina pela contribuição na elaboração do projeto inicial.*

*Aos companheiros Emerson (pelo apoio com as fotos) e Sandra(pelas traduções), companheiros de trabalho e luta, obrigado pelo apoio para a realização deste trabalho.*

*Aos colegas do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEPG, pelas discussões, principalmente à Cristiane, companheira de trabalho com a qual dividimos as angustias do mestrado.*

*A Tereza, companheira de trabalho que “agüentou as pontas” no Departamento durante minhas ausências.*

*Um agradecimento especial a Eliane Lopes da Silva(in memoriam), companheira de mestrado, de trabalho e de lutas que tão cedo nos deixou.*

*A UEPG pelo apoio para realização deste trabalho.*

## **PROVOCAÇÕES**

*A primeira provocação ele agüentou calado. Na verdade, gritou e esperneou. Mas todos os bebês fazem assim, mesmo os que nascem em maternidade, ajudados por especialistas. E não como ele, numa toca, aparado só pelo chão. A segunda provocação foi a alimentação que lhe deram, depois do leite da mãe. Uma porcaria. Não reclamou porque não era disso. Outra provocação foi perder a metade dos seus dez irmãos, por doença e falta de atendimento. Não gostou nada daquilo. Mas ficou firme. Era de boa paz.*

*Foram lhe provocando por toda a vida. Não pode ir a escola porque tinha que ajudar na roça. Tudo bem, gostava da roça. Mas aí lhe tiraram a roça. Na cidade, para aonde teve que ir com a família, era provocação de tudo que era lado. Resistiu a todas. Morar em barraco. Depois perder o barraco, que estava onde não podia estar. Ir para um barraco pior. Ficou firme.*

*Queria um emprego, só conseguiu um subemprego. Queria casar, conseguiu uma submulher. Tiveram subfilhos. Subnutridos. Para conseguir ajuda, só entrando em fila. E a ajuda não ajudava. Estavam lhe provocando.*

*Gostava da roça. O negócio dele era a roça. Queria voltar pra roça.*

*Ouvira falar de uma tal reforma agrária. Não sabia bem o que era. Parece que a idéia era lhe dar uma terrinha. Se não era outra provocação, era uma boa. Terra era o que não faltava. Passou anos ouvindo falar em reforma agrária. Em voltar à terra. Em ter a terra que nunca tivera. Amanhã. No próximo ano. No próximo governo. Concluiu que era provocação. Mais uma.*

*Finalmente ouviu dizer que desta vez a reforma agrária vinha mesmo. Para valer. Garantida. Se animou. Se mobilizou. Pegou a enxada e foi brigar pelo que pudesse conseguir. Estava disposto a aceitar qualquer coisa. Só não estava mais disposto a aceitar provocação.*

*Aí ouviu que a reforma agrária não era bem assim. Talvez amanhã. Talvez no próximo ano... Então protestou. Na décima milésima provocação, reagiu.*

*E ouviu espantado, as pessoas dizerem, horrorizadas com ele:*

**VIOLÊNCIA NÃO!**

*Luiz Fernando Verfssimo*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central compreender o papel dos núcleos de base na construção de formas de cooperação e organização nos assentamentos rurais do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para tanto utilizamos o instrumental da pesquisa qualitativa para a análise da dinâmica da organização dos núcleos de base no Assentamento Contestado, situado no município da Lapa (PR). A partir das deliberações do seu IV Congresso Nacional realizado em Brasília no ano de 2000, o MST traz novas propostas para a organização dos assentamentos rurais. Até essa data o modelo proposto predominantemente eram as CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária, que coletivizavam a terra e os meios de produção. A proposta dos núcleos de base traz uma ênfase maior das dimensões socioculturais e de certa forma, procura responder aos resultados das Cooperativas de Produção Agropecuária que, involuntariamente, acabaram por privilegiar a dimensão econômica. Nesta perspectiva analisamos a práxis nos núcleos, destacando a participação e as experiências de cooperação das famílias assentadas. Entendemos o MST como um movimento que organiza a classe camponesa e que contribui para a (re)criação do campesinato no Brasil. Analisamos a dinâmica das propostas e práticas de cooperação realizadas pelo MST na década de 1990 e o redimensionamento de suas propostas. Destacamos o processo organizativo dos núcleos de base do Assentamento Contestado, suas formas de cooperação, a participação nos núcleos, a agroecologia como ferramenta de luta e a resistência e a práxis da (re)criação da classe camponesa. Desta forma conclui-se que a experiência da organização das famílias assentadas em núcleos de base, apresenta limites como os conjunturais e aspectos individualistas da cultura camponesa (os quais são fomentados pelo modo capitalista de produção), mas são importantes espaços educativos para a ampliação da participação e da socialização entre as famílias assentadas e para progressivamente serem desenvolvidas atividades de cooperação. A participação nestes espaços, fortalece o sentimento de “ser MST” e a identificarem seus interesses comuns em contradição com interesses das classes dominantes contribuindo no processo de (re)criação do campesinato.

**Palavras-chaves:** Núcleos de base; cooperação, assentamento rural.

## **ABSTRACT**

**Key-works:**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	- Localização do Município da Lapa – Assentamento Contestado	- 16
FIGURA 02	- Esquema organizacional do Sistema Cooperativista do Assentados	77
FIGURA 03	- Organograma Nacional do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente	102
FIGURA 04	Organograma Estadual do setor de produção cooperação e meio ambiente	102
FIGURA 05	Localização da Fazenda Santa Amélia – atual Assentamento Contestado	112
FIGURA 06	Organização das famílias no Assentamento Contestado	119

## LISTA DE FOTOS

FOTO 01	- Área do Centro de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária do Contestado	- 110
FOTO 02	- Área de Pastagens do Grupo Coletivo Dom José Gomes	- 124
FOTO 03	- Agrovila do Núcleo Iguaçu	- 125
FOTO 04	- Beneficiamento de Eucalipto realizado pelo Núcleo Iguaçu	- 126
FOTO 05	- Produção da Agroindústria de Queijo	- 127
FOTO 06	- Reunião do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Assentamento Contestado	- 143
FOTO 07	- Cerimônia de inauguração da Escola Latina Americana de Agroecologia	- 152

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01	- Número de Ocupações de Terra no Brasil 1994 - 2004	-	81
Tabela 02	- Número de Famílias Assentadas 1994 -2004	-	81
Tabela 03	- Participação das famílias assentadas nos Núcleos de Base do MST segundo a declaração dos coordenadores	-	134
Quadro 01	- Principais formas de cooperação praticadas entre as famílias do Assentamento Contestado por Núcleo de Base	-	131-132

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
CCA	- Cooperativa Central de Reforma Agrária
CEACOOOP	- Curso de Especialização em Administração de Cooperativas
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CONCRAB	- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Ltda.
COTRAMIC	- Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Município de Castro Ltda.
CPA	- Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS	- Cooperativa de Prestação de Serviço
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	- Instituto Técnico da Reforma Agrária
LOC	- Laboratório Organizacional do Campo
MASTEL	- Movimento dos Sem-Terra do Litoral do Paraná
MASTEN	- Movimento dos Sem Terra do Norte do Paraná
MASTRECO	- Movimento dos Sem-Terra do Centro Oeste do Paraná
Mastro	- Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	- Organização das Cooperativas do Brasil
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	- Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	- Partido dos Trabalhadores
SCA	- Sistema Cooperativista dos Assentados
TAC	- Técnico de Administração de Cooperativas
UNB	- Universidade de Brasília
UNISINOS	- Universidade do Vale dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – Camponato e agricultura familiar: o debate teórico</b>	<b>25</b>
1.1 O debate teórico sobre o camponato e a agricultura familiar	25
1.2 Brasil – a superação do camponato?	33
<b>CAPÍTULO II – Organização dos camponeses através de movimentos sociais e a (re)criação do camponato</b>	<b>43</b>
2.1 Movimentos sociais	43
2.2 Movimentos Sociais do Campo no Brasil	46
2.3 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	50
<b>CAPÍTULO III – Cooperativismo e assentamentos rurais: O desenvolvimento da cooperação agrícola no MST</b>	<b>64</b>
3.1 Cooperação e cooperativismo	64
3.2 Assentamentos Rurais como espaço de (re)construção das relações sociais	69
3.3 A construção da cooperação nos assentamentos rurais do MST: propostas e práticas desenvolvidas	72
<b>CAPÍTULO IV – Do balanço da cooperação na década de 1990 aos núcleos de base do MST</b>	<b>86</b>
4.1 O balanço do MST sobre a cooperação agrícola na década de 1990	86
4.2 Os núcleos de base do MST	90
<b>CAPÍTULO V - Os núcleos de base e a organização do Assentamento Contestado</b>	<b>110</b>
5.1 O Assentamento Contestado e um pouco de sua história	110
5.2 A organização do Assentamento Contestado	116
5.3 As formas de Cooperação presentes no Assentamento Contestado	123
5.4 A participação dos Camponeses no Assentamento Contestado	133
5.5 A agroecologia como ferramenta de luta	145
5.6 A (Re)Criação do camponato	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>170</b>

## INTRODUÇÃO

Nos seus 21 anos de história, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra inova ao não se limitar à luta apenas pela terra. Traz novos conteúdos, demandas que até então não estavam na pauta dos movimentos camponeses. Nestas demandas estão a luta por uma Educação do Campo, que seja baseada nas necessidades e respeito à cultura camponesa e a busca pela viabilização sócio-econômica das famílias camponesas assentadas.

No final da década de 1970 os acontecimentos que mais se destacam no cenário político nacional são as lutas populares<sup>1</sup>. Dentre os diversos espaços de luta está a retomada da luta pela terra. Foi nesse cenário que se deu a gênese do MST, que se tornou a principal força de luta pela Reforma Agrária no Brasil.

Na década de 1990 destaca-se, no MST, a proposta das Cooperativas de Produção Agropecuária, que propunham a coletivização dos meios de produção. Este modelo trazia inovações para o cenário brasileiro, mas, que enfrentava além das dificuldades conjunturais, resistências entre as famílias camponesas assentadas, entre as quais predomina a vontade de reproduzir o modelo tradicional camponês ou em alguns casos, de conseguir no seu pequeno pedaço de terra e com o pouco capital disponível reproduzir em pequena escala a agricultura capitalista.

---

<sup>1</sup> Sader (1991) traz um panorama das lutas populares na década de 1970 em São Paulo, destacam-se os clubes de mães da periferia sul; a oposição metalúrgica de São Paulo; o movimento de saúde da periferia leste e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Com os desafios que a constituição de cooperativas apresentava (resistência dos camponeses, dificuldades financeiras, burocracia estatal e a repressão a essas cooperativas) o MST reavalia o método de cooperação adotado e propõe outra forma de organização dos assentamentos através de núcleos de base. A organização dos núcleos acontece a partir das resoluções tomadas no VI Congresso Nacional, realizado em 2000. Os núcleos de base do MST que são organizados a partir de grupos de famílias agrupadas por proximidade e/ou afinidades, como veremos no decorrer deste trabalho.

Para realizar este trabalho delimitamos os seguintes objetivos:

- Compreender o papel dos núcleos de base na construção de formas de cooperação nos assentamentos rurais;
- Caracterizar as propostas de cooperação agrícola do MST, destacando sua trajetória, seus objetivos e os fundamentos teóricos que nortearam as suas diversas fases;
- Destacar as experiências associativas vivenciadas no assentamento pesquisado;
- Caracterizar e analisar o funcionamento dos núcleos pesquisados nos assentamentos e a sua importância para a cooperação.

A questão central desta pesquisa resume-se na pergunta “Como os núcleos de base do MST poderão constituir-se em espaços para a construção da cooperação e da organização social das famílias assentadas, fortalecendo processos de resistência no campo?”

Considerando o tempo disponível para a realização desta pesquisa, selecionamos um Assentamento no Estado do Paraná para o trabalho de campo. A

escolha deste Estado justifica-se pela sua importância na história do MST, pois foi na cidade de Cascavel que em 1984 aconteceu sua “fundação oficial”. Movimentos de luta pela terra no Paraná<sup>2</sup> junto com movimentos sem terra da Região Centro Sul do Brasil criaram o MST em 1984. Este Estado também possui uma grande diversidade de experiências associativas, incluindo experiências bem sucedidas das CPAs<sup>3</sup>; e porque, segundo suas lideranças foi o Estado que mais tinha avançado na nova proposta de organização do MST através de núcleos de base.

O Estado do Paraná destaca-se ainda por possui 270 projetos de assentamentos rurais, incluindo Assentamentos realizados pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado do Paraná, pela Eletrosul e projetos de Colonização. Esses projetos beneficiaram 16.014 famílias<sup>4</sup>. Na pressão pela efetivação destes assentamentos destacam-se as ações do MST, segundo Fernandes (2000) cerca de 78 % dos assentamentos (82% das famílias) eram vinculadas ao MST até 1997/1998. Também foram constituídas 12 (doze) Cooperativas filiadas à CCA – Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná<sup>5</sup>. O MST também organizou no Estado do Paraná escolas de formação que são: a Escola Milton Santos (Maringá); José Gomes da Silva - Itepa<sup>6</sup> (São Miguel do Iguaçu) e CEAGRO<sup>7</sup> (Cantagalo) e a Escola Latino Americana de Agroecologia (Lapa); as três primeiras ministram cursos

---

<sup>2</sup> Segundo BONIN et al(1987) estavam organizados no Estado do Paraná no início da década de 1980 o MASTRO – Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná; MASTEL – Movimento dos Sem Terra do Litoral do Paraná; MASTEN – Movimento dos Sem Terra do Norte do Paraná e MASTRECO – Movimento dos Sem Terra do Centro Oeste do Paraná.

<sup>3</sup> Como é o caso da COPAVI, no município de Paranacity.

<sup>4</sup> Segundo listagem obtida junto ao INCRA havia 16.014 famílias assentadas sendo que destas 14798 famílias foram assentadas pelo Governo Federal; 226 famílias foram assentadas pelo Governo do Estado do Paraná; 225 famílias foram assentadas pela Eletrosul e 765 famílias assentadas em projetos de Colonização. (BRASIL, 2004).

<sup>5</sup> Destas 06 (seis) CPS- Cooperativas de Prestação de Serviço e 05 (cinco) CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária e uma de crédito, a CCA ainda possui duas filiais, uma em Santa Maria do Oeste e outra em Lindoeste. (MST, 2003b).

<sup>6</sup> ITEPA: Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária

<sup>7</sup> CEAGRO: Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente.

médios e pós médios para assentados e filhos de assentados e a última, que iniciou suas atividades em agosto de 2005, formará Tecnólogos em Agroecologia, curso de nível superior. Todos esses cursos são ministrados em convênio com a Universidade Federal do Paraná.

Na aproximação com o objeto de pesquisa, procuramos estar presente em diversas atividades realizadas pelo MST, como Encontro Estadual, Jornadas de Agroecologia, reuniões, encontro de jovens, mutirões, e visitas à acampamentos e assentamentos .

Nesta fase que podemos considerar como exploratória, foi que, aliada ao estudo da bibliografia sobre o tema, detectamos a centralidade dos núcleos de base na proposta atual de cooperação e organização dos assentamentos, assim como a pouca produção científica sobre o tema específico.<sup>8</sup>

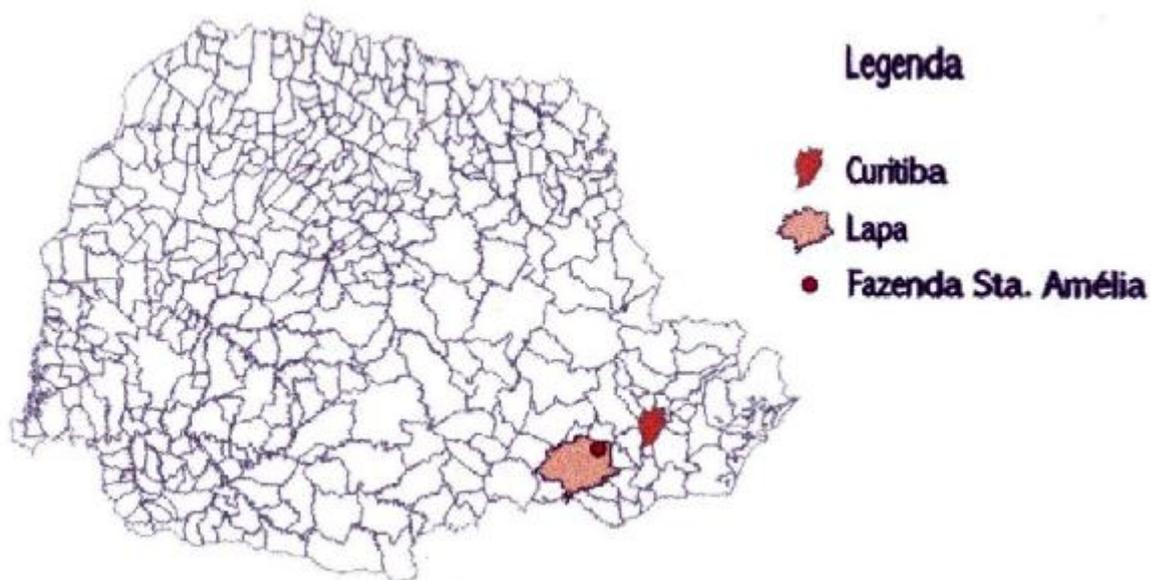
Dando continuidade à pesquisa, estabelecemos critérios para delimitar o Assentamento a ser pesquisado, os quais são 1) exclusão de acampamentos e/ou assentamentos muito recentes (menos de 1 ano de organização), que ainda não apresentam uma experiência consolidada de vivência nos núcleos, também porque quando as famílias estão acampadas, há uma coesão social maior, visto que as famílias estão unidas por um objetivo comum, a conquista da terra. 2) Exclusão de assentamento que estivessem organizados no formato de CPA – Cooperativas de Produção Agropecuária, pois já existe uma produção bibliográfica considerável sobre este tema<sup>9</sup> e 3) escolher um Assentamento em que a proposta de organização dos núcleos tenha se destacado no Estado do Paraná,

---

<sup>8</sup> Fabrini (2002) que focaliza sua análise em ações coletivas e comunitárias dos camponeses assentados, fala sobre o início do processo de organização dos núcleos nos assentamentos.

<sup>9</sup> Por exemplo Christófoli (2000); Costa (2001); Schimanski (1998); Souza (1999); Vianna (2003) entre outros

pois segundo as lideranças do MST, a organização dos núcleos é um processo em construção, processo que está em diferentes níveis em cada assentamento.



**FIGURA 01 – Localização do Assentamento Contestado (Fazenda Santa Amélia) e do Município da Lapa no Estado do Paraná.**

Fonte: DESER (2001)

Após a definição dos três critérios, decidimos realizar nosso trabalho de campo no Assentamento Contestado, implantado no imóvel anteriormente denominado de Fazenda Santa Amélia, situado no município da Lapa, região metropolitana de Curitiba.

O primeiro passo para realização desta pesquisa foi a coleta de informações preliminares junto à lideranças e técnicos que trabalham nos assentamentos; como o número de núcleos, setores, atividades que desenvolvem, etc. Optamos neste trabalho por uma pesquisa qualitativa, a qual traz elementos da totalidade do assentamento, pois através das singularidades podemos apreender elementos da totalidade pois:

Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um “Nós”, mesmo que a estrutura atual da

sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse “Nós” e a transformá-la numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas as outras. (GOLDMANN, 1967, p. 18).

Para a concretização do presente trabalho, utilizamos o instrumental da pesquisa qualitativa, a entrevista semi-estruturada, a qual é considerada um dos procedimentos mais usuais na pesquisa qualitativa, pois “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a compreensão de sua totalidade tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores”. (TRIVINOS, 1992, p. 152).

As questões estavam relacionadas com a trajetória de vida das famílias, experiências associativas vivenciadas ou não, funcionamento dos núcleos, participação nos núcleos e em outras atividades do MST e outros aspectos relacionados. Desta forma realizamos dezessete entrevistas com moradores do Assentamento Contestado. Delimitamos como critério entrevistar pelo menos um (1) coordenador por núcleo, já que os mesmos possuem um coordenador e uma coordenadora. Sete (7) entrevistas foram realizadas em um primeiro momento, na qual atingimos 50% (cinquenta por cento) dos núcleos, e um coordenador de brigada<sup>10</sup> de cinquenta (50) famílias e o coordenador do Setor de Produção também da brigada de cinquenta (50) famílias. Essas sete (7) entrevistas apoiaram na apreensão dos elementos da organização dos núcleos e também foram utilizadas no material apresentado para a qualificação.

Num segundo momento realizamos novas entrevistas, desta vez atingindo a totalidade dos núcleos, 10 (dez) entrevistas, sendo que em dois casos conseguimos conversar com o coordenador e a coordenadora do núcleo. Além das

---

<sup>10</sup> As brigadas são a denominação utilizada pelo MST para o agrupamento de vários núcleos, são organizadas brigadas de 50 famílias ( composta por 5 núcleos ) e de 500 famílias ( composta por 10 brigadas de 50 famílias).

entrevistas foram coletadas informações com técnicos e outros militantes do MST sobre o assentamento.

A observação direta em campo também permeou todo este trabalho, realizada durante todas as oportunidades em que estivemos presente no Assentamento Contestado:

...”observar”, naturalmente não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (...) algo especificamente, prestado, por exemplo, atenção em suas características (...). Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separada do seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo de contradições, dinamismos, de relações, etc. (TRIVINOS, 1992, p. 153).

Delimitado os procedimentos metodológicos, destacamos as categorias de análise que tomamos como ponto de partida na pesquisa: a práxis, a experiência e a participação.

O MST como um movimento social com caráter de classe, que contrapõe a classe camponesa às classes dominantes (inicialmente os latifundiários e depois também a burguesia<sup>11</sup>), desenvolve diversas experiências procurando (re)criar a classe camponesa (FERNANDES, 2000).

As classes vivenciam um processo de formação que, para Thompson (1984, p. 38) se dá da seguinte forma:

acaecen al vivir los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al experimentar sus situacionales determinantes, dentro 'del conjunto de relaciones sociales', con una cultura y unas expectativas heredadas, ya la modelar estas experiencias em formas culturales. De modo que, al final, ningún modelo puede proporcionar lo que debe ser la “verdadera” formación de clase em una determinada “etapa” del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más ver real que otra, y clase se define a sí misma em su efetivo acontecer. (...) Las clases,

---

<sup>11</sup> Martins (1981, p. 177) coloca que: “Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

en este sentido, no son más que casos especiales de las formaciones históricas que surgen de la lucha de clases<sup>12</sup>. (THOMPSON, 1984, p. 38)

Assim, o MST, mesmo representando apenas uma parcela do campesinato, desenvolve ações no sentido de criar um sentimento de classe, num processo que se desenvolve através de uma práxis permanente, práxis que entenderemos como:

a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, com o ser que cria a realidade (humano-social), e que, *portanto*, compreende a realidade (humana e não-humana). A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é a determinação da existência humana como *elaboração* da realidade. (KOSIK, 2002, p. 222).

Ou como coloca Freire (2003, p. 38)

Reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos [...] exata superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, como que objetivando-a, simultaneamente atual sobre ele. Por isto, inserção crítica e ação já são a mesma coisa. Por isto também é que o mero reconhecimento de uma realidade que não leve a esta inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva, precisamente porque não o reconhecimento verdadeiro.

A práxis do MST é composta de várias experiências que se originam na ação dos acampamentos e assentamentos, sendo (re)elaboradas teoricamente pelas suas lideranças, assessores e mediadores, originando novas práxis sociais. As experiências da cooperação desenvolvem-se a partir de necessidades das famílias assentadas, para as quais as lideranças, os mediadores e os assessores procuram apresentar suas propostas. Influenciadas por elementos técnicos e ideológicos, os formatos das cooperativas vão se alterando no tempo e no espaço a partir das condições singulares de cada assentamento, família assentada e conjuntura política.

---

<sup>12</sup> As classes acontecem quando os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro “do conjunto de relações sociais”, com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais. De modo que, ao final, nenhum modelo pode proporcionar o que deve ser a “verdadeira” formação de classe em uma determinada “etapa” do processo. Nenhuma formação de classe propriamente dita da história é mais real que outra, a classe se define a si mesma em seu efetivo acontecer(...). As classes, neste sentido, não são mais que casos especiais das formações históricas que surgem da luta de classes.

A importância destas condições singulares mostrou que todos os modelos de cooperação propostos pelo MST se desenvolvem na práxis, adaptando-se às várias condições singulares e transformando outras. O MST precisou incorporar práticas tradicionais dos camponeses em sua proposta de cooperação e provocar a superação de outras práticas, para avançar em direção a (re)construção e organização política da classe camponesa. Em alguns momentos, como nos LOCs, procurou-se aplicar conceitos teóricos desenvolvidos em culturas e conjunturas diferentes das diversas realidades regionais brasileiras, desta forma, os resultados ficaram muito aquém do desejado.

A experiência é uma das categorias propostas por Gohn (1997, p. 265) para a análise dos movimentos sociais da América-Latina. As experiências não podem ser consideradas como algo “pronto, acabado ou inerte”, mas sim no sentido trabalhado por Thompson (1981, p. 189) quando afirma que:

...as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (...) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ...

Experiências estas que são a essência da práxis das famílias camponesas, assim como coloca o próprio Thompson (1981, p. 121) ao discutir a formação da classe social, pois esta:

Não antecede, mas surge da luta (...) as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorizar em termos de classe: assim, o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sobre condições que são “dadas”.

As experiências vivenciadas pelas famílias assentadas atuam também no sentido de se criar uma consciência de classe, a qual Thompson (1987, p. 10) afirma:

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Essa idéia ajuda a compreender a grande heterogeneidade mesmo entre grupos de famílias camponesas assentadas que possuem um histórico de vida semelhante. Mesmo com as famílias que possuindo a experiência comum da luta pela terra, da exploração por parte do latifundiário ou do patrão, elas vivenciaram experiências culturais, étnicas e familiares diversas, o que influencia suas aspirações futuras.

A experiência da cooperação apresenta elementos técnicos científicos, trazidos principalmente pelos mediadores e assessores; elementos culturais dos camponeses e elementos ideológicos, pois cada sujeito envolvido traz suas concepções de sociedade. Os elementos ideológicos podem se ver presentes, na defesa da incorporação dos assentados em uma economia de mercado, ou na utilização da cooperação como instrumento de luta para uma sociedade mais justa e que proporcione condições dignas de vida para todos.

Esta sociedade mais justa e digna é identificada, principalmente por lideranças e assessores do Movimento, com princípios socialistas. Para os camponeses, que a princípio desejam a reafirmação da propriedade privada e que geralmente não possuem a mesma compreensão a respeito das formas de sociedade (capitalista ou socialista) e não defendem *exatamente* o socialismo, querem também uma sociedade mais justa, que lhes proporcione condições dignas de vida.

Outra categoria proposta por Gohn (1997) é a *participação*, a qual tem origem no pensamento liberal, é apropriada pelas camadas populares e (re)pensada, colocada agora, não apenas no sentido de contribuir para que se alcance alguma realização da sociedade determinada pelos seus dirigentes e de evitar a ingerência do Estado na vida das pessoas, principalmente no direito do livre mercado. Participação tem o sentido, para as camadas populares, de participar das decisões sobre o destino desta sociedade.

A respeito da participação Demo (1988, p. 18) coloca que a:

Participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo.(..) Não existe participação suficiente e acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.

Neste entendimento as organizações populares devem procurar sempre avançar e ampliar os canais de participação, procurando envolver um maior número possível de pessoas nas atividades. Cada vez mais a sociedade tomando suas decisões e cada vez menos delegar poderes a um pequeno grupo para tomar as decisões em nome da maioria, decisões que muitas vezes vão de encontro a vontade da ampla maioria da população. Para Gohn (2003, p. 28) a participação existe:

quando há um sentimento de que os indivíduos têm valor e são necessários para alguém, quando percebem sua própria contribuição, e que têm um lugar na sociedade, que são úteis, que são valorizados por alguém. Para tal, os indivíduos necessitam de um meio ambiente consistente do ponto de vista de relacionamento, contatos e laços sociais Para participar, os indivíduos têm que desenvolver a auto-estima, mudar sua própria imagem e as representações sobre a sua vida. Ter apenas um emprego não resolve o problemas da participação, porque os indivíduos devem ter também motivações, (GOHN, 2003, p. 28).

Desta forma adotaremos neste trabalho o seguinte conceito de participação:

Participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação mas a uma forma específica, que leva à mudança e à transformação social. (GOHN, 2005, p. 30-31).

Assim analisamos o MST, entendendo-o como parte da classe camponesa que se organiza para resistir a exploração, procurando (re)criar-se enquanto classe, desenvolvendo experiências e ampliando a participação desta parcela da população na vida política do país para a luta por transformações sociais, procurando conquistar benefícios reais, e fazer com que seus membros sintam-se como sujeitos de sua própria história. No MST, os Núcleos de Base estão sendo compreendidos como fruto da práxis coletiva e nele discute-se a práxis organizativa como momento de recriação e fortalecimento da cultura camponesa.

Para tanto, organizamos esta dissertação em cinco capítulos. No primeiro retomamos pontos da análise clássica sobre o campesinato, incluindo o debate que ganhou corpo nas últimas décadas sobre a metamorfose dos camponeses em agricultores famílias e os desdobramentos deste debate no Brasil. Apoiamos as reflexões em autores como autores como Lênin(1982); Kautsky(1998); Chayanov(1981); Shanin(1980); Lamarche(1994); Abramovay(1992) e Fernandes(2000).

No segundo capítulo destacamos a organização dos camponeses através dos movimentos sociais, na história recente do Brasil, focalizando a práxis do MST, foco de nossa pesquisa e considerado o Movimento Social de maior destaque no Brasil desde meados de 1990.

Na dinâmica do MST, um dos aspectos que se destaca é da cooperação. Assim no terceiro capítulo apresentamos as propostas e experiências

de cooperação do Movimento baseados nos documentos por ele publicados e de trabalhos acadêmicos sobre o tema.

No quarto capítulo apresentamos as avaliações realizadas pelo MST sobre o processo de cooperação ao longo da década de 1990 e a proposta de organização dos assentamentos em núcleos de base implementada a partir de 2000.

Finalmente, no último capítulo, analisamos a experiência de organização dos núcleos de base no Assentamento Contestado do Estado do Paraná.

## CAPÍTULO I

### CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: O DEBATE TEÓRICO

*Madrugada camponesa.  
Faz escuro (já nem tanto),  
vale a pena trabalhar.  
Faz escuro mas eu canto  
porque a manhã vai chegar.  
(Thiago de Mello)*

Neste capítulo realizamos uma retomada do pensamento econômico e sociológico sobre o campesinato, com destaque para a contribuição de alguns dos autores considerados clássicos neste tema, também traremos elementos sobre recente debate sobre a metamorfose dos camponeses em agricultores familiares. Finalizando o capítulo, focalizamos a discussão sobre a repercussão desse debate no Brasil.

#### **1.1 - O debate teórico sobre o campesinato e a agricultura familiar**

O referencial para a análise do campesinato remete principalmente a autores clássicos dentre os quais se destacam Lenin (1982) e Kautsky (1980). Posteriormente temos a contribuição de Chayanov (1980), Shanin (1980) e finalmente Lamarche (1993) e Abramovay (1992), os quais defendem a metamorfose dos camponeses em agricultores familiares. Apoiados nas teorias desenvolvidas por esses autores e em interpretações realizadas em diversos trabalhos acadêmicos, procuramos analisar as características do campesinato e sua resistência no capitalismo, em seguida damos uma atenção especial ao campesinato brasileiro, e ao final do capítulo, destacamos as categorias de análise deste trabalho.

Partimos do pressuposto de que não é possível a simples transposição e aplicação das idéias e conceitos desenvolvidos em épocas e conjunturas diferentes para a atualidade. Mas, é importante considerar o legado teórico de diversos pensadores, pois os mesmos contribuem para o entendimento da realidade e, como no nosso caso, para a compreensão do campesinato atual, da mesma forma que ajudam a compreender a origem de interpretações atuais. No que se refere a questão agrária existe, como coloca Paulino (2003, p. 27):

um certo fetiche entre os estudiosos contemporâneos da questão agrária (...) muitos a tomaram como profecia, na medida em que a utilizaram desconsiderando que o território é dinâmico e adquire feições próprias em virtude da multiplicidade de variáveis amalgamadas no permanente movimento da realidade. Desta maneira, o esforço de desvendamento da realidade não pode se pautar em protótipos estáticos, congelados. Equívocos dessa natureza estão registrados na história brasileira, os quais têm conduzido a uma abordagem preconceituosa do papel político dos camponeses em nossa sociedade.

Dentre os autores, que primeiro deram uma atenção especial ao campesinato, destacam-se Lênin (1982) e Kautsky (1980). O primeiro faz sua análise do campesinato russo no final do século XIX, num contexto de um país autocrático, de economia essencialmente agrícola, onde resistiam formas feudais de organização. Sua análise também faz parte de polêmico embate teórico travado com os chamados economistas populistas. Em seu trabalho, o autor desenvolve os conceitos da diferenciação e desintegração do campesinato. Para ele “a situação econômica e social em que hoje se insere o campesinato russo é a da economia mercantil (...) o camponês está inteiramente subordinado ao mercado” (LÊNIN, 1982, p. 113).

Desta forma, o campesinato apresenta todas as:

contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarianização da maioria e sua espoliação

pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas (LENIN, 1982, p. 113).

Assim, Lênin (1982, p.113) defendia que “o conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato”. Processo que leva a:

um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato “médio”, criando dois tipos novos de população rural, cujo denominado comum é o caráter mercantil, monetário da economia. O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico englobando os cultivadores independentes (...), os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais etc. (...) O outro tipo novo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário. Esse tipo envolve o campesinato pobre, incluindo aí o que não possui nenhuma terra (LÊNIN, 1982, p. 115).

A contribuição de Lênin (1982) tem como base uma concepção de luta de classes em que existiriam somente duas classes antagonistas: a burguesia e o proletariado. O campesinato, sendo um resquício do regime feudal e um entrave ao desenvolvimento do capitalismo, estaria condenado a transformar-se em uma destas classes. Sua análise é permeada por uma certa concepção de transformação da sociedade, na qual o pleno desenvolvimento do capitalismo provocaria a sua própria superação (pelo socialismo) devido a suas próprias contradições:

A partir da obra de Lênin, pode-se reconhecer um campesinato na contramão do capitalismo; um obstáculo ao progresso trazido pela expansão das relações capitalistas no campo, sendo para isso, necessária uma revolução democrático-burguesa para remover as relações não-capitalistas ( pagamento em trabalho, por exemplo), por outro lado, verifica-se o campesinato como especificidade da dinâmica capitalista e da revolução, colocando a discussão dos camponeses no interior do processo social (FABRINI, 2002, p. 44).

Shanin (1980) chama a atenção para o fato de que Lênin, após a publicação do texto acima citado (ocorrida em 1899), opera lentamente significativas mudanças em sua concepção sobre o campesinato, essas mudanças permitiram

que fosse aceita a permanência do campesinato após a Revolução Russa de 1917, principalmente, após a elaboração da NEP (Nova Economia Política) em 1921. No final da década de 1920 é que Stalin *decide* mostrar que não havia lugar para o campesinato no mundo moderno e, assim, provoca a coletivização forçada e os que resistiram foram assassinados.

Kautsky (1980) publica em 1898 *A questão agrária*, livro baseado nos intensos debates travados no interior do Partido Social Democrata Alemão, no final do século XIX. Num país, no qual o capitalismo já estava muito mais desenvolvido do que na Rússia, ele acreditava que o capitalismo industrial avançaria para o campo e, baseado em diversos exemplos da realidade alemã, mostrava a superioridade econômica da grande exploração sobre a pequena exploração. Para Kautsky (1980, p. 321):

Foram criadas, assim, as condições técnicas e científicas da agricultura racional e moderna, a qual surgiu com o emprego das máquinas e deu-lhes pois, a superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa (KAUTSKY, 1980, p. 321).

Paulino(2003, p. 30) ao analisar a contribuição de Kautsky coloca que neste autor :

encontramos um inédito esforço em transpor para a agricultura os pressupostos construídos por Marx, nos quais prevalece a concepção de que o desenvolvimento capitalista no campo seria uma extensão dos processos verificados na indústria. Cumpre salientar que, nessa passagem, já se perde muito da riqueza do pensamento de Marx, construído sobre a tríade terra, trabalho e capital, pois em grande medida, as análises privilegiam apenas o embate entre burgueses e proletários.

Kautsky e Lênin fizeram suas análises, procurando interpretar Marx e transpor as categorias que ele utilizou para compreender o capitalismo industrial que estava se consolidando. Conforme coloca Paulino (2003, p. 29) Marx, “não se

deteve com o mesmo esmero nas questões relativas à agricultura” como se deteve em sua análise do sistema capitalista.

Desta forma, Paulino (2003, p. 31) analisa que, sem desconsiderar as contribuições de Lênin e Kautsky, as quais mostraram uma extraordinária análise sobre a “ação transformadora do capitalismo” mas, “a insuficiência de seus quadros de análise decorre, sobretudo, da concepção linear do processo histórico, que pressupunha etapas a serem cumpridas para se chegar ao socialismo”.

Suas análises foram realizadas, como já colocamos, em meio a um intenso debate teórico dentro de suas realidades específicas nas quais o campesinato ainda possuía traços da organização feudal, assim, o camponês era visto inevitavelmente como um representante do passado. O quadro teórico destes autores levava-os a concluir que o socialismo somente seria implantado após o pleno desenvolvimento do capitalismo e, portanto, o campesinato, como um resquício do passado, deveria ser eliminado para que, devido às próprias contradições do capitalismo, se desenvolvessem as condições para a implantação do socialismo. Mas esta é uma previsão que, no nosso entender, não passa de uma possibilidade, pois a teoria da inevitabilidade do socialismo acaba por romper com a própria dialética.

Shanin (1980, p. 57) coloca que:

O capitalismo juvenil e otimista do século XIX influenciou muito a visão marxista clássica. Era visto como agressivo, construtivo, dominador e supereficaz em sua capacidade de se expandir. Como o dedo de Midas que transforma em ouro tudo o que toca, o capitalismo também transforma em capitalismo tudo o que toca. A terra é o limite. À luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é, os camponeses são um exemplo.

Já para Chayanov (1974;1981) não se pode avaliar a propriedade camponesa com base nas mesmas categorias em que se avalia um

empreendimento capitalista. O primeiro não tem como objetivo a extração da mais-valia<sup>13</sup>, mas, sim, satisfazer as necessidades familiares, ou seja, sua viabilidade é medida por um caráter muito mais qualitativo do que quantitativo:

Só se pode calcular (medir) a quantidade considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente, é insuficiente, falta tal ou qual quantidade; é este o cálculo que se faz aqui. Devido à flexibilidade das próprias necessidades, este cálculo não necessita ser muito exato. Portanto não se coloca a questão da lucratividade comparada dos diversos dispêndios: por exemplo, se será mais lucrativo ou vantajoso cultivar cânhamo ou pastagem. Pois estes produtos vegetais não são permutáveis e não podem substituir um ao outro; não se pode aplicar uma norma comum a eles. (CHAYANOV, 1981, p. 137)

Chayanov (1981, p. 138-139), baseado em estudos empíricos principalmente do campesinato russo, defende que “o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”.

Paulino (2003, p. 30) coloca que:

para Lênin, as teorias enquadradas no rótulo ‘explorações fundadas no trabalho familiar’ seriam românticas, já que ocultavam o grau de miserabilidade do camponeses (...) seriam estritamente burguesas pôr não exporem para a sociedade os conflitos de classe.

Assim podemos ver que, entre os autores clássicos, Chayanov foi o que melhor apreendeu a organização produtiva a partir dos parâmetros utilizados pelo próprio campesinato. Já por outro lado, Lênin e Kautsky são os que melhor expõem o processo de exploração do campesinato pelo sistema capitalista.

Shanin (1980, p. 46) procura distinguir os camponeses dos outros agricultores, trazendo “seis categorias de características”, a saber: a primeira refere-se ao uso da mão-de-obra familiar, propriedade dos meios de produção, presença

---

<sup>13</sup> A mais-valia é o valor representado pela diferença entre o preço de venda de uma determinada mercadoria e a remuneração que o trabalhador recebe ao produzir essa mesma mercadoria. Para uma análise mais detalhada deste processo a referência obrigatória é *O Capital* de Karl Marx (MARX, 1988).

da economia de subsistência e não-especialização. A segunda diz respeito aos “padrões e tendências da organização política dos camponeses”. A terceira categoria diz respeito às “normas e cognições típicas e muito semelhantes”. A quarta categoria é a semelhança das “unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento”. A quinta categoria traz que é possível analisar isoladamente a “dinâmica específica da sociedade camponesa” e, finalmente, “as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses”. O autor chama a atenção para estas generalizações pois, “como um conceito não implica obviamente a homogeneidade dos camponeses”.

Shanin (1980) ainda destaca que a base do campesinato é a exploração familiar do trabalho; já, por outro, Lamarche (1993), coordenando uma pesquisa realizada em 5 países, com diferentes realidades sócio-econômico-políticas (França, Canadá, Brasil, Tunísia e Polônia), procura mostrar que a exploração familiar não é sinônimo de exploração camponesa, a qual pode conter diferentes grupos. Sua pesquisa sugere a emergência de uma nova categoria, a agricultura familiar, a qual tem como característica que, a diferencia do campesinato, a forte relação econômica com o mercado, adotando inclusive padrões tecnológicos modernos, mas mantém o trabalho familiar como base da organização produtiva de sua propriedade, a qual é a principal característica do campesinato.

O autor tem, como eixo central de análise, o “grau de integração na economia de mercado (...) tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural” (LAMARCHE, 1993, p. 18-19). Desta forma, pode haver grupos que utilizam as mais avançadas tecnologias, como grupos tipicamente camponeses.

Assim, “a exploração camponesa é familiar [...] mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (LAMARCHE, 1993, p.16).

Para o autor:

O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam em sua história e as ambições que têm para o futuro (LAMARCHE, 1993, p.19)

Lamarche (1993), ao que parece, apoiado na análise weberiana dos tipos ideais, coloca que a exploração familiar pode ser analisada a partir de dois modelos: o “modelo original”, o qual deu origem a cada exploração familiar e o “modelo ideal”, o qual é representado pelas suas ambições para o futuro. Desta forma o autor defende que: “A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é o caso da exploração camponesa ou da empresa de produção” (LAMARCHE, 1993, p. 20).

Assim, a partir dos modelos propostos, sua análise origina-se a partir das “noções de bloqueio e ruptura” (LAMARCHE, 1993, p. 20). A primeira aparece quando as estratégias para se atingir o modelo ideal não podem ser alcançadas (por exemplo, pelo modelo de sociedade ou restrições da política de crédito) e, a segunda acontece quando existe um “antagonismo profundo entre o Modelo Ideal e o modelo dominante preconizado pelo sociedade global”. O autor traz que, na impossibilidade da superação deste antagonismo, a “única saída possível é o desaparecimento da exploração”. Sob o ponto de vista do mercado, esse é o caminho correto e já apontado por Lênin e Kautsky, mas o autor não considera a reprodução das relações não capitalistas dentro do próprio capitalismo. Na impossibilidade desta ruptura, os pequenos agricultores (ou parte deles) continuam

perseguindo seus projetos de produção autônoma<sup>14</sup>, e isso ajuda a explicar os fenômenos da migração para regiões de fronteiras agrícolas e os movimentos camponeses como os cocaleros na Bolívia, os Zapatistas no México e as diversas organizações ligadas à Via Campesina<sup>15</sup>, claro que consideradas as devidas diferenças regionais, culturais e sociais entre cada um destes.

## 1.2 - Brasil: a superação do campesinato?

No Brasil, a partir de meados da década de 1990, ganha força a interpretação de que o campesinato estaria desaparecendo e que em seu lugar estaria surgindo o *agricultor familiar*.

Destaca-se, neste debate teórico, o trabalho de Abramovay (1992) que traz como elemento central a diferenciação entre agricultura familiar e camponesa, sendo que a primeira, a partir da influência do trabalho de Lamarche(1993), tem como característica principal a sua inserção em relações

---

<sup>14</sup> Almeida (1994, p. 215) elabora uma classificação sobre as formas de autonomia na agricultura, sendo que são “três grandes espaços de autonomia que correspondem mais ou menos, cada um a sua maneira, ao campo cultural, econômico e político, respectivamente: aquele da *autonomia camponesa*, outro que chamamos de *autonomia-solução*, e um outro da *autonomia com traços predominantemente políticos*. Insistimos no fato que essas autonomias específicas não são totalmente impermeáveis, nem perfeitamente delimitadas”. A primeira forma traz como dimensão essencial, a autonomia da estrutura da produção, a do seu espaço ou território específico e a da gestão do seu próprio tempo de trabalho. Na segunda forma, há um predomínio das soluções locais, sejam individualmente ou em pequenos grupos, estas soluções procuram ser imediatas, acreditam que é impossível resolver os problemas coletivamente em grandes grupos sociais e a autonomia-política é a que procura “articular o econômico *sobre e no* interior do político e social e traz a reivindicação de poder para a sociedade civil em contraposição aos “aparelhos públicos e políticos dominantes” (p. 219).

<sup>15</sup> A Via Campesina, segundo informações coletadas na sua página na Internet “es un movimiento internacional que coordina organizaciones campesinas de medianos y pequeños agricultores, de trabajadores agrícolas, mujeres y comunidades indígenas de Asia, Africa, América y Europa. Es un movimiento autónomo, pluralista, independiente de denominaciones políticas, económicas o de otra índole. Está integrada por organizaciones nacionales y regionales, cuya autonomía es celosamente respetada. Está organizada en 7 regiones: Europa, Nordeste y Sudeste de Asia, Asia del Sur, América del Norte, El Caribe, Centro América y América del Sur. La Via Campesina tiene un miembro y colabora con otras organizaciones campesinas en Africa.”. Em maio de 2003, estavam ligadas a ela 89 organizações camponesas nos continentes acima citados (VIA CAMPESINA, 2005).

nitidamente capitalistas. Esta leitura fortaleceu o paradigma da metamorfose do campesinato em agricultor familiar.

O termo *agricultura familiar* tornou-se sinônimo de produtores que, geralmente, graças às políticas de incentivo estatais, conseguiram ou estão procurando inserir-se no mercado e adotam tecnologias modernas de produção agropecuária. Na verdade, parecem mais empresas onde prioritariamente a mão de obra é realizada pela própria família. De acordo com essa leitura, o camponês seria sinônimo de atraso e deveria ser eliminado, transformando-se em agricultor familiar.

Para Martins<sup>16</sup> (1980, p. 59-60):

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho, e do trabalho de sua família e não ganhos de capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no Sul e no Sudeste, é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidade econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista.

A principal característica do agricultor familiar é o predomínio da utilização de mão-de-obra familiar, a qual, segundo Shanin (1980), é também a característica central do campesinato, seja qual realidade se estiver observando.

Desta forma destacamos que a principal diferenciação teórica entre o campesinato e a agricultura familiar é quanto aos seus objetivos finais, na primeira

---

<sup>16</sup> José de Souza Martins é considerado um dos principais teóricos do campesinato do Brasil, a partir de 1994, passou a defender o paradigma da agricultura familiar, mas mesmo assim, segundo Fernandes (2003) “sua obra continua sendo uma das principais referências para o estudo do campesinato”.

o objetivo é a manutenção familiar, para tanto as atividades produtivas são baseadas nas necessidades e na disponibilidade de mão de obra no local, como coloca Chayanov (1981). Já para o agricultor familiar, o objetivo principal é a acumulação de capital.

Para Porto e Siqueira (1994, p.79) a utilização do:

conceito de **pequena produção** contribuiu para uma relativa despolitização do tema. Sob este aspecto, não parece haver dúvidas de que o conceito de **campesinato** associava-se sobretudo a um conteúdo político e ideológico, que se torna profundamente nuançado no conceito de pequena produção. (PORTO; SIQUEIRA, 1994, p. 79) (grifos no original).

Da mesma forma, o conceito de agricultura familiar se presta ao mesmo serviço, pois “a delimitação do conceitual do campesinato é um exercício político” (FERNANDES, 2004, p.1). Ou seja, não é o tamanho da propriedade ou as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores que fazem com que os camponeses sejam camponeses, mas sua organização política de luta para continuarem na terra e continuarem a serem camponeses, procurando (re)criar seu antigo modo de vida, resgatando elementos antigos; mas, também, agregando valores trazidos por outras experiências que vivenciaram quando estavam longe da terra, seja a experiência da luta, seja a experiência de trabalhador rural ou até urbano.

Não afirmamos que os hoje chamados agricultores familiares não apresentam organização política no Brasil, esta está materializada principalmente em algumas organizações sindicais e ONGs. As primeiras acreditam que apenas o acesso ao crédito dará condições para a superação das dificuldades vividas pelos pequenos agricultores e as segundas, normalmente, trabalham com pequenos grupos, na busca por soluções criativas que podem amenizar ou até resolver muitos problemas destes grupos. Mas o alcance destas ações, para a totalidade do

campesinato do país, é limitado. Além disso, não há, necessariamente, a preocupação para que as famílias possam compreender a realidade na qual estão inseridas, pois as mesmas devem centrar suas preocupações somente no trabalho<sup>17</sup>.

Quanto ao papel político do campesinato, Wolf (1984) nos mostra que, mesmo com as profecias do fim do campesinato, diversas revoluções e guerras tiveram os camponeses como seus protagonistas<sup>18</sup>. Assim como, ao acompanharmos a história do Brasil, movimentos camponeses, como Canudos, Contestado e as Ligas Camponesas, destacaram-se em suas respectivas épocas.

Desta forma o campesinato revela um papel político de destaque no mundo capitalista e, teimosamente vai se recusando a acabar. Os processos de diferenciação e desintegração não se completam e, hoje com os desdobramentos do capitalismo, podemos ver que as análises de pensadores realizadas em outras épocas e contextos diferentes, que foram tomadas como profecias, não se desenvolveram como descritas por seus autores:

Sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (SHANIN, 1980, p. 58).

Focalizando a história do camponês no Brasil, um Estado que já nasceu sobre influência da emergente economia capitalista, e que nunca vivenciou

---

<sup>17</sup> Essa é a prática dominante nas Organizações sindicais e ONGs no Brasil, mas deixamos claro que existem Sindicatos e ONGs que atuam no sentido de procurar romper com essas práticas.

<sup>18</sup> Wolf (1984) analisa as Revoluções Mexicana (1914), Russa (1917), Chinesa (1949), Cubana (1959), Argelina (1956-1961) e a Guerra do Vietnã (1965-75). Já no final do século XX, embora não se caracterizando como uma revolução ou guerra, podemos destacar ao final deste século o levante de Chiapas no México, pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, as manifestações dos cocaleiros na Bolívia e o protagonismo na luta pela terra do MST no Brasil.

relações de trabalho feudais<sup>19</sup>, como na Europa, destacamos que uma de suas principais características é busca pela *terra de trabalho*<sup>20</sup> na sua recusa pela proletarização:

A inserção do Brasil na rota das relações mercantis foi paulatinamente gerando uma classe social cuja identidade está na luta sistemática pela libertação do jugo representado pelo controle privilegiado da terra. A incansável busca da terra livre tem sido uma resposta ao histórico processo de expulsões e migrações imposto pelo próprio avanço do capital (PAULINO, 2003, p. 26).

Este aspecto nos mostra outra característica do campesinato: a resistência à exploração. Resistência, que, no caso do campesinato brasileiro, assumiu principalmente a já mencionada procura pela *terra de trabalho*, recusando-se a trabalhar em terras de negócios. Outra forma foi o enfrentamento, os camponeses detinham a posse de terras devolutas, que, muitas vezes, eram reclamadas pelos chamados coronéis, os quais através, principalmente de relações de compadrio e do uso da força, mantinham o controle político do local. Os posseiros permaneciam no local sem grandes percalços, até o momento em que o coronel decidia que aquela terra seria por ele utilizada para alguma atividade que ele desejasse ali desenvolver ou a utilização como *terra de negócio*, ou seu afiliado cometesse algum ato que ele desaprovasse (como apoiar um adversário político seu). Em alguns momentos a legislação também prejudicou os camponeses, como

---

<sup>19</sup> A polêmica sobre a existência ou não de relações feudais no Brasil teve seu auge aconteceu principalmente durante a década de 1960. Entre os teóricos que se destacaram estão Alberto Passos Guimarães (1968) e Caio Prado Junior (1977). Ambos eram ligados ao PCB, mas o primeiro seguia as diretrizes oficiais do partido e defendia que os latifúndios eram resquícios feudais e que o proletariado deveria fazer uma aliança estratégica com a burguesia nacional para a realização de uma revolução burguesa estendendo as relações capitalistas a todo o país, somente assim estariam dadas as condições para a realização de uma revolução socialista. Pôr outro lado, Prado Junior que tinha uma posição mais independente dentro do partido defendia que não existiam restos feudais no Brasil pois este já nascera sobre a sombra de relações mercantis no nascente capitalismo, este é um debate que até os dias atuais não se chegou a um consenso.

<sup>20</sup> *Terra de trabalho*, assim como *terra de negócio* são conceitos elaborados pôr Martins (1980, p. 58) ao desenvolver estudos na Região Amazônica, sendo que possuem respectivamente “o sentido de terra para trabalhar e terra para explorar”. Ambos tem como fundo a propriedade privada, mas o primeiro é a propriedade familiar e o segundo é a propriedade capitalista.

por exemplo, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que trazia como determinação que o empregador tinha que pagar 27,1 % sobre a jornada dos trabalhadores permanentes. Essa norma estimulou a expulsão dos colonos das fazendas devido aos custos de sua manutenção no local. Esta lei que tinha como finalidade proibir a exploração pela utilização de relações de compadrio, por outro lado, o custo fez com que fosse mais barato utilizar mão-de-obra volante. Abriu-se então o caminho para o surgimento dos chamados bóias-frias, ou seja, “ao invés de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração” (SILVA, 2004).

Outra forma de resistência do campesinato é a ocupação de terras, a qual é também uma forma de (re)criação do campesinato (FERNANDES, 2000), sendo também uma das formas de resistência do campesinato à sua proletarização. Acrescentamos que, na atual conjuntura, a luta é muito mais contra a sua semi-proletarização, dado os altos índices de desemprego:

Ao serem transformados em meros trabalhadores familiares, ao serem propugnadas realidades alienígenas, supostamente redefinidas pela perda do papel produtivo do campo, pela perda da importância da terra, pela homogeneizante tese da multifuncionalidade das unidades produtivas e transformação dos camponeses em “proletários” parciais, está implícito a perda da dimensão de classe, o que não se justificaria diante das mudanças em curso, visto que a mudança é um componente da realidade, o que colocaria as demais classes sociais no mesmo patamar, o que não é o caso. Isso parece ser mais um indicativo de que ainda sobrevive a estratégia de banimento (PAULINO, 2003, p. 34).

Assim, quanto à denominação de agricultor familiar, Fernandes (2001, p. 30) coloca que, em parte, “aqueles que são denominados *agricultores familiares* são na verdade, empresas familiares”, também que esse conceito:

está presente no conjunto de políticas do Banco Mundial, criadas na década de 90, para o “desenvolvimento rural” dos países pobres. Evidente que nesta visão não estão presentes os conflitos políticos, e as possíveis soluções para a questão agrária estariam nas políticas econômicas ditadas pelo Banco Mundial (FERNANDES, 2001, p. 30).

Ou seja, o ideal de agricultor familiar difundido no Brasil, seriam as unidades de produção que funcionam de maneira semelhante a uma empresa, numa clara influência do modelo das *family farms* norte americanas, modelo este no qual:

o “produtor” familiar era visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista agressivo em ascensão após a independência deste país. O chamado produtor “familiar” representava o pequeno empreendedor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador e assim por diante, representado na agricultura pelo *farmer*. O culto da produção “familiar” é, na realidade, um culto ao pequeno capitalismo da fase heróica do capitalismo e uma expressão do radicalismo liberal pequeno-burguês que está presente desde o início da colonização norte-americana. Não se identifica, portanto, com as idéias de Chayanov, e de certo modo é seu oposto: a virtude do produtor “familiar” chayanoviano consiste em resistir a transformação inovadora do capitalismo, ao passo que a do norte-americano é promovê-la” (GERMER, 1996, p. 1).

A maior parte do referencial teórico sobre a questão agrária mostra que “a existência do campesinato é a consequência da sua luta heróica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação” (FERNANDES, 2001, p. 30).

Na verdade, apesar da influência do modelo norte americano, o modelo de agricultor familiar difundido no Brasil, principalmente, através do movimento sindical dos pequenos agricultores, é a noção “representada pela suposição – ou esperança utópica – segundo a qual os atuais pequenos agricultores tradicionais poderiam ser preservados no interior do capitalismo, desde que apoiados por uma política agrícola adequada” (GERMER, 1996, p. 2).

Assim o referencial teórico da agricultura familiar acabou por ser a base das políticas públicas para o campesinato. A partir da influência (ou imposição) do Banco Mundial, as Políticas Públicas voltadas para os pequenos agricultores incorporam a centralidade do mercado, isso ajuda a explicar a extinção do PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, em 1998 e a

incorporação dos camponeses assentados no PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pois este último não apresentava uma série de benefícios que o primeiro contava, além de agora terem que disputar os poucos recursos com o conjunto dos pequenos agricultores.

Neste sentido, também ocorreu a extinção da assistência técnica através do Programa Lumiar, que abria a possibilidade dos movimentos sociais terem influência e controle sobre a assistência técnica. Entre as Políticas criadas para inserir nos camponeses a visão de agricultor familiar como sinônimo de um pequeno capitalista está o Banco da Terra<sup>21</sup>. Setores da esquerda e diversos intelectuais que defendem a visão de agricultor familiar integrado ao mercado acabaram por aceitar mais facilmente as propostas<sup>22</sup>.

O conceito de campesinato acaba por valorizar as tradições culturais dos pequenos agricultores e/ou sua dimensão de classe, na qual estão incluídos os seus processos de resistência. Por outro lado, o conceito de agricultura familiar brasileira baseia-se numa vontade de se introduzir em milhões de camponeses um *espírito capitalista*, de busca do lucro, e procura dar uma ênfase ao aumento das relações com o mercado e o trabalho fora de suas propriedades, apesar da literatura clássica já citar a comercialização de parte da produção pelo campesinato ou o trabalho assalariado para terceiros (KAUTSKY, 1980; CHAYANOV, 1980). Relações estas que efetivamente acabam por dar melhores condições a poucos produtores,

---

<sup>21</sup> O Banco da Terra propõe uma negociação direta entre o latifundiário o agricultor sem terra, numa política que os movimentos sociais denunciaram como *Reforma Agrária de Mercado*. Entendendo a Reforma Agrária como uma política pública, analisamos que não pode existir uma Reforma Agrária de Mercado. A proposta do Banco da Terra pode ser vista muito mais como um prêmio aos latifundiários, que tem a possibilidade de se livrarem de suas piores terras a preços que nunca alcançariam no mercado do que uma política pública que realmente beneficie os setores mais necessitados. Os problemas apresentados pelo programa foram inclusive utilizados para solicitação ao Painel de Inspeção do Banco Mundial (instrumento utilizado pelo Banco Mundial para avaliar suas políticas) por parte do Fórum Nacional pela Reforma Agrária de uma inspeção no programa. Inspeção que foi barrada pelo Governo Brasileiro.

<sup>22</sup> Exemplos de setores da esquerda que aceitam esta visão de agricultura familiar estão a FETRAF-SUL e a CONTAG.

muitas vezes, por um período limitado de tempo ou, por outro lado, a criar mais dificuldades aos camponeses, que se vêem novamente sendo obrigados a buscar novas oportunidades, seja pela sua proletarização (ou semi-proletarização como acima colocamos) ou por lutarem para continuarem sendo camponeses. Movimento no qual podemos ver que os processos de diferenciação e desintegração, embora presentes, nem sempre se completam (SHANIN, 1980).

Os assentamentos do MST, embora persigam um maior relacionamento com o mercado, ao qual historicamente têm dificuldades neste acesso, são “construídos como território camponês onde se produz e reproduz um conjunto de relações sociais e de produção que garante ao campesinato o lugar na sociedade como sujeitos políticos” (FABRINI, 2002, p. 279).

Desta forma, embora a principal característica do campesinato seja a utilização da mão-de-obra familiar, colocamos que o campesinato têm outras características que o diferenciam do agricultor familiar influenciado pelo modelo das *family farms* americanas. Destacamos que estas características são a sua resistência aos esquemas de dominação do capitalismo (e em certa medida ao próprio capitalismo), a presença de um conjunto de saberes e práticas tradicionais e a busca pela autonomia. Dimensões estas que não estão presentes de forma homogênea em todos os camponeses, o que, por vezes torna difícil sua visualização. Assim, não são características econômicas que diferenciam o agricultor familiar (como divulgado pela literatura) do campesinato, mas, sim, características sociais, culturais e políticas.

Assim, pelo exposto até aqui, adotaremos neste trabalho o *termo* camponês, visto que o *termo* agricultor familiar, como acima colocado, acabou por se tornar sinônimo de pequenos agricultores que desenvolveram uma forte relação

com o mercado capitalista. Relação na qual o pequeno produtor acaba por incorporar a lógica capitalista e tem por objetivo o aumento da produtividade e da lucratividade da propriedade, não desenvolvendo assim a dimensão de classe trabalhadora ou camponesa. Esse relacionamento com o mercado, além de se dar geralmente de forma subordinada, com a criação de dependência e o achatamento dos preços, leva os camponeses a percorrer dimensões que não dominam, acaba por levar à perda de sua autonomia e a enfrentarem dificuldades (como dívidas e até a perda de bens adquiridos com muito custo). Desta forma, muitos preferem resistir e procurar reproduzir seu modo de vida tradicional, estabelecendo relações pontuais com os mercados. O que nos leva a concordar com Fabrini (2002) que propõe a resistência e a contradição como parâmetros para a compreensão do campesinato.

Desta forma, num movimento contraditório, como o próprio sistema capitalista, embora os camponeses mantenham relações com os mercados, e, de certa forma desejem ampliá-las, procuram resistir aos seus mecanismos de subordinação (embora nem sempre consigam) a fim de manter sua autonomia.

## CAPÍTULO II

### ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES ATRAVÉS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO

*E vi quantos éramos, quantos  
Estavam a meu lado, não eram  
Ninguém, eram todos os homens,  
Não tinham rosto, eram povo,  
Eram metal, eram caminhos.  
E caminhei com os mesmos passos  
Da primavera pelo mundo.  
(Pablo Neruda)*

A existência de movimentos sociais no campo é marca história na luta dos trabalhadores. A retomada da luta pela terra, pelo MST, dá nova vida às reflexões sobre o campo e sobre os movimentos sociais. Aspectos pedagógicos são focalizados nas análises sobre a organização dos trabalhadores. Neste capítulo, a intenção é realizar uma retrospectiva da contribuição dos movimentos sociais do campo para a (re)criação do campesinato no Brasil.

#### **2.1 - Movimentos Sociais**

Trata-se de um conceito bastante debatido, mas que carrega polêmicas, quando se pensa sobre a complexidade do MST como movimento social.

Segundo Scherer-Warren e Krischke (1987), o termo *Movimento Social*, foi utilizado pela academia pela primeira vez por volta de 1840. É época em que o capitalismo industrial avançava rapidamente e as condições de trabalho cada vez mais se deterioravam; os operários, como a classe mais explorada, eram protagonistas principais na contestação da ordem social.

Assim até mais ou menos a década de 1960, entendia-se o movimento social como referência à organização do proletariado. Nesta época, a

efervescência política e cultural acabou por trazer para o primeiro plano, outras formas de contestação, não só baseadas na relação entre a classe operária versus classe burguesa. A evolução do sistema capitalista e suas conseqüências trouxeram para o primeiro plano os movimentos étnicos, feministas, ecológicos (entre outros), revelando outras contradições do sistema capitalista além da relação patrão x empregado.

Desta forma, o conceito de *Movimentos Sociais* é uma categoria interpretada por diversos paradigmas teóricos. Gohn (1997) procura sintetizá-lo em três principais correntes, a saber: a norte-americana, a europeia e a latino-americana<sup>23</sup>. O tema suscita até hoje debates e polêmicas, e isso faz com que não tenha sido “elaborada até hoje uma teoria totalmente abrangente e inteiramente satisfatória da problemática” (BOBBIO, 1992, p. 787), ou como coloca Gohn (1997, p. 328) “não há uma teoria única, assim, como não há uma só concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social”.

Na América Latina, as análises sobre movimentos sociais foram fortemente influenciadas pelos Paradigmas Europeus<sup>24</sup>. Até a década de 1970, havia o predomínio do paradigma marxista, para o qual, nas suas correntes de pensamento consideradas ortodoxas, as análises dos movimentos sociais eram limitadas aos movimentos operários. Mas correntes marxistas não-ortodoxas ampliaram o leque de análise, incluindo outros aspectos para análise dos movimentos sociais. Entre eles, Hobsbawn (1970, p. 20) diferencia movimentos reformistas e revolucionários:

Os reformistas aceitam a estrutura geral de uma instituição ou disposição social, mas a consideram passível de melhoria ou, quando abusos nela se

---

<sup>23</sup> Para detalhes sobre essas correntes consultar Gohn (1997).

<sup>24</sup> Gohn (1997) subdivide os Paradigmas Europeus em Marxista e dos Novos Movimentos Sociais.

infiltraram, de reforma. Os revolucionários insistem em que deve ser fundamentalmente transformada ou substituída.

A partir da década de 1970, começa a se destacar a corrente de pensamento da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a qual, a partir da década seguinte, influencia, de uma maneira ou de outra, diversos pesquisadores brasileiros. (GOHN, 1997). Entre os nomes de maior destaque nesta corrente está Touraine (1989, p. 182) que defende que os movimentos sociais são “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes de ordem do conhecimento, da economia ou da ética”.

Desta forma, entendemos movimento social, a partir do conceito proposto por Gohn (1997, p. 245), a qual procura levar em conta as especificidades latino-americanas. Esta conceituação, conforme explicita a autora, não tem a pretensão de ser considerada como “a verdadeira” ou “a melhor”, e a mesma pode ser passível de mudanças, caso os fatos históricos demandem. Seu conceito é baseado em quatro parâmetros: a diferenciação entre Movimentos Sociais e Grupos de Interesses; a demarcação do termo movimento como ação da classe em movimento; a diferenciação entre Ação Social e Movimentos Sociais e a delimitação do espaço não-institucionalizado como esfera da ação dos Movimentos Sociais.

Esses parâmetros remetem à dedução de que o “movimento social refere-se à ação dos homens na história” (GOHN, 1997, p.247). Revelando as categorias da luta social e o caráter cíclico dos Movimentos Sociais. Também traz a acepção da “força social, traduzida numa demanda ou reivindicação concreta, ou numa idéia chave” (GOHN, 1997, p. 248).

Assim a autora conceitua movimentos sociais como:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da

conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil... (GOHN, 1997, p. 251).

No conceito proposto pela autora, as ações são estruturadas sobre os temas e os conflitos vivenciados pelo grupo, lhe conferindo uma “identidade coletiva”. A construção desta “identidade coletiva” é apoiada na solidariedade a qual é “construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo” nos seus espaços de ação (GOHN, 1997, p. 251).

Tomando como referência as reflexões dos autores acima, na pesquisa, estaremos compreendendo o conceito de movimentos sociais como ação coletiva, com estratégias de luta definidas, com corpo organizativo, com reivindicações e proposições explícitas, enfim, com um *projeto* de sociedade (de forma explícita ou implícita) e com ações em diferentes escalas e hierarquias.

## **2.2 - Movimentos Sociais do Campo no Brasil**

Durante toda a história do Brasil, tivemos a presença de lutas no campo, apesar disso é somente no século XX que essas lutas alcançam proporções nacionais. As lutas no campo, até meados do século XX, eram localizadas e, em poucos momentos estiveram presente em uma região mais ampla. Os quilombos, embora presentes em todo o país, não apresentavam uma articulação entre si, eram comunidades isoladas, procurando fugir do jugo dos latifundiários. Desta forma, desenvolveu-se a idéia de que o homem do campo era passivo como coloca Comparato (2000) ao retomar a literatura sobre o tema feito até mais ou menos a década de 1970.

Martins (1989, p. 17) coloca que:

Na tradição antropológica e sociológica, os pobres da terra, os camponeses, os trabalhadores rurais, quase sempre foram tratados como depositários e agentes de culturas tradicionais, vítimas irremediáveis do tradicionalismo conservador. Deles nos lembramos e nos referimos unicamente como vítimas e patrocinadores do atraso. Tanto a direita quanto a esquerda assim os concebem.

No Brasil, acreditamos que essa concepção deve-se, além da tradição da análise sociológica e antropológica, a vários fatores, como as dimensões continentais do Brasil e, conseqüentemente, as dificuldades de comunicação e transporte, assim como a existência de vastas regiões praticamente inabitadas, as quais representavam a possibilidade de migração (ou fuga) face às dificuldades vivenciadas.

Por outro lado, os pobres da terra, que ousaram se organizar e se manifestar, receberam a impiedosa repressão dos governos e/ou das elites locais:

O fato de, até recentemente, as populações oprimidas do campo não terem tido os meios de se situar conscientemente no plano político e econômico, de modo a traçar uma estratégia para mudar a situação, não significa, contudo, que não tenham sido capazes de se revoltar contra as condições precárias que eram obrigadas a suportar, mesmo que essa revolta tivesse de ser mediada por movimentos messiânicos ou experiências religiosas. As classes dominantes, no entanto, nunca se enganaram quanto ao potencial revolucionário dessas ocasionais demonstrações de insatisfação, sempre apontando para o perigo de contaminação dos demais segmentos da sociedade. Essa talvez seja a explicação para o fato de os movimentos revoltosos no campo terem sempre sido combatidos com firmeza (COMPARATO, 2000, p. 46).

Foi a partir de meados do século XX, que as lutas camponesas passaram a desenvolver-se a partir de uma articulação entre várias regiões. Segundo Medeiros (1989) o período entre 1945 e 1964 representa o momento em que as organizações de trabalhadores do campo surgiram e se consolidaram. As lutas envolveram várias categorias de trabalhadores, como os trabalhadores de grandes plantações, os arrendatários e posseiros. Estes trabalhadores passaram a se organizar em sindicatos e associações civis. Há um destaque para o papel do

PCB – Partido Comunista do Brasil que procurou organizar trabalhadores no campo como sua base. Entre as ações deste partido está o apoio à luta armada como no caso de Porecatu (PR) e a criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em 1955. Em toda a movimentação do PCB, ganhava força a idéia da realização da Reforma Agrária, que eliminaria o latifúndio, símbolo do atraso e, assim, eliminaria os resquícios feudais do campo brasileiro e abriria o caminho para uma revolução democrático burguesa<sup>25</sup>.

Nesta época, também se organizaram as Ligas Camponesas, inicialmente em Pernambuco, mas que, principalmente após a desapropriação do Engenho Galiléia, em Vitória do Santo Antão, expandiram-se rapidamente por diversos Estados do Brasil. As Ligas Camponesas lutavam por uma reforma agrária radical (FERNANDES, 2000) e podemos colocar que fizeram o campesinato surgir como sujeito político no plano nacional:

...o que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congresso, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocando-se ao abrigo da repressão dos proprietários (MEDEIROS, 1989, p. 48).

Com o Golpe Militar de 1964, as Ligas Camponesas, os sindicatos e todos os focos de revolta popular foram duramente reprimidos. Somente, em meados da década de 1970, é que novamente surgiram condições para que os camponeses pudessem novamente se organizar.

Segundo Grzybowski (1987) as lutas do campo que emergiram na década de 1970 podem ser divididas em lutas contra a expropriação; contra as formas de exploração e assalariamento; contra a subordinação do trabalho ao

---

<sup>25</sup> Lembrando que a concepção oficial no PCB era de que no campo brasileiro predominavam relações feudais, essas posições eram representadas pelas análises de, entre outros, Alberto Passos Guimarães, vide nota de rodapé nº 19, página 37 deste trabalho.

capital (camponeses integrados, que lutam por melhores condições de produção) e comercialização e as novas frentes de luta (Alternativas de produção, mulheres e previdências social).

Na luta contra a expropriação, estão inseridos os posseiros, os sem-terra, o movimento contra as barragens e os indígenas. No primeiro caso, há uma grande diversidade de situações, mas em geral o conflito é localizado e limitado à terra em disputa. Quanto à luta contra as barragens, elas acabam por se opor ao “próprio modelo de desenvolvimento, centralizador e excludente, e à arbitrariedade da ação do Estado e seus funcionários” (GRZYBOWSKY, 1987, p. 26).

Já na luta pela terra, destacam-se as ações do MST, apesar de não ser o único movimento desta natureza<sup>26</sup>, é o principal responsável por manter a Reforma Agrária na agenda política durante a década de 1990, quando diversos movimentos de luta pela terra surgiram, assim como entidades sindicais passaram a utilizar a ocupação de terras, o principal instrumento de luta do MST.

Focalizando o Estado do Paraná, Bonin (1987) mostra que, aqui, se desenvolveram diversas frentes de luta contra o projeto de modernização, que afetava o modo de vida dos camponeses e trabalhadores do campo. No que diz respeito à luta pelo acesso à terra, constituíram-se neste Estado diversos movimentos regionais de luta pela terra, como o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste); MASTEL (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral); MASTEN (Movimento dos Agricultores Sem –Terra do Norte do Paraná); MASTRECO (Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro Oeste do Paraná).

---

<sup>26</sup> Fernandes (2001) destaca a existência de 13 movimentos de ação nacional ou regional, os quais ele chama de socioterritoriais e outros 10 movimentos de alcance local, o qual denomina de movimentos sociais isolados.

A CPT também tinha um papel fundamental na organização destes movimentos, destacando a atuação junto ao MASTRO, pois este acabava por fornecer subsídios aos outros movimentos (BONIN, 1987). Esses movimentos se uniram em 1984, com movimentos de outros estados do Centro-Sul e fundaram o MST.

### **2.3 - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**

Gerado na utopia camponesa da conquista da terra, o MST surpreende ao manter-se na luta por mais de 21 anos, expandindo suas ações, dando um novo sentido à vida de milhares de famílias camponesas. O MST coloca o campo em movimento, o tira de sua estagnação, transforma camponeses sem esperança em sujeitos políticos.

Mostra que, através da luta, pode-se conquistar condições dignas para o povo. Mas também mostra que essas condições somente serão plenamente alcançadas em outro modelo econômico e, assim, agrega demandas que vão além da conquista de benefícios próprios e além da simples luta pela Reforma Agrária. Acredita que o modelo econômico neoliberal é incompatível para a perpetuação de condições dignas para a população camponesa, assim a luta é, também, contra o capitalismo, é a luta por um Brasil mais justo e solidário.

Fernandes (2000, p. 49) defende que o MST é “fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro”, processo no qual destacam-se as lutas dos Quilombos, as Guerras de Canudos e Contestado, as revoltas camponesas

do Paraná, as Ligas Camponesas e outros movimentos que, por diversas maneiras, resistiram à expropriação da terra e/ou lutaram pela sua distribuição<sup>27</sup>.

Fundado “oficialmente” em 1984, na cidade de Cascavel/PR, o MST ao longo dos 21 anos de existência, conquistou diversos assentamentos pelo país, utilizando-se de diversos instrumentos de luta, mas, principalmente, de acampamentos e ocupações de terra.

As ocupações e os acampamentos tornaram-se marcas do MST, não se resumem a um momento, mas a todo um processo. As ocupações, segundo Caldart (2000, p. 108), representam “sua marca mais forte, materializando, talvez, como nenhuma outra de suas ações, a opção de lutar pela terra”. Elas demandam de planejamento, organização das famílias, escolha da área, o pensar de táticas e estratégias, enfim de toda uma séria de preparativos para aumentar suas possibilidade de êxito, mas demandam também desta opção de lutar, de lutar pela terra, pelo futuro, e de lutar para enfrentar o medo ( dos jagunços, da polícia, da fome, do frio, das doenças, etc).

Caldart (2000, p. 109) ainda coloca que a ocupação representa “o momento da reação contra sua condição social e sua saída do anonimato”. É a ocupação que introduz as famílias no MST, é quando elas ganham a identidade de *Sem Terra*. Por isso a ocupação pode ser considerada “a essência do MST”, podendo ser também chamada de “matriz organizativa”. É a forma de luta que originou a maior parte dos assentamentos rurais pós-1979 (FERNANDES, 2000; 2001). As ocupações se mostraram como a tática de luta mais eficaz do MST, tanto que outros movimentos de luta pela terra que foram surgindo ao longo da década de

---

<sup>27</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre os movimentos de luta pela terra ao longo da história do Brasil ver Fernandes (2000); Oliveira (1996); Medeiros (1989) entre outros.

1990, ou que já existiam (como é o caso da CONTAG) passaram a utilizar-se delas neste período.

O acampamento, que pode ser realizado na área ocupada, na beira de estradas, em locais públicos ou em algum outro local cedido às famílias, tornou-se um dos símbolos mais fortes da resistência dos Sem Terra. Centenas, muitas vezes, milhares de pessoas em situação de extrema dificuldade formam uma verdadeira cidade de lona preta<sup>28</sup>. Fernandes (2001, p.75) coloca que os “acampamentos são espaços e tempo de luta pela terra”. Nos acampamentos, onde o MST foi construindo formas de organização interna, são organizados núcleos ou grupos de aproximadamente 10 famílias, com cada núcleo escolhendo pessoas para participar de diversas equipes que trabalham para produzir as condições mínimas para atender as necessidades do acampamento como: segurança, alimentação, saúde, trabalho, negociação e outras conforme as necessidades detectadas pelas famílias em cada acampamento.

Além dos assentamentos, o MST conquistou também a implementação de programas de apoio aos assentamentos, a implementação de diretrizes específicas para a educação do campo, o resgate de elementos da cultura camponesa, e o estabelecimento de uma grande estrutura organizativa, com militantes espalhados por todo o país, lutando pela organização do MST e por transformações na organização da sociedade brasileira como um todo, e desta, forma questionam temas como a propriedade e sua função social (STEFANIAK, 2003).

---

<sup>28</sup> A barraca feita com lona preta (por ser o material com custo mais acessível) tornou-se a marca dos acampamentos do MST, mas em vários locais são utilizados outros materiais, como a Palha na Região Norte.

A partir de diversas características do MST, como a variedade de atividades desenvolvidas, sua longevidade e estrutura organizativa, características que acabam por fugir a padrões considerados clássicos na definição de movimentos sociais, instaurou-se no meio universitário um polêmico debate sobre a classificação ou não do MST como um movimento social.

Um Movimento Social, ao conquistar suas demandas ou parte delas, ou ainda, na impossibilidade desta conquista (devido a bloqueios no sistema social vigente), acabaria ou se institucionalizaria. Mas o MST não dá sinais de que está em vias de acabar, ou que vai se institucionalizar como um todo, apesar de se apoiar em diversas instituições criadas por membros do seu próprio quadro organizativo.

Parte desta polêmica está no formato de organização adotado pelo MST, no qual inseriu-se a divisão de tarefas entre os setores de atividade do MST (como formação; frente de massas; educação; produção, cooperação e meio ambiente; comunicação e outros), os coletivos e articulações, assim como as diversas instâncias de participação e decisão, que vão de um nível micro (os núcleos de base) a um nível macro (representado nacionalmente pela direção nacional, coordenação nacional e pelo Congresso e os Encontros Nacionais)<sup>29</sup>.

Por outro lado, o MST constitui diversas organizações formais, constituídas pelas próprias famílias assentadas, como as associações e cooperativas, assim como as constituídas pela própria organização do MST<sup>30</sup> (como as centrais de cooperativas, a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de

---

<sup>29</sup> Para maiores detalhes sobre as formas de formatos de organização do MST, vide Stédile e Fernandes (1999); Fernandes (2000) e MST (2004a).

<sup>30</sup> Ao referirmo-nos à “organização do MST” estaremos falando dos militantes que ocupam funções nas direções e coordenações do MST, por outro lado ao falarmos das famílias assentadas e do MST como um todo, estaremos nos referindo a todas as pessoas com ele envolvidas, da mesma forma que o termo Movimento, grafado com maiúscula estará se tratando do MST.

Reforma Agrária do Brasil<sup>31</sup>, associações, institutos e escolas de diversas naturezas, sejam fundadas pelo próprio Movimento ou com alguma parceria com outros setores da sociedade civil). Os outros movimentos sociais, ao invés de criarem suas próprias instituições, se apóiam em entidades criadas fora dele, como ONGs, entidades sindicais e/ou partidos políticos.

A escolha das lideranças no MST é feita através de ratificações nos encontros, sendo que um nome tem que ser aprovado por pelo menos 50% mais um dos presentes, procurando desta forma respeitar o princípio da vinculação com a base<sup>32</sup>. Se não existe essa aprovação de indicados em número suficiente para o total de vagas, diminui-se o número de vagas. Característica apontada como original do MST como é colocado em Stédile e Fernandes (1999), pois, em outras organizações, todos os espaços são ocupados, mesmo que membros desta direção não tenham respaldo suficiente.

O processo de decisão seja das grandes linhas políticas (realizadas nos Encontros e Congresso) ou de ações práticas também deve ser aprovados pela ampla maioria, procurando-se chegar a um consenso. Antes da realização de Encontros e do Congresso, é realizada uma série de reuniões preparatórias para que a base escolha, além dos que participam diretamente de alguma atividade do MST, os que participarão de Encontros e ou do Congresso. Nas reuniões, Encontros e Congressos, conforme já presenciamos, geralmente há algum material prévio (textos, cartilhas e/ou outros tipos de documentos) para que se tome conhecimento

---

<sup>31</sup> A CONCRAB foi fundada em 1992 com a finalidade de representar nacionalmente as cooperativas organizadas pelo MST, em oposição a OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, ligada a setores conservadores contrários à Reforma Agrária.

<sup>32</sup> Para uma discussão sobre os princípios organizativos do MST, consultar Stédile e Fernandes (1999, p. 31-56)

sobre os assuntos a serem discutidos e deliberados nos eventos, assim como deve haver um retorno desses debates para as coordenações.

Com esse formato, pretende-se que, nos Congressos do MST, não se realizem “discussões improdutivas das grandes teses ou documentos”. São discutidas linhas políticas comuns e as “questões específicas ficam para os Estados” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 83). Esse modelo evita o desperdício de energias na disputa interna por cargos e a tentativa de homogeneização de uma base heterogênea devido à grande diversidade social e cultural regional.

Podemos ver que há uma diferença significativa entre os Congressos do MST e de outras entidades sindicais, partidárias ou de representação de outras categorias (como estudantil). Os quais são marcados pela disputa política, estas se caracterizam por um grande embate entre concepções diferentes, como a disputa por cargos de direção. Exemplos claros são a UNE – União Nacional dos Estudantes, na qual os momentos de formação e debates são ofuscados e até ignorados pela disputa de sua direção, ou mesmo o Partido dos Trabalhadores, quando, principalmente, nos últimos eventos a discussão principal é a distribuição das vagas da Executiva Nacional<sup>33</sup>. Para o MST, os Congressos são:

Momentos de estudo, de confraternização e de consolidação de novas linhas políticas que estamos construindo nos últimos anos. Ele não é eletivo, nem é o começo. É apenas um momento especial, em que nos reunimos a nível nacional, para carregarmos as baterias de ânimo, espírito de sacrifício e disposição de luta, com objetivos comuns entre os militantes da reforma agrária neste imenso Brasil (MST, 2000, p. 3-4).

A elaboração desta estrutura organizativa foi acontecendo através da práxis do Movimento, procurando responder a aspectos estruturais e

---

<sup>33</sup> Talvez seja esta uma das causas do distanciamento do PT – Partido dos Trabalhadores com sua base e que fez sua direção cair no lugar comum da política nacional e que recentemente foram alvo de denúncias e que acarretaram nas CPMIs do “Correio” e da “Compra de Votos”, além das investigações da Política Federal.

conjunturais, o primeiro setor criado foi o de Comunicação, embora nesta época (1984) não tivesse este nome (STÉDILE e FERNANDES, 1999), inicialmente editava o *Jornal Sem-Terra*, o qual era ligado à Coordenação Nacional. Este setor atualmente cuida além do Jornal, da Revista Sem-Terra, da divulgação via internet, de programas de rádio entre outras atividades afins. Com os desdobramentos da luta do MST, outros setores, articulações, coletivos foram surgindo e se transformando, como o Setor de Produção, que se tornou em 1989, o Sistema Cooperativista dos Assentados e em 2001, com a rediscussão de suas atribuições tornou-se o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.

Outro exemplo acontece a partir da ampliação de experiências educativas em acampamentos e assentamentos, constatou-se a necessidade da atuação do Movimento nesta área, fato que levou a criação do Setor de Educação, setor que, por sua vez, deu início à discussão e à luta por uma educação básica do campo. Luta que ampliou o alcance desta reivindicação para além do MST, com a participação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, igrejas e outras instituições envolvidas com as populações rurais. Acabou por levar o MEC à aprovação das diretrizes curriculares específicas para habitantes da área rural como um todo e, alguns Estados, como o Paraná, já procuram colocar em prática estas diretrizes, criando inclusive um departamento específico na Secretária Estadual de Educação.

Devido à toda essa estrutura organizativa do MST e à ligação com as entidades formais criadas e/ou ligadas ao mesmo, autores como Martins (1999); Navarro (1998) e Pasqueti (2000) colocam o MST em outras categorias, por outro lado, Scheren-Waren (1996) e Fernandes (2000) o mantém como um movimento social, mas adjetivam o conceito procurando dar conta das especificidades do MST.

É toda esta organização que levou autores como Navarro (1999, p. 28) a defender que o MST é uma organização social pois se tornou um “movimento de quadros” (e não “de massa”, como se pensava no primeiro momento), aos poucos não podendo mais ser identificado como um “movimento social” no sentido sociológico da expressão”.

Martins, por sua vez, coloca o MST como uma espécie de partido agrário, pois para ele “os intelectuais orgânicos diretamente envolvidos na luta pela reforma agrária (...), partidarizam sua visão do problema, a partir de sua própria inserção de classe” (MARTINS, 1999, p. 111). Visão que as lideranças do MST não concordam, pois “nunca esteve no horizonte do MST se transformar em um partido político”, considerando a colocação de José de Souza Martins “exagerada(...) parece que ele na entrevista citada, procura contrapor a diferença existente entre um movimento e uma organização” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 36-37).

Por outro lado, Scherer-Warren (1996) classifica o MST entre os Novos Movimentos Sociais, os quais não podem ser vistos apenas como a luta para a melhoria de condições de vida, mas que tem como ponto comum que “de diferentes maneiras compartilham da ideologia do antiautoritarismo e são pela descentralização do poder”(1996, p. 51).

Pasqueti (2000, p.16), a partir de um referencial teórico do chamado Terceiro Setor, defende sob este ângulo, que o “MST pode ser visto, também, como um Empresa Social, pela geração de empregos, melhoria da qualidade de vida, impacto local e desenvolvimento econômico, social e humano gerado nos assentamentos”.

Fernandes (2000; 2001; 2005), ao procurar desenvolver conceitos para a análise geográfica dos movimentos sociais, propõe os conceitos de

“movimentos socioterritoriais” e “movimentos socioespaciais”. O autor coloca que “os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações do movimento” (FERNANDES, 2005, p. 279).

Para o pesquisador:

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais (FERNANDES, 2005, p. 280)

Ainda, para ele, as ONGs são caracterizadas como movimentos socioespaciais, pois são representações da reivindicação de espaços e ou de territórios.

No entender do autor o conceito de movimento social, traz apenas uma contribuição parcial para se entender os espaços e territórios construídos pelos movimentos, categorias essenciais na análise geográfica. O autor destaca que “movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos com objetivo de transformação da realidade” (FERNANDES, 2005, p 279).

Lideranças do próprio MST colocam que “no fundo, queremos ser mais do que um movimento de massas. Queremos ser uma organização social que dê sustentação e alcance ao nosso objetivo futuro” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 44).

Assim, a partir da análise da forma de organização praticada pelo MST e pela diversidade de planos em que atua, concordamos com Caldart (2000, p. 86), que diz que “o consenso é de que as categorias *movimento social* ou

*movimento de massas*, pelo menos em seu sentido originário, não conseguem explicar com precisão o papel histórico do MST”.

Souza (2003, p. 87) também mostra que as recentes transformações na conjuntura mundial refletiram nos movimentos sociais de luta pela terra:

os movimentos de luta pelo acesso e permanência na terra sofreram modificações durante o século XX. Tais transformações podem ser visualizadas no *formato da organização* dos mesmos: de movimentos locais passam para a esfera nacional, caracterizados pela circulação de informação em tempo real; possuem articulações internacionais com movimentos e organizações sociais de vários tipos que lutam por terra, que são contrários à produção de alimentos transgênicos, que focalizam a importância dos cuidados com as reservas hídricas, com a vegetação etc.; utilizam a mídia no geral, como um dos meios de inserção da temática reforma agrária” no cotidiano das pessoas, ou seja, ao mesmo tempo que adquirem visibilidade/publicização, podem ser demonizados. Outra faceta das modificações refere-se ao conjunto de reivindicações que comportam desde temáticas locais, como nacionais, denotando a preocupação com o modo de produção existente no país e com a possibilidade de construção de uma sociedade diferente.

Até a década de 1970, o esquema teórico dominante era o da macroanálise social, da totalidade social estruturada e racional; já na década de 1980, eram as análises microsociais que ganharam força, apesar das primeiras não terem desaparecido. Na década de 1990, a novidade é a articulação entre as lutas localizadas e as relações entre o local e o global. Essas relações e articulações são chamadas de *redes de movimentos sociais*. Redes que, no Brasil, têm como características principais a “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 119).

A atuação do MST é também marcada pela articulação em redes, articulação que pode melhor ser visualizada a partir do ano de 1995, quando se realiza o III Congresso Nacional, cujo lema é “Reforma Agrária: uma luta de todos”, mostrando a disposição de levar a bandeira da Reforma Agrária. O MST articula com

outros movimentos e organizações, discussões e ações que extrapolam a simples luta pela terra, por exemplo, a articulação para a discussão sobre Educação do Campo, que já realizou duas Conferências Nacionais e conquistou a implementação de Diretrizes Curriculares para Educação do Campo. Também a articulação com ONGs, Movimentos Ambientistas, de Pequenos Agricultores, Sindicatos, Instituições de Ensino sobre a discussão da transformação do modelo tecnológico agrícola para uma modelo sustentável ambientalmente e que não esteja sobre o controle das transnacionais. Assim como as discussões sobre a ALCA, a dívida externa (inclusive atuando na organização de dois plebiscitos populares); o debate sobre os transgênicos, os Fóruns Sociais Mundiais e muitos outros espaços de articulação.

Carvalho (2002, p. 258) coloca que:

o MST traz no seu próprio movimento não apenas uma exigência metodológica de repensar a natureza e o caráter dos movimentos sociais de massa, como faz aflorar novos elementos de indagação sobre a relação entre movimento social de massa e organização social de massa. Proponho como hipótese que o MST tem mais características de um tipo de sociedade em rede do que uma organização social de massa. E tudo leva a crer que ele questiona, involuntariamente, como prática social, a determinista relação unívoca de movimento social para organização social. Esse tipo de sociedade em rede proporciona, de alguma maneira e com grande flexibilidade, a emergência de uma massa de pessoas com utopias, nem sempre plenamente consciente delas, muitas vezes cheia de incongruências, mas com uma energia humanizadora que enfrenta, rompe e apresenta à sociedade na qual insere proposições, pensamentos e aspirações muito além, pela superação, daquelas que configuram o pensamento único neoliberal e, nele, o social-democrata. Não tem receio de defender, mesmo que ora timidamente, ora sem completo conhecimento do conceito erudito, os valores do socialismo.

Neste contexto, o MST acompanhou as mudanças de seu tempo, mesmo com as rápidas transformações da realidade que aconteceram nas últimas décadas, transformações que ocorreram numa velocidade nunca antes alcançada, durante toda a história da humanidade. Velocidade esta que faz com que, antes

mesmo que os conceitos sejam cristalizados, na *práxis* mostre a necessidade de repensá-los.

Assim, não podemos simplesmente colocar o MST como já tendo ultrapassado a categoria de um Movimento Social, pois as mudanças da realidade têm colocado novas perspectivas a esta categoria, com autores procurando adjetivá-la (como 'novos movimentos') ou criando novas categorias. As demandas básicas do MST ainda são demandas de meados do século XX, mas que no Brasil somente começaram a ser atendidas de forma parcial, no final do século.

O MST consegue, cada vez mais, mobilizar grandes contingentes de trabalhadores rurais. Como exemplo, é salutar o avanço das organizações camponesas que Plínio de Arruda Sampaio<sup>34</sup> coloca entre as Ligas Camponesas, no período anterior ao golpe militar de 1964, por ocasião do XVII Encontro Estadual do MST do Paraná, no qual estivemos presentes, sendo que, naquele período, se as Ligas Camponesas e Sindicatos, juntassem todos os seus militantes do Brasil, não conseguiriam encher aquele pavilhão (estavam presentes mais de quatro mil militantes) e o MST conseguia apenas com os militantes de um Estado. Também a Marcha realizada em abril e maio de 2005 entre as cidades de Goiânia e Brasília com aproximadamente doze mil militantes. Para tanto lança mão de diversas estratégias, seja pelo apoio e mobilização de sua própria base (das famílias acampadas e assentadas), seja pelo apoio de governos, sindicatos e organizações simpáticas à Reforma Agrária.

Sua organização ainda é bastante flexível, há uma grande rotatividade nos quadros de direção, principalmente, em instâncias locais e

---

<sup>34</sup> Histórico militante da Reforma Agrária é Ex-Deputado Federal Constituinte, Promotor Público e Consultor da FAO, participou como deputado da tentativa de implementação das Reformas de Base (entre elas a Reforma Agrária) do Governo João Goulart (1962-1964).

regionais, sua estrutura de funcionamento também é alterada sempre que julgado necessário. São criados e ou transformados setores quando detectada esta necessidade. A utilização de estruturas institucionalizadas acontece, principalmente, para o estabelecimento de convênios formais com o próprio Estado ou com outras organizações de apoio.

Mas a organização da luta pelo acesso à terra é feita de maneira semelhante aos primeiros anos do MST, tendo como ação estratégica central a realização dos acampamentos e ocupações de terras e atos públicos.

Desta forma, o MST se organiza através de uma:

práxis permanente que permite afirmar que no MST tudo é movimento, é sempre um longo processo de reflexão, mobilização e de ação. Esta característica permeia a percepção e correção dos erros e desvios. Em função da própria vivência dos trabalhadores rurais sem terra, tem-se como aceitação social que as inovações ou as correções de erros, não se considerando os casuísmos, só sejam implantados após aflorar um sentimento interno generalizado favorável em todas as instâncias do Movimento (CARVALHO, 2002, p. 243-244).

Ainda sobre a práxis organizativa do MST, Fernandes (2000, p. 172)

coloca que:

...o MST foi construindo sua forma alicerçada na necessidade de organizar as atividades essenciais para o seu desenvolvimento. Processo e mudanças são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais. Essas são fortes características do MST, de modo que quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da práxis e não de um projeto previamente elaborado.

Baseados principalmente na contribuição de Gohn (1997), por considerarmos que ela realiza um amplo debate sobre o tema e traz uma proposta que leva em conta as especificidades da América Latina, entendemos que o MST é um movimento social, em um sentido amplo e aberto do conceito. Nossa consideração leva em conta que este movimento possui uma ideologia definida, com projeto de sociedade, com ideais de transformação, com uma base organizada pelas

lideranças e uma prática social (coletiva) em constante transformação diante das conjunturas econômica e política.

Movimento este organizado em uma estrutura que procura se flexibilizar a partir de aspectos conjunturais e estruturais e que se apóia em uma estrutura formal, da qual fazem parte lideranças, quadros técnicos e membro de sua base, e que acaba por empurrar as fronteiras dos conceitos de movimento social. Talvez somente com um rompimento dos paradigmas acerca dos movimentos sociais e da ampliação das práticas do MST para outras categorias de trabalhadores, poderemos afirmar ou não que o MST já não é mais um Movimento Social e se transformou em outra forma de organização.

## CAPÍTULO III

### **COOPERATIVISMO E ASSENTAMENTOS RURAIS: o desenvolvimento da cooperação agrícola no MST**

*Para fazer o impossível, é preciso torná-lo possível. E a melhor maneira de tornar o impossível possível é realizar o possível de hoje. (Paulo Freire).*

Durante a década de 1990, com a própria expansão do MST, multiplicaram-se trabalhos acadêmicos sobre o mesmo bem como sobre suas propostas e experiências de cooperação. O próprio Movimento acumula experiências e conhecimentos sistematizados sobre a cooperação e os formatos organizacionais. Sabem quais experiências foram frustrantes e quais tendem a ter potencial nos assentamentos. Sabem, ainda, que cada assentamento possui especificidades em função das experiências de vida e imaginário dos trabalhadores, embora tenham em comum a participação no movimento social. Neste capítulo, a intenção não é repetir os conhecimentos já publicizados sobre a cooperação, mas demonstrar a dinâmica do MST no pensar, gerir e rever os formatos e possibilidades de cooperação nos assentamentos, no contexto das adversidades das conjunturas políticas.

#### **3.1 - Cooperação e Cooperativismo**

Com a expansão do capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX, principalmente na Inglaterra e na França, onde as condições dos trabalhadores eram as piores possíveis, os proletários procuram desenvolver formas de resistência a exploração do modelo capitalista. Por um lado, as lutas dos operários eram realizadas principalmente através de protestos, greves e quebra de máquinas, por outro lado, através do cooperativismo, o qual, baseado nas idéias dos

socialistas utópicos<sup>35</sup>, procurava praticar a gestão coletiva dos meios de produção e a eliminação do lucro, em diferentes formas.

O cooperativismo era considerado pelos seus defensores como “um embrião de uma nova sociedade, onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e suprindo interesses pessoais e coletivos” (RECH, 2000, p. 10).

A Cooperativa de Rochdale na Inglaterra<sup>36</sup> é considerada como a experiência de cooperativismo pioneira e que desenvolveu os princípios básicos do cooperativismo. Uma série de experiências de cooperativistas desenvolveram-se a partir de então, estas podem ser divididas entre as que defendiam o sistema capitalista e eram vistas como “corretivo” deste sistema e as experiências socialistas, que “entendiam a cooperativa vista como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social” (RECH, 2000, 10).

Para Marx (1980, p.319-320) o movimento cooperativista representava “uma vitória maior” que a redução da jornada de trabalho para 10 (dez) horas diárias, conquistadas após 30 anos de lutas que iniciaram com as revoluções de 1848. Mas, por outro lado acreditava que, enquanto o cooperativismo permanecesse restrito a poucos operários subordinados ao capitalismo, o cooperativismo não representaria avanços para a classe proletária. Ele também propunha que as cooperativas investissem no seu papel político, fazendo propaganda dos seus princípios.

---

<sup>35</sup> Entre os “socialistas utópicos” que mais se destacaram estão Saint-Simon, Charles Fourier, Ferdinand Lasalle e Robert Owen.

<sup>36</sup> Kautsky (1980) faz uma análise sobre o cooperativismo no século XIX, trazendo um relato sobre o funcionamento da cooperativa de Rochdale.

Ao longo do século XX, os países socialistas e capitalistas implementaram o cooperativismo com os mais variados objetivos. Nos países socialistas, as cooperativas em muitos casos desempenharam um papel de destaque na organização dos camponeses e a condução do processo pela burocracia partidária acabou levando as cooperativas a serem muito mais que um “instrumento complementar aos planos de coletivização governamental e não como iniciativa autônoma dos trabalhadores” (RECH, 2000, p. 12).

Já para os países capitalistas, a base da implementação do cooperativismo foi a visão de que as cooperativas eram um “corretivo dos defeitos do sistema capitalista”. Assim, alguns países, como os do norte europeu, chegaram a ter em 1965 cerca de “60% da população cooperativada” (RECH, 2000, p. 15).

De qualquer forma, a cooperação em todo o mundo segue alguns princípios básicos, os quais foram instituídos ao longo da história do cooperativismo e são propostos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), os quais são: 1) livre acesso e adesão voluntária; 2) controle, organização e gestão democrática; 3) participação econômica dos seus associados; 4) autonomia e independência; 5) educação, capacitação e informação; 6) cooperação entre as cooperativas e 7) compromisso com a comunidade. Esses princípios foram atualizados por ocasião do Congresso da ACI, realizado na Inglaterra em 1995 (RECH, 2000).

Mas de qualquer forma, o cooperativismo e cooperação não podem ser vistos como sinônimo. A cooperação pode ser definida como “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente, lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos” (MARX, 1988, p. 246).

Já o cooperativismo pode ser colocado como “fruto do movimento operário” (RIOS, 1988, p. 13) do século XIX, e é considerado como a doutrina que propõe a organização da produção em organizações que têm por finalidade principal o desenvolvimento e bem-estar de seus associados. Essas organizações se baseiam em princípios como sendo propriedade de todos os associados, gestão coletiva e os resultados são utilizados para proporcionar o bem-estar de seus associados.

No Brasil, o cooperativismo é ligado a uma “prática agrícola muito forte nas regiões Sul e Sudeste, mas também presente no Nordeste na forma de cooperativas comercializadoras da produção das fazendas de monocultura...” (STECHEER, 1992, p. 75), pois praticamente em toda a América Latina, ocorreu um “transplante cultural distorcedor” (STECHEER, 1992, p. 75), implantando somente o modelo de Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços, pois, segundo Rios (1987, p. 48), “o modelo de cooperativa de serviço foi escolhido por não interferir na organização social da produção”.

Stecher (1992, p.75) também coloca que este modelo cooperativista foi implantado de cima para baixo e com “elementos ideológicos pré-selecionados pelas ‘elites’ latino-americanas”. Sendo que estas cooperativas são “estruturadas administrativamente como empresas privadas, são politicamente cartéis nas mãos de grandes produtores/exportadores e integram-se ao modelo de produção capitalista vigente”.

Desta forma, essas cooperativas “elitizadas não possuem a característica principal do cooperativismo, a autogestão democrática da economia a favor da maioria dos produtores e consumidores” (STECHEER, 1992, p. 76).

Rech (2000, p.19) mostra o papel do Estado na formatação do modelo de cooperativismo brasileiro:

Nossa tradição legalista, mesmo tendo começado bem com o Decreto 22.239/32, foi consolidando a forma atual de cooperativa, imagem do intervencionismo governamental centralizador, paternalista na perspectiva do Getúlio Vargas (...), brutal e anacrônico a partir de 1964 com a ditadura militar, controlado e centralizador a partir do monopólio da Organização das Cooperativas Brasileiras(OCB).

A Constituição Federal de 1988 trouxe profundos avanços no que se refere à liberdade associativa, mas esta ainda necessita, na sua grande maioria, de regulamentação e, nos casos em que esta foi feita, como nas cooperativas de crédito e de consumo, a mesma traz profundas restrições ao pleno desenvolvimento destas experiências, assim, “ao invés de incentivar a formação das cooperativas, como ocorre nas políticas dos principais estados civilizados, aqui parece que todo o exercício legislativo é o de limitar e abafar a liberdade e a expansão da experiência” ( RECH, 2000, p. 21).

De forma a procurar não reproduzir o modelo cooperativista dominante no Brasil, a partir do final da década de 1970, diversos movimentos sociais, procuram desenvolver experiências associativas alternativas. Surgem experiências no meio urbano de autogestão industrial (principalmente de indústrias falidas assumidas pelos ex-trabalhadores), de cooperativas de trabalho urbano<sup>37</sup> entre outros. No campo, principalmente nos assentamentos e acampamentos do MST, a discussão e experiências de cooperação alternativa apresentam muitos avanços e desafios. Discussões e experiências que abordaremos na seqüência deste trabalho.

---

<sup>37</sup> As cooperativas de trabalho se propagam pelo país na década de 1990, como as de reciclagem de lixo e prestação de serviços, em alguns casos essas cooperativas são muito mais “fachadas” para evitar encargos trabalhistas, pagar salários menores e obrigar os trabalhadores a arcarem com eventuais prejuízos que o negócio venha eventualmente apresentar.

### **3.2 - Assentamentos Rurais como espaço de (re)construção das relações sociais**

São atribuídos diversos significados à expressão assentamentos rurais, a qual foi utilizada pela primeira vez durante a Reforma Agrária da Venezuela, na década de 1960 (BERGAMASCO e NORDER, 1996). Geralmente se associa assentamento rural “à transferência e alocação de um determinado grupo de famílias em algum imóvel rural em particular” (LEITE, 1994, p. 203).

Mas o termo remete a projetos políticos diferentes, pois se por parte do Estado, era, até pelo menos em meados das décadas de 1980, ligado à idéia de colonização de fronteiras agrícolas e já, na década de 1990, utilizado para denominar áreas onde eram alocadas famílias sem-terra que optaram por permanecer no campo e não migrar para as cidades. Esses assentamentos foram realizados principalmente em áreas de conflitos, tendo muito mais características de políticas compensatórias.

Por outro lado, os assentamentos rurais são colocados como dinamizadores da economia local, que trazem ganhos não só econômicos, mas também sociais e políticos para as famílias assentadas, assim como, também, para a região localizada em seu entorno, principalmente em regiões aonde se concentram vários projetos de assentamentos (LEITE et al, 2004).

Para os Movimentos Sociais, principalmente o MST, a concretização dos assentamentos rurais significa a possibilidade de alteração da estrutura agrária brasileira, a qual ainda guarda elementos do passado colonial e escravocrata (grandes propriedades que praticam a monocultura com produtos de baixo valor agregado para exportação). Esse rompimento com as relações seculares ainda

presentes no campo seriam, então, a base para transformações sociais mais profundas na sociedade brasileira como um todo, em direção à superação dos problemas sociais presentes nesta.

Para os Movimentos Sociais, a conquista de assentamentos, leva a um repensar do estatuto da propriedade da terra, principalmente, no que diz respeito à determinação constitucional da função social da terra. Função social que, para o MST, vai além da produtividade da terra, para o Movimento a terra possui “a natureza jurídica de bem social, pertencente à sociedade, que se utiliza dela para não permitir a existência de profundas desigualdades e exclusões sociais” (STEFANIAK, 2003, p. 142).

Desta forma, coloca que assentamento não é “apenas uma área de terra (...) destinada à produção agropecuária e ou extrativista mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais”(CARVALHO, 1998, p. 5). Grupos sociais que relacionam-se entre si, assim, consideramos, também, que essas relações são parte do assentamento, o que nos leva a pensar os assentamentos não como um espaço estático, mas um espaço:

em movimento, ou seja, que vai sendo produzido através das relações que ali se estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem-terra (de cada assentamento, mas também do conjunto dos assentamentos [...]) no processo de organizá-lo e de reorganizá-lo permanentemente, a partir das pressões impostas pela realidade (CALDART, 2000, p. 120).

Os assentamentos rurais representam, para o MST, “conquistas alcançadas pela organização” (FABRINI, 2000, p. 68) já que o principal elemento necessário para a concretização da Reforma Agrária, a Terra, passa para o controle dos trabalhadores. Essas conquistas também apresentam experiências de que a terra pode cumprir sua função social, de que é possível construir outras formas de

organização da sociedade e não, simplesmente, a preocupação com a maximização e potencialização do lucro em detrimento de condições de vida digna para grandes parcelas da população. Assim “a realização do assentamento, (...), se constitui na materialização e construção do território camponês (FABRINI, 2002, p. 82).

Sendo uma conquista dos trabalhadores, surge a preocupação com a manutenção econômica e social das famílias assentadas. A simples conquista da terra não resolve o problema das famílias assentadas. Estas geralmente encontram-se em condições adversas, não possuem as condições necessárias para produção e comercialização em seu novo pedaço de terra, mesmo que fosse apenas para a própria subsistência.

O MST propõe a cooperação agrícola, como a principal alternativa para a viabilização sócio-econômica das famílias assentadas. Através da cooperação poderia se potencializar a mão-de-obra e os recursos disponíveis e ou conquistados através de programas de crédito, racionalizando, assim, a aplicação desses fatores.

Por outro lado, a cooperação acaba por impulsionar as relações sociais entre as famílias assentadas, levando ao desenvolvimento de uma consciência de classe, (re)criando a classe camponesa (FERNANDES, 2000), mas é uma classe camponesa diferente daquela que tem suas raízes no século XIX e descrita por Marx (1978, p.397), o qual a compara a “um saco de batatas”, visto que a soma de suas forças não apresentava um aspecto qualitativo devido a sua incapacidade de lutar por suas próprias forças e assim precisava ser lideradas.

Proposta esta de cooperação, através de um pensar e um repensar da realização de diversas experiências, construída através de uma práxis que levou

à constituição de várias formas de cooperação, práxis que abordaremos no próximo tópico.

### **3.3 - A construção da cooperação nos assentamentos rurais do MST: propostas e práticas desenvolvidas**

A partir do início da década de 1980, são constituídos diversos assentamentos rurais no Brasil. Mas apesar das famílias terem alcançado aquilo que reivindicavam: a terra para trabalhar; passavam por muitas privações, pois geralmente estavam sem condições de realizar investimentos para iniciar a exploração da área. Técnicos governamentais, militantes e agentes pastorais estimulam a cooperação agrícola como saída para que os assentamentos pudessem se viabilizar:

para os agentes das CEBs, tratava-se da construção de sua “comunidade” e da necessária transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários. Para os agentes do MST ou militantes políticos de esquerda, tratava-se de construir o socialismo, transformando os trabalhadores em revolucionários. E, finalmente, para os técnicos estatais o objetivo era associá-los ou cooperá-los de modo a predeterminar sua eficácia ou sua capacidade de convivência com as regras do mercado (D’INCAO e ROY, 1995, p. 27).

Para o MST, este estímulo aparece de forma mais clara a partir de 1986, quando se realiza o Primeiro Encontro dos Assentados, neste momento, decide-se que as famílias já assentadas também integram a base do MST.

A opção pela criação formal de cooperativas esbarrava, num primeiro momento, em entraves burocráticos e políticos, pois estas eram subordinadas ao INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - e ligadas a OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, entidade tradicionalmente ligada aos interesses dos grandes proprietários e contrários à Reforma Agrária.

Desta maneira, constituem-se pequenos grupos de cooperação e grandes associações (por parte ou todo um assentamento).

Entre os documentos produzidos pelo MST, as primeiras referências à cooperação agrícola, seja através de grupos informais ou associações, estão no livro “Construindo o Caminho” (MST, 1986). O texto manifesta resistência à criação de cooperativas, visto que eram, por força de lei, subordinadas ao INCRA, mas, por outro lado, chamava a atenção para a necessidade de mudanças na lei. Mas é no caderno de formação “*Elementos sobre a teoria da Organização do Campo*”, elaborado por Clodomir Santos de Moraes<sup>38</sup> (MORAIS, 1986), que trazem alguns dos fundamentos teóricos iniciais sobre a cooperação agrícola no MST.

A constituição do referencial teórico para fundamentar esta proposta está presente em idéias defendidas por autores marxistas como Engels, Kautsky e Lênin. Nesta interpretação ocorreria a *diferenciação e desintegração do campesinato* (LENIN, 1982); que ocorre, entre outras causas, pela necessidade do capitalismo em criar um mercado interno. Os camponeses deixam de produzir os produtos que necessitam para a manutenção de sua família em suas terras pois o:

desenvolvimento de grupos extremos, em detrimento do campesinato “médio”, criando dois tipos novos de população rural, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia. O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico(...) o outro tipo novo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário. Essa tipo envolve o campesinato pobre, incluindo aí o que não possui nenhuma terra (LÊNIN, 1982, p. 115-116).

Ocorre, assim a *proletarização* do camponês que será utilizado como mão-de-obra para indústria e/ou fará parte do *exército industrial de reserva*,

---

<sup>38</sup> Clodomir Santos de Moraes, formado em Direito, foi organizador e assessor das Ligas Camponesas nos anos 60, eleito deputado federal e cassado em 1964. No exílio, foi funcionário da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e as discussões contidas neste material eram fruto da pesquisa realizada no doutorado que o mesmo estava fazendo na República Democrática Alemã. Hoje é professor da Universidade Federal de Rondônia e professor visitante da Universidade Autônoma de Chapingo no México (Cf. BRENNEISEN, 2002, p. 73).

este também deverá agora adquirir os produtos necessários à manutenção e reprodução de sua vida no mercado, não mais podendo ele mesmo produzir em sua própria propriedade. Para superar as condições adversas em que se encontravam os camponeses, é necessário uma transformação cultural-ideológica do camponês, ele deve desenvolver uma consciência operária e caminhar em direção à participação no “grande estabelecimento socialista que constitui o meio de superar a espoliação capitalista” (KAUTSKY, 1998, p. 174).

Assim, seria necessária a implantação de cooperativas para resistir contra a expropriação capitalista, a fim de formar uma consciência de classe que fomentasse a luta em direção a uma sociedade socialista. A participação de um empreendimento cooperativo levaria os camponeses a superar os “vícios das formas artesanais de trabalho” (MORAIS, 1986, p. 27).

Em 1988, com a liberdade de associação conferida pela Constituição Federal<sup>39</sup>, o MST amplia a discussão sobre cooperação agrícola. A sistematização desta discussão está no Caderno de Formação “Plano Nacional do MST 1989 a 1993”, no qual consta como meta: “desenvolver e estimular as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como a única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade...”. O documento também chama a atenção para que a cooperação fosse desenvolvida “nos níveis mais avançados, socializando a terra e todos os meios de produção” (MST, 1989, p. 20).

Para a constituição de cooperativas, o caderno “*Elementos sobre a Teoria da Organização do Campo*” (MORAIS, 1986) trazia a proposta de um método, chamado de *Laboratórios Organizacionais no Campo – LOC*, esse método consistia, de forma sintética, em um curso de capacitação com no mínimo 40

---

<sup>39</sup> Artigo 5º XVIII da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998).

participantes e com duração de 30 a 40 dias. Nestes “laboratórios” eram desenvolvidas atividades teóricas e práticas com o objetivo de “introduzir em um grupo social a Consciência Organizativa que necessita para atuar em forma de empresa ou ação organizada” (MORAIS, 1986, p. 40).

Também se espera que, neste espaço de tempo ocorram mudanças culturais, introduzindo a *divisão social do trabalho* no grupo, participante do laboratório, e superando “vícios” ou “desvios ideológicos” presentes em trabalhadores artesanais.

Esse método foi criticado por vários pesquisadores<sup>40</sup>, e, segundo Fernandes (2000, p. 180), “essas experiências também geraram uma avaliação crítica por parte do MST”, ao comentar a entrevista de João Pedro Stédile que relata que o Movimento considerou que a proposta:

Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação, em segundo porque não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é muito lento. Em geral, os grupos de cooperação já vem se formando nos acampamentos em função de afinidades que vão se criando (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p.99-100).

Mas o dirigente do MST coloca que, mesmo com essas críticas ao método, ele contribui na discussão sobre como “a organização do trabalho influencia na formação da consciência do camponês” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 100). Também coloca que em alguns locais a aplicação do LOC levou à constituição de cooperativas que apresentam os mais diversos resultados.

Por outro lado, Carvalho (1999), em uma pesquisa realizada em assentamentos de sete Estados do Brasil, identificou como sendo três as principais

---

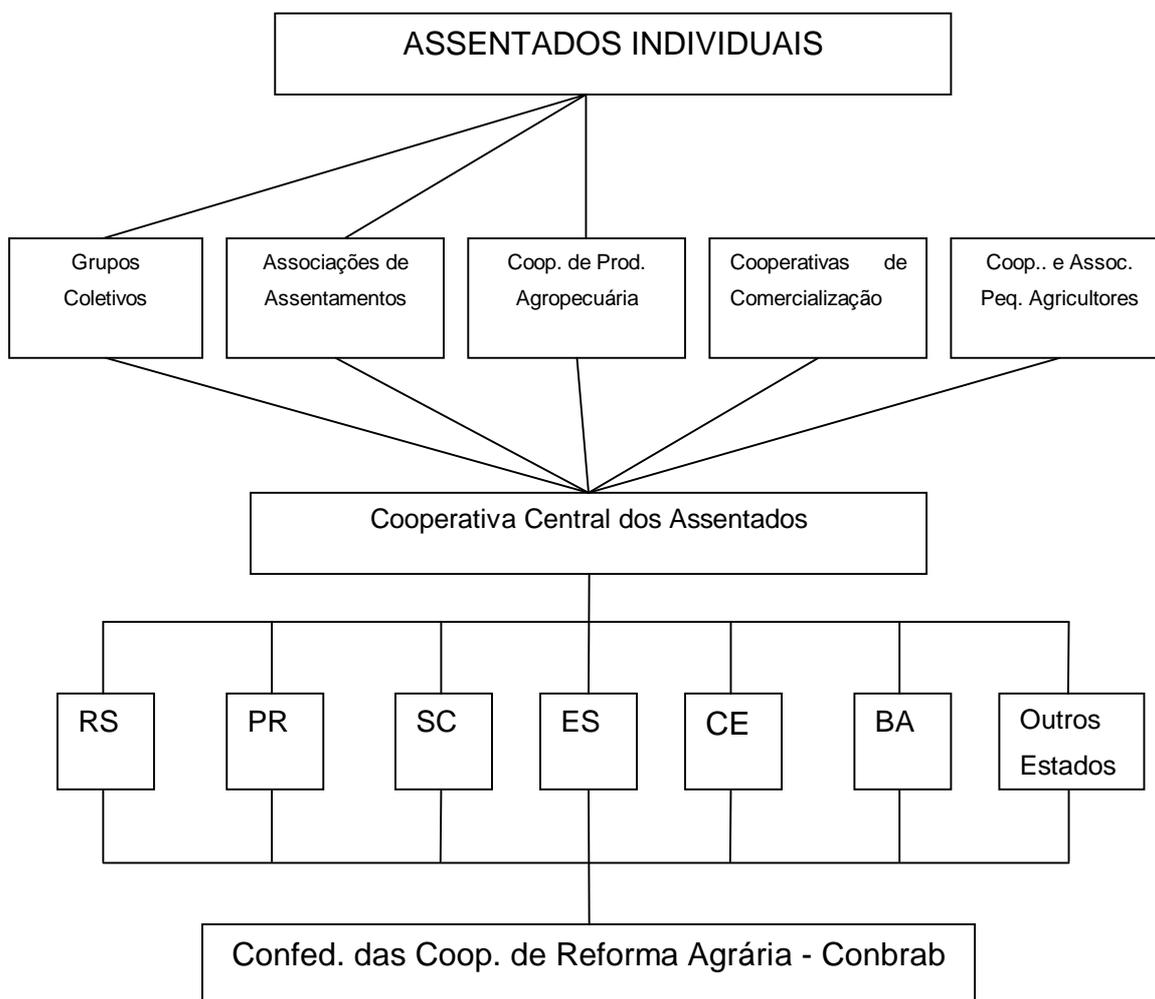
<sup>40</sup> Para uma análise mais detalhada sobre os LOCs ver entre outros: SOUZA (1999) e BRENNEISEN (2002) e para uma visão atual deste método a partir da ótica do MST ver STÉDILE e FERNANDES (1999).

formas de identidades criadas entre as famílias assentadas que são: a identidade social por rede de relações consolidadas historicamente; identidade social pela origem; e identidade social pela política. Também foi possível identificar que, em assentamentos com grande heterogeneidade cultural, há dificuldade em se estabelecer afinidades mesmo com vizinhos, “apesar de vizinhos fisicamente, não o são socialmente” (CARVALHO, 1999, p. 35).

Assim, podemos analisar que não são somente afinidades “criadas” no período do acampamento que influenciam na cooperação, mas existe uma presença muito forte de fatores sócio-culturais pré-existentes nas famílias sem-terra.

De qualquer forma, a partir de 1989 diversas cooperativas foram criadas em assentamentos rurais, essas se organizaram a nível estadual em Centrais Cooperativas (CCAs – Cooperativa Central de Reforma Agrária). Durante este processo, é estruturado o SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados, o qual era um setor do MST encarregado da produção e cooperação agrícola. As CCAs foram organizadas em torno de uma Confederação, a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Ltda, - fundada em 15 de março de 1992. Confederação que podemos visualizar sua organização na Figura 02, a seguir.

As discussões sobre a cooperação e sobre a criação do SCA pelo MST foram sistematizadas no Caderno de Formação “A Cooperação Agrícola nos Assentamentos” (MST, 1993). Documento que traz como concepção de cooperação agrícola para o MST a “introdução na agricultura [da] divisão do trabalho, de forma cooperada, que já acontece na indústria e no comércio... é um jeito de juntar ou somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer as coisas em conjunto” (MST, 1993, p. 8).



**FIGURA 02: Esquema organizacional do Sistema cooperativista dos Assentados**

Fonte: MST (1993, p. 42)

A principal forma de cooperação proposta neste documento são as CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária, consideradas como formas superiores de organização. Nestas cooperativas os meios de produção são de propriedade coletiva e é introduzida a divisão social do trabalho, com cada sócio assumindo geralmente uma determinada tarefa<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> Para uma discussão acerca das diversas formas de cooperação praticadas em assentamentos vide SOUZA(1999); CARVALHO (1998); CONCRAB (1997).

Segundo o documento acima citado o SCA foi formado com os seguintes objetivos:

**Objetivos econômicos:** ajudar a resolver os problemas econômicos de todas as famílias assentadas; desenvolver a cooperação agrícola como uma empresa econômica que produza “sobras”, ou seja, resultados financeiros para as famílias; aumentar o progresso econômico...; modernizar a produção no campo; desenvolver a agroindústria;

**Objetivos sociais:** propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos; provar que a reforma agrária é viável... do ponto de vista da justiça social...do ponto de vista econômico; aumentar o poder de barganha; formar e capacitar quadros para o conjunto das lutas dos trabalhadores; contribuir para a construção do **Homem Novo** e da **Nova Mulher**...; transformar a luta econômica em luta política e ideológica.

**Objetivos orgânicos:** consolidar a organização da base do MST; conseguir liberar as pessoas para participar dos Movimentos Sociais; servir de retaguarda econômica do MST; desenvolver a consciência social...; transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; acumular forças para a transformação da sociedade (MST, 1993).

Pode-se analisar, na configuração do SCA, a forte influência da proposta de Moraes (1986), principalmente, quando o documento propõe a introdução da divisão social do trabalho e o objetivo de transformar a ideologia do camponês, eliminando seu jeito artesão de trabalhar.

Outro fator que influenciou a formação e a configuração inicial do SCA foi conjuntural, pois, com a posse de Fernando Collor de Mello na presidência (1990), este, apoiado por forças contrárias à Reforma Agrária, exerceu uma política de forte repressão contra os Movimentos Sociais. Assim, a criação do SCA acabou sendo também uma forma de resistir à política governamental para os Movimentos Sociais, procurando manter e viabilizar as áreas já conquistadas, já que a conquista de novas áreas era praticamente impossível.

Entre 1993 e 1994 ocorre o que o MST chamou de “crise das CPAs”, pois havia muita resistência a implantação destas. Também nas cooperativas já instaladas é grande o número de famílias que desistem da produção coletiva. Pois,

ou aderiram à proposta esperando que pudessem ter acesso mais rápido à terra, ou esperavam que rapidamente este modelo desse um retorno financeiro considerável, em um curto espaço de tempo, sendo que, mesmo com a coletivização dos meios de produção, as condições financeiras destes empreendimentos geralmente não traziam o retorno financeiro esperado.

Por um lado, procurando resolver os problemas que as CPAs apresentavam, o MST procura investir na formação de quadros técnicos capacitados a administrar as cooperativas que apresentavam diversos problemas administrativos. Cria-se então o curso de Técnico em Administração de Cooperativas – TAC, realizado em Veranópolis-RS, que procurava suprir a necessidade da falta de quadros capacitados para administrar as cooperativas<sup>42</sup>. No aspecto administrativo, também é lançado o Caderno de Formação “Questões práticas sobre cooperativas de produção” (MST, 1994) o qual procurava, focalizando as CPAs: “esclarecer algumas questões que, de certa forma, já são padronizadas como desafios a serem superados para garantir o funcionamento das experiências de cooperação” (MST, 1994, p. 9).

Por outro, reformula-se a proposta de cooperação, procurando investir nas Cooperativas de Prestação de Serviços – CPS, pois as formas de coletivização dos meios de produção não conseguiam *massificar* a cooperação. As CPS podem atuar na organização da produção dos lotes individuais, mas é a família que mantém a autonomia sobre a mesma, podendo também atuar na organização da comercialização da produção, compra de insumos e até na industrialização de

---

<sup>42</sup> Para uma discussão sobre este curso vide Menezes Neto (2003). Recentemente o MST promove, em convênio com diversas universidades, cursos de graduação em Pedagogia e Agronomia específicos para trabalhadores assentados e também já promoveu, através da Concrab, em convênio com o Iterra, Unisinos e Unb, Curso de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas - CEACOOOP e outros cursos que foram desenvolvidos após estas experiências.

algum produto. Autonomia que é tão cara ao camponês para o qual “a terra é a fonte de vida e de liberdade. Para ele é um bem precioso deter a autonomia de decisão sobre todos os aspectos de suas vidas, o que inclui aspectos relativos à produção e comercialização” (BRENNEISEN, 2002, p. 238-239).

Ou seja, o camponês aspira possuir seu próprio pedaço de chão para não mais estar subordinado a alguém. Esse desejo de autonomia tem suas origens nas relações seculares de dominação de grandes proprietários, antes sobre os escravos, depois sobre pequenos colonos, posseiros, arrendatários, cristalizando valores de submissão e dependência em relação ao ‘Senhor’ ou ao ‘Coronel’.

Desta forma, como coloca Fabrini (2002), a resistência é um dos parâmetros para a compreensão do campesinato. Sobre a resistência dos assentados, Souza (1999, p. 194) coloca que esta se apresenta em “dois focos”, o primeiro das famílias assentadas às formas coletivas de produção propostas pelos mediadores, manifestada através da predominância de famílias assentadas em lotes individuais, bem como “através das desistências dos sócios” nos assentamentos organizados em formatos coletivos. Já o outro foco de resistência é “o processo de resistência no interior do sistema capitalista, ou seja, as formas associativas, cooperativas, semi-coletivas do assentamento”, estas formas de cooperação são por um lado uma forma de resistência ao modelo ideal de coletivização da terra e dos meios de produção propostos pelos mediadores e, por outro, se constituem em uma forma de resistir a uma nova expropriação, procurando, mesmo que de forma precária, sua inserção no mercado e alcançar a sua viabilidade econômica .

Com a expansão vivenciada pelo MST, após 1995, e materializada no aumento do número de ocupações, que leva a um aumento do número de assentamentos e, conseqüentemente, se amplia o volume de créditos disponíveis,

créditos não só diretamente para as famílias assentadas como também para empreendimentos coletivos. Grande parte dos investimentos coletivos é direcionada principalmente para as Cooperativas de Prestação de Serviços. Algumas cooperativas tornam-se importantes empresas na dinâmica local e até regional<sup>43</sup>.

<b>Ano</b>	<b>Ocupações</b>
1993	89
1994	119
1995	146
1996	398
1997	463
1998	599
1999	593
2000	393
2001	194
2002	184
2003	391
2004	327*

TABELA 01 – NUMERO DE OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL 1994-2004  
 FONTE: CPT (2004); \* BRASIL (2005)

<b>Ano</b>	<b>Ocupações</b>
1995	30716
1996	41717
1997	66740
1998	98740
1999	99201
2000	69929
2001	73754
2002	43486
2003	36301*
2004	81254*

TABELA 2 – Numero de Famílias Assentadas 1994 -2004.  
 Fonte: BRASIL (2003); \*BRASIL (2005).

<sup>43</sup> Como exemplo de cooperativa que alcançaram expressiva importância regional temos a COOPEROESTE (Sede em São Miguel do Oeste/SC) que conseguiu se estruturar e envazar leite longa vida sob a marca "Terra Viva" que pode ser encontrada em muitos Supermercados, principalmente na Região Sul do Brasil.

As discussões sobre cooperação, realizadas entre 1995 e 1996 e debatidas no II Seminário sobre Cooperação Agrícola (realizada em 1996), são sistematizadas no Caderno “Sistema Cooperativista dos Assentados” (CONCRAB, 1997). Este documento atualiza e aprofunda discussões presentes no caderno de 1993 (MST, 1993). As principais diferenças entre as propostas dos dois cadernos são que no primeiro documento é clara a indicação de que “todos os assentados devem ter cooperativas” (MST, 1993, p. 45), já o Caderno de 1997 traz que “o importante não é a forma, mas o ato de cooperar”(CONCRAB, 1997, p. 61), mostrando um início de flexibilização do modelo cooperativista, apesar de estar implícito o ideal da constituição de cooperativas de produção coletiva.

Outra mudança que este caderno traz é a sistematização da concepção de cooperação para o MST, onde defende que, além de ser uma forma de viabilização econômica, social, política e de conscientização das famílias assentadas, ela deve ser uma “ferramenta de luta” (CONCRAB, 1997, p. 22).

Este documento sistematiza a diferença entre o cooperativismo tradicional e a proposta do cooperativismo alternativo proposto pelo MST, sendo que podemos destacar como pontos principais o aspecto político da cooperação no MST e não apenas econômico, destacando a dimensão classista da proposta, o aspecto de busca pela inclusão de todos os assentados e não buscar apenas os que se viabilizam economicamente, trabalho com organização da produção e não apenas com a comercialização, o que questiona fundamentos do capitalismo<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Neste documento o MST sintetiza um quadro com as principais diferenças entre cooperativismo tradicional e o cooperativismo alternativo proposto pelo MST, este quadro pode ser consultado na publicação citada (CONCRAB, 1997) bem como já foi reproduzido em diversos trabalhos acadêmicos (como SOUZA, 1999, FERNANDES, 2000 e outros).

O mesmo documento (CONCRAB, 1997) traz também uma sistematização das formas mais comuns de cooperação praticadas nos assentamentos rurais, formas que vão desde práticas tradicionais de famílias camponesas, como os mutirões e troca de dias de serviços, passando por grupos informais e associações até a Cooperativas formalmente constituídas, como as já citadas CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária.

CARVALHO (1998, p. 11-13) em pesquisa realizada em 7 (sete) Estados no Brasil, identificou as seguintes formas de associativismo praticadas nos assentamentos rurais:

**Núcleo ou Grupo de Produção** – cooperação entre famílias vizinhas, famílias com afinidades e ou com relações de consangüinidade. Em média, cada grupo de produção é constituído de 5 a 15 famílias.

**Associação:** entre parte dos trabalhadores de um assentamento, seja para a realização de determinadas atividades produtivas, seja por localização geográfica como as linhas de assentamentos (norte) ou comunidades e ou povoados de um assentamento (nordeste).

**Centrais de associações:** uma sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo básico é efetuar a coordenação de associações de produtores rurais de áreas oficiais de reforma agrária.

**Grupo:** Grupo coletivo envolvendo parcela dos trabalhadores de um assentamento.

Grupo semi-coletivo envolvendo parcela dos trabalhadores de um assentamento.

Grupo de produção envolvendo parcela dos trabalhadores de um assentamento.

**Coletivo:** todos, ou apenas parte dos trabalhadores rurais de um assentamento, participam em atividades integralmente coletivas [...]

**Condomínio:** forma de apropriação da terra. Ainda que haja parcelamento da terra esta é apenas usufruída a partir de um plano global de exploração de todo o assentamento. Há, também, condomínios por ramo de atividade, como o de produção de leite. Nestes casos não está implícita a apropriação da terra, mas apenas, a gestão da comercialização do produto e ou subproduto.

**Cooperativa;**

**De prestação de serviço** – CPS – (para um assentamento);

**De prestação de serviços regionais** - CPSR – ( atende vários assentamento lindeiros ou próximos);

**De crédito;**

**De produção e de prestação de serviços** - CPPS ( para um assentamento);

**De produção agropecuária** – CPA ( para um assentamento);

**Centrais de cooperativas** – CCA (âmbito estadual) [...];

**Caixa Agrícola:** considerada vulgarmente como uma pré-cooperativa.[...], uma espécie de caixa de auxílio mútuo. [...]Adota os princípios institucionais de uma cooperativa;

**Mutirão:** forma simples de cooperação entre pessoas ou famílias para realização de uma atividade, seja para benefício de uma família

individualmente ou para concretização de infra-estrutura econômica ou social de uso coletivo, para não estando presente a divisão técnica do trabalho cooperado.

Este ponto mostra a diversidade de experiências de cooperação desenvolvidas nos assentamentos rurais, experiências que mostram a cooperação como parte do processo de resistência dos camponeses na terra, não se adaptando ao modelo ideal das CPAs, proposto pelas lideranças, resgatam e reproduzem experiências tradicionais assim como (re)criam novas práticas de cooperação.

A partir de 1998, inicia-se, por parte do Governo Federal, um processo de *desmonte* das cooperativas do MST. O aspecto político das cooperativas levam-nas, não só, como acima mencionado, a se destacar como importantes empresas na dinâmica econômica regional, como também:

...acabaram assumindo papel central na implementação da política para os assentamentos. Este fortalecimento das cooperativas enquanto mecanismo gestor dos assentamentos provocou forte reação dos órgãos oficiais (Incrá, por exemplo), que passaram a visualizar nas cooperativas um “mecanismo paralelo” de gestão dos assentamentos. A compreensão das cooperativas como instrumento de intervenção nos assentamentos levou o Estado a investir no seu desmantelamento por meio de um amplo e sistematizado conjunto de medidas. Medidas que vão desde o fim da assistência técnica nos assentamentos, com a extinção do Projeto Lumiar, à depreciação pública, nos meio de comunicação (FABRINI, 2002, p. 128)

Quando o Governo ampliava a política de repressão ao MST, procurando atingir as cooperativas, já estava em curso um processo de avaliação das experiências e propostas de organização dos assentamentos rurais. São realizadas discussões e realizado o acompanhamento dos resultados de algumas CPAs diretamente pela CONCRAB. Processo de avaliação que analisaremos no próximo capítulo.

Neste período, a base teórica do processo de cooperação do MST está centrado no trabalho, o qual é entendido como:

Prática fundamental do processo de humanização e conseqüente socialização dos indivíduos. Pelo trabalho o homem produz a sua existência material e, indo além, estabelece relações sociais e culturais que estarão na base de sua existência. O trabalho é a base do processo civilizatório humano (MENEZES NETO, 2003, p. 94).

Mas este processo que não se reduz a aspectos econômicos, é mediado também por dimensões culturais, políticas e sociais, motivo pelo qual analisamos que a experiência das CPAs foi aceita apenas por pequena parte das famílias assentadas<sup>45</sup>. Mesmo sendo concebida com base em pressupostos ideológicos, acabaram por predominar os aspectos econômicos, pois entre outras causas, o embate político sobre a viabilidade da reforma agrária levou a se priorizar a visão economicista das cooperativas. Desta forma, com base na concepção de Thompson (1981) sobre a experiência, vemos que grupos de famílias<sup>46</sup> que possuem histórias de vida semelhantes, cercadas pela exploração, privação, migração e lutas, não apreendem suas experiências de modo uniforme. Isto explica as dificuldades da homogeneização mesmo entre os membros de um grupo aparentemente homogêneo.

Mas por outro lado, o estranhamento entre as CPAs e os camponeses que resistiam a esse modelo (prioritário para o MST) desenvolveram outras formas de cooperação em um processo de síntese entre o modelo ideal preconizado pelas lideranças, os sonhos e utopias camponesas e a influência das políticas governamentais. Surgem assim grupos coletivos, associações coletivas, a coletivização de algumas linhas de produção, o resgate de práticas tradicionais, ou seja pela práxis cotidiana surgem múltiplas experiências de cooperação e organização da produção.

---

<sup>45</sup> Segundo o I Censo de Reforma Agrária apenas 7,65% dos assentados participavam de cooperativas (SCHIMIDT, MARINHO, ROSA, 1998) na época em fins de 1996 e início de 1997. Époça em que a proposta das CPAs ainda era muito discutida nos assentamentos.

<sup>46</sup> Embora aparentemente homogêneo, os sem-terra apresentam uma grande diversidade de origem pois neste grupo há pequenos ex-arrendatários, pequenos posseiros, minifundiários, filhos de pequenos proprietários que têm dificuldades da manutenção da família em sua propriedade, trabalhadores rurais assalariados e incluindo trabalhadores urbanos que já possuem experiência agrícola e, em alguns casos, até quem não possui experiência agrícola mas deseja tentar a vida no meio rural.

## CAPÍTULO IV

### DO BALANÇO DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NA DÉCADA DE 1990 AOS NÚCLEOS DE BASE.

*Não, não tenho caminho novo.  
O que tenho de novo  
é o jeito de caminhar.  
(Thiago de Mello)*

Neste capítulo trataremos a análise da cooperação praticada nos assentamentos rurais, ligados ao MST durante a década de 1990. Ficará expressa a proposta da organização dos assentamentos e acampamentos em núcleos de base e desdobramentos desta discussão na própria organização do MST.

#### **4.1 - O balanço da cooperação agrícola do MST na década de 1990**

A avaliação das proposições e ações do MST é um importante aspecto de sua práxis, após a realização de diversas atividades e discussões, normalmente, procura-se deixar espaço para a sua avaliação, e não é diferente com o processo de construção da cooperação agrícola. Frutos dessas avaliações, as proposições de cooperação foram sendo alteradas ao longo da década de 1990, mantendo a centralidade do princípio educativo do trabalho, mas incorporando outros elementos.

O final da década de 1990, mais especificamente durante o ano de 1998, além das dificuldades constatadas pela avaliação da cooperação no MST, aspectos conjunturais obrigam a um repensar mais profundo nas práticas de cooperação do MST. Esses aspectos são o acirramento da política de repressão ao Movimento e a crise econômica vivenciada pelo país, que levou a forte

desvalorização do real em setembro de 1998, criando dificuldades para diversos setores da economia. Lembrando que as pequenas empresas estão entre os segmentos mais suscetíveis às crises econômicas, categoria na qual, estão incluídas, a imensa maioria das cooperativas ligadas ao MST. Por outro lado, a mudança na política econômica leva o governo a rever a utilização do dinheiro público, desta forma os mais necessitados são sempre os mais afetados.

No processo de avaliação da cooperação no MST, quatro CPAs tinham um acompanhamento sistemático feito pela CONCRAB. Parte dos resultados deste processo e as discussões realizadas estão sintetizadas no Caderno “A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST - (1989-1999)” (CONCRAB, 1999). No primeiro texto deste documento, de autoria de um grupo de pesquisadores da própria CONCRAB, realiza-se uma análise da cooperação no MST através dos documentos produzidos por lideranças e assessores, e procura-se fazer um balanço dos resultados alcançados.

O documento coloca que a experiência da cooperação nos assentamentos tem um saldo positivo ao destacar as conquistas, como a influência na sociedade em nível local e até regional que diversas cooperativas alcançaram; melhor qualidade de vida em quatro CPAs acompanhadas diretamente pela CONCRAB; o curso de Técnico de Administração de Cooperativas; a liberação de quadros para o MST e a “qualificação da consciência”, alcançada com o auxílio da maior “convivência social” que “implica em maior troca de idéias, de posições diferentes, de informações”, o que contribui para a “conscientização dos assentados” (CONCRAB, 1999, p. 26).

Christoffoli (2000, p 291)<sup>47</sup> conclui que há “espaço para o desenvolvimento de iniciativas de produção coletiva de inspiração socialista e autogestionária” mas também detecta os limites destas experiências dentro do sistema capitalista e prevê grandes dificuldades para a maioria das cooperativas devido a própria dinâmica do sistema capitalista.

Carvalho (1999)<sup>48</sup>, ao realizar uma análise crítica sobre o desenvolvimento da cooperação no MST, baseado nos textos publicados sobre o tema pelo próprio Movimento no período de 1989 a 1999, procura destacar as contradições que surgiram neste esforço, principalmente as que foram por ele percebidas e não contempladas nos documentos pesquisados.

Carvalho (1999, p. 26) coloca que o SCA teve sua “composição institucional” determinada muito mais por “uma opção político ideológica, do que por informações objetivas e subjetivas da prática histórica da cooperação entre trabalhadores rurais”. Para o autor as análises sobre a cooperação entre os trabalhadores sem-terra, antes de 1989, são superficiais e insuficientes, mas foi nessa época que o discurso da “coletivização da produção começou formalmente a perpassar o discurso hegemônico, resultando na idéia da CPA” (CARVALHO, 1999, p. 26).

O autor também constata que, ao contrário da proposta do “Plano Nacional do MST (1989-1993), onde afirmou-se a necessidade de desenvolver todas as formas de cooperação, tendeu-se e consolidou-se na década de 90 um sistema institucional técnico-burocrático de cooperativas” (CARVALHO, 1999, p.30). Constituindo-se assim o que Carvalho chama de “paradigma da década de 90”

---

<sup>47</sup> O autor é membro da CONCRAB e este trabalho é sua dissertação de mestrado defendida na UFPR.

<sup>48</sup> O autor é pesquisador e assessor de movimentos sociais, com destaque para o MST.

(1999, p. 28) que pode ser sintetizado na expressão “a cooperação é igual a cooperativa ou dá-se através dela” (1999, p. 32). Este paradigma pode ser constatado pelo conteúdo dos diversos documentos produzidos desde 1992 pelo MST e/ou CONCRAB, sobre cooperação, nunca se “pôs em dúvida a instituição cooperativa como expressão da cooperação”, e também a “maioria esmagadora dos temas tratados nos documentos são relacionados com a gestão das cooperativas” (CARVALHO, 1999, p.31), mesmo que muitos insistissem que deveriam ser desenvolvidas múltiplas formas de cooperação.

Nesta mesma época, lideranças do próprio MST, como Ademar Bogo, também trazem críticas à forma “cooperativa”, pois esta está presa a uma série de mecanismos legais e burocráticos, coloca “a diferença que há entre ‘cooperativismo’ e ‘cooperação’: enquanto o primeiro é um projeto empresarial, o segundo é um projeto estratégico” (BOGO, 1999a, p.18). Estes mecanismos legais e burocráticos fazem parte da lógica de cooperação implementada pelas elites, conforme já colocado no início deste capítulo, modelo de cooperativismo que, conforme já citado, não interfere na “organização social da produção” (RIOS, 1987, p. 48).

Por outro lado, os agricultores assentados, ao falar de cooperativas ou cooperação, têm em mente a tradição cooperativista dominante no Brasil, ou seja, a de empresas com grandes estruturas para a comercialização e/ou beneficiamento da produção rural (principalmente grãos), assim, eles têm a representação de que se não virem estas estruturas, a cooperativa não existe. Essa representação de cooperação/cooperativa levou, em muitas regiões, as cooperativas do MST, principalmente, as CPS, a procurarem reproduzir a prática das grandes cooperativas tradicionais, ou seja, de criar grandes estruturas de armazenamento

e/ou beneficiamento dos produtos dos assentados, o que também contribuiu para que as mesmas apresentassem problemas, principalmente, de ordem financeira.

Assim, fruto destas discussões e de aspectos conjunturais, propõe-se a organização dos assentamentos e acampamentos de maneira que, sem renegar a contribuição das cooperativas, construam a organicidade do MST nos assentamentos e acampamentos através dos núcleos de base, proposta que analisaremos no próximo tópico.

#### **4.2. Os núcleos de base do MST**

Ao longo da trajetória do MST, discussões sobre os núcleos de base estiveram presentes. Em vários assentamentos chegaram a ser estruturados núcleos de base, mas muitos não mantiveram suas atividades, ou estas eram extremamente reduzidas.

Como vimos, os documentos do MST editados no início da década de 1990 apresentavam as CPAs como modelo ideal de organização de assentamentos. Proposta que apresentou os mais diversos resultados nos assentamentos, mas, efetivamente foram organizadas CPAs em poucos assentamentos<sup>49</sup>, o que levou a proposição da alternativa da CPS – Cooperativas de Prestação de Serviços – a fim de “massificar” a cooperação (CONCRAB, 1997).

Como forma de estimular a organização das famílias, sobretudo as assentadas de forma individual, realizaram-se discussões sobre a organização de

---

<sup>49</sup> Segundo divulgação na página da Internet do MST em 2004, estão organizadas 60 CPAs (MST, 2004b) em um universo de pelo menos 5750 assentamentos até 2001) (DATALUTA, 2002).

núcleos de base, que, refletindo a concepção de cooperação predominante do MST no momento (meados da década de 1990), chegaram a ser chamados de *núcleos de produção* e seriam a base das CPSs – Cooperativas de Prestação de Serviços. Os núcleos de produção eram organizados por “proximidade, parentesco ou por linha de interesse de produção, com a finalidade de discussão política do MST e da organização da produção” (CONCRAB, 1997, p. 63).

Como exemplo desta ligação dos núcleos de produção às cooperativas temos a COTRAMIC - Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Município de Castro – na qual consta em seu Estatuto que:

Art. 3º Poderá ingressar na cooperativa (...) qualquer pessoa pequeno (a) produtor (a) com área de terra de até 64 hectares e que estejam vinculados a um grupo de produtores organizado e cadastrado na cooperativa denominada *núcleo de produção* (...) (COTRAMIC, 1997, p. 3; grifo nosso).

Esta forma de articulação dos núcleos com as cooperativas manteve a prioridade do aspecto econômico na organização dos assentamentos (apesar de outros aspectos, como os políticos, sempre serem lembrados), os quais eram vistos principalmente como uma unidade de produção, perseguindo sua integração ao mercado capitalista, adotando os padrões da moderna agricultura convencional, chegando, em alguns casos, a praticamente abandonar a agricultura de subsistência.

As discussões relacionadas aos núcleos também estiveram presentes nas avaliações realizadas no final da década de 1990 pelo MST. No documento da CONCRAB (1998, p. 26), que traz desafios a serem superados, sendo que entre os desafios “relacionados à concepção e prática dos militantes” traz um ponto que diz respeito à “nucleação da base”.

Carvalho (1999) mostra que em vários momentos, durante a década de 1990, foram discutidos os núcleos de base, mas esta discussão apresentava-se em alguns momentos contraditória ou estava até ausente e conclui que:

Minha suspeita é de que o MST ainda não conseguiu desenvolver ou decidir sobre uma teoria que fundamentasse o papel que os núcleos de base desempenhariam para o próprio movimento social. Em consequência disso, careceu da elaboração de uma metodologia de ação que permitisse a organização dos núcleos de base a nível dos assentamentos (CARVALHO, 1999, p. 33).

Já no IV Congresso Nacional do MST, em agosto de 2000, a CONCRAB traz como proposta sobre a organização dos assentamentos rurais que “mesmo com base no lote individual familiar, é possível atribuir a ele uma nova função social, que gera novas pessoas, com um novo jeito de ser, de agir e de pensar o mundo” (CONCRAB, 2000, p. 47).

O documento propõe, principalmente, para a Região Centro-sul do Brasil, onde predomina a construção da casa no lote individual,<sup>50</sup> a organização dos assentamentos em núcleos de moradia, com a finalidade de aproximar as pessoas, evitando assim o isolamento destas. Essa proposta consiste em realizar o “corte da área” de forma a aproximar as casas, mas com as famílias ainda morando dentro de seus respectivos lotes, procurando deixar uma pequena área para edificações comuns.

A proposta também coloca que essa forma de organização poderá facilitar o acesso a alguns bens como água, energia e outros equipamentos sociais; e chama a atenção também ao desafio de mudar a matriz tecnológica, evitando o uso de insumos químicos (mercado dominado por grandes empresas multinacionais), estimulando uma discussão sobre a construção de uma nova matriz

---

<sup>50</sup> Nas regiões Nordeste e Norte, há uma maior aceitação da criação de agrovilas estimuladas por fatores como o acesso à água (Nordeste) e distâncias (Norte), mas da mesma forma predomina os lotes individuais mesmo que a casa não esteja sobre ele.

tecnológica baseada na agroecologia, para fazer frente à proposta do governo e de setores conservadores da sociedade que investem pesadamente no chamado Agronegócio. Essa socialização das famílias seria o embrião para a constituição dos *núcleos de base* do MST, núcleos estes que constituirão a base do Movimento onde serão feitas desde discussões dos problemas cotidianos, dos temas relacionados às lutas até atividades nacionais.

O documento enfatiza a importância do núcleo de base, pois “ali se pratica a democracia direta, se constituindo no grande instrumento pedagógico da participação popular e da gestão coletiva do território” (CONCRAB, 2000, p. 49).

Assim elaborou-se essa nova *proposta*, para que a partir da convivência diária sejam construídas formas de cooperação a partir da “compreensão de atividades cooperadas” percebidas pelas pessoas (CONCRAB, 2000, p. 50).

Este documento sinaliza um princípio de mudança na concepção da constituição de cooperativas, pois a prática anterior, que era a de procurar já nos momentos iniciais do assentamento constituir cooperativas, principalmente as CPAs, apresentava limites. Pois como já visto, a ampla maioria das pessoas resistia à cooperativa. Também começa a delimitar parâmetros para a organização dos núcleos, como a organização de núcleos de moradia, a dimensão da democracia participativa através dos núcleos, a necessidade de cada núcleo ter um coordenador e uma coordenadora.

Essa discussão é aprofundada no próximo *Caderno de Cooperação* “O que levar em conta para a organização do assentamento” (CONCRAB, 2001). A proposta central segue a discussão realizada no IV Congresso e é baseada em sete pontos básicos. Segundo o documento, “devemos combinar em nossa proposta 7

ações que permitirá criar condições para a modificação do meio social (assentamento), o qual implicará decisivamente na conduta e na consciência da futura família assentada” (CONCRAB, 2001, p. 9).

As sete ações propostas no documento são as seguintes:

1. *controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área* – refere-se ao modo de como se dará a divisão dos lotes que devem necessariamente ser controlados pelas famílias, as quais escolherão a localização e a forma da divisão da área;
2. *sorteio por grupo de famílias*: esse ponto, já implementado em alguns estados, seria “o primeiro passo e o potencial para as futuras formas de cooperação entre as famílias” (CONCRAB, 2001, p. 10), assim os vizinhos seriam pessoas que já tinham afinidades anteriores ao assentamento;
3. *processo de titulação*: neste ponto estão dois aspectos, o ligado à propriedade da terra e o ligado a questões de gênero. No primeiro, ele estimula uma discussão em que seja dado ao assentado o “título de concessão real de uso da terra”, em vez de um título de propriedade da mesma, com a intenção de desestimular a venda de lotes. Já no aspecto relativo ao gênero ele chama a atenção para que o cadastro seja feito no nome do casal e não apenas no nome do marido como é o procedimento normal;
4. *organização da moradia*: este item detalha as discussões sobre a forma de organização espacial das residências. Sugere, que como há resistência ao modelo de agrovilas (principalmente no Centro, Sudeste e Sul do país) a organização em núcleo de moradia; núcleo habitacional e agrovilas. O primeiro modelo consiste basicamente na aproximação das casas dentro do lote, procurando modificar a divisão dos lotes no momento da implantação do

assentamento de forma que isso seja possível. No segundo modelo, as casas não precisam ficar necessariamente dentro do lote, mas devem estar próximas do mesmo. Já nas agrovilas, as casas não ficam nos respectivos lotes. O documento cita exemplos no Estado do Pará, onde assentamentos possuem agrovilas com 500 a 600 famílias, mas podem também ser pequenas com cerca de 20 famílias. Esse modelo é mais aceito nas regiões Norte e Nordeste, provavelmente devido aos problemas de distância e hídricos respectivamente;

5. *organização dos núcleos de base*: as famílias dos núcleos de moradia, habitacional ou agrovilas poderão constituir um ou mais núcleos de base, do assentamento e respectivamente do MST. Estes deverão estar organizados com no máximo 30 famílias, acima disto o documento recomenda a divisão em dois ou mais núcleos. O documento propõe que cada núcleo possua dois coordenadores, o que faz surgir discussões sobre gênero, pois a coordenação deve ser “necessariamente compartilhada em pé de igualdade por um homem ou mulher escolhida(o) por todos os membros do núcleo” (CONCRAB, 2001, p. 14). Os núcleos de base serão espaços de discussão de questões de ordem geral propostas pelo MST, em alguns estados isto é feito através de documentos distribuídos aos núcleos e, também, de pontos específicos da realidade local;
6. *organização da produção e da cooperação agrícola*: esse item perpassa por diversos aspectos que dizem respeito ao *plano de produção* onde se discutirá o que produzir, a garantia da subsistência, as condições físicas de produção, o uso de estruturas comunitárias, recursos naturais, entre outros; as *formas de cooperação*, aspecto em relação ao qual o documento coloca a necessidade de, a partir da realidade, ir organizando formas de cooperação. Para tanto, o MST pode propor formas de assistência a fim de auxiliar na viabilização da

subsistência e até na produção para o mercado. *Assistência técnica* que deverá auxiliar neste processo e, se possível, deverá ser formada por “multidisciplinares, e estarem morando dentro dos assentamentos” (CONCRAB, 2001, p. 17); *um novo jeito de produzir* o documento direciona o debate para mudar a matriz tecnológica, orientando a produção para uma linha agroecológica e o *controle do crédito*, pois trata-se de recursos públicos “o qual a sociedade brasileira está compartilhando com os assentados uma pequena parcela da riqueza socialmente gerada” (CONCRAB, 2001, p.17), deve-se orientar os recursos para investimentos multiplicadores a fim de garantir condições dignas de vida;

7. *formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência.*

Deverá ser de forma contínua, pensada tanto em nível *massivo*: ptanto ara todas as famílias assentadas, como para as *lideranças e militantes*. Deve ser feito de maneira que não se tornem “*freios* do desenvolvimento da proposta. Isto ocorre pois no processo pretende-se que as pessoas tornem-se donas de seu destino, o que poderá levar a um choque com o método autoritário e centralizado, típicos de lideranças vindas de uma base social camponesa”. O documento também chama a atenção para que a formação das lideranças e militantes seja realizada em direção à formação de uma consciência de classe (CONCRAB, 2001, p. 18).

Além dos pontos básicos da proposta, também são colocados como elementos complementares: os serviços internos nos assentamentos; a escola; a infra-estrutura social; a cooperação agrícola de nível superior; a religiosidade; a memória e os símbolos da luta; a motivação ideológica; as manifestações artísticas e culturais; os hábitos de saúde; as lutas de massas.

Nesta nova proposição, procura-se priorizar a organização da base do MST, principalmente nos assentamentos, visto que nos acampamentos a conjuntura força a uma maior coesão social.

Analisamos que vindo de um processo de discussão sobre seu modelo de cooperação, a campanha realizada entre os anos de 1998 a 2002 pelos Governos Federais e alguns Governos Estaduais (podendo destacar o Governo do Paraná) contra o MST, estimulou o desencadeamento de novas ações para a prática da cooperação no MST.

Na proposição dos núcleos de base, há uma atenção maior aos aspectos sócio-culturais das famílias assentadas. Desencadeada a política do MST de organizar os núcleos, as lideranças e militantes realizam ações, procurando estruturar os núcleos nos assentamentos, assim como reativar os antigos núcleos, procurando inseri-los dentro da nova proposta.

Como exemplo destas ações para estruturar os núcleos, está o Programa de Formação de Militantes, realizado a partir de 2001, que tinha entre seus objetivos realizar o processo de nucleação dos militantes (organizando todos os militantes independentemente dos setores onde atuavam) e organizar os núcleos de família, núcleos em que “todas as famílias devem participar, como forma de organização da base e como garantia de democracia de base do movimento” (MST, 2001, p.6).

A proposta atual dos núcleos de base os coloca como possuindo um papel central na organização do MST. “Os núcleos funcionam como a raiz da organização (...) é composto por aproximadamente 10 famílias. Dele devem participar prioritariamente o homem e a mulher” (MST, 2004b, p.8). Os núcleos são organizados, procurando fazer com que os vizinhos participem de um mesmo

núcleo, normalmente são constituídos já no período do acampamento, procurando levar em conta identidades já existentes entre as famílias (como região de origem ou interesse por alguma linha de produção). Desta forma o MST passou a reivindicar, como proposto no IV Congresso Nacional, que o sorteio da distribuição dos lotes em um assentamento fosse realizado por grupo de famílias (os núcleos do acampamento) e não individualmente como era a prática anterior.

Como estrutura mínima os núcleos devem ter dois coordenadores (um homem e uma mulher), um secretário e um membro para o setor de finanças. Também, conforme forem se estruturando os setores do MST na região, são escolhidos os membros para cada uma deles. Esta estrutura proposta reflete questões de gênero, quando coloca uma mulher como coordenadora dividindo de forma igual as tarefas com o outro coordenador e preocupações com procedimentos burocráticos, como o armazenamento de documentos e o controle financeiro de despesas.

Os núcleos de base podem atuar em diversas frentes, desde a discussão política, de produção, educação, saúde, etc. Cada núcleo de base deve também indicar um membro para cada setor do MST, setores organizados conforme as especificidades locais, sendo que normalmente são organizados os seguintes setores: educação; produção, cooperação e meio ambiente; frente de massa; finanças; formação; saúde e gênero; comunicação e cultura.

O MST coloca que o “bom funcionamento do núcleo depende da direção da brigada” (MST, 2004b, p. 8). As brigadas são a forma que o MST propôs para agrupar os núcleos de maneira local e regional. Cada 5 (cinco) núcleos de base formam uma brigada de 50 (cinquenta) famílias. A coordenação desta brigada é formada pelos coordenadores e coordenadoras de cada núcleo de base. Também

são agrupadas 10 (dez) brigadas de 50 (cinquenta) famílias que formam uma brigada com 500 (quinhentas) famílias. Cada brigada de 50 famílias indica um representante para a direção da brigada de 500 famílias. A brigada de 500 famílias por sua vez indica um membro para a direção estadual do MST.

Os números acima são apenas uma referência, pois, por exemplo, no Estado do Paraná, existem Brigadas de 500 (quinhentas) que chegam a quase 1000 (mil) famílias, assim como existem brigadas que têm cerca de 200 (duzentas) famílias.

Os Setores (Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Educação; Saúde; Finanças; Formação; Comunicação e Cultura e Frente de Massas) são organizados de forma semelhante. Um membro por núcleo, por brigada de 50 famílias que, por sua vez, escolhe um membro que fará parte da coordenação da brigada de 500 famílias. Atualmente nem todos os assentamentos e núcleos possuem membros em todos os setores, é um processo em construção.

A cooperação, ainda, entendida como forma de viabilização social, econômica e política das famílias, foi relegada a um segundo plano, mas existem dúvidas quanto à necessidade da forma *cooperativa*, dado os entresos para sua constituição (como a resistência dos camponeses às cooperativas e de ordem financeira), mas a cooperação, incluindo aí a coletivização dos meios de produção, ainda é importantes na concepção do MST. No entanto, somente poderá ser implementada na etapa final do processo organizativo ou em uma conjuntura mais favorável<sup>51</sup>, diante de sua importância para o Movimento - importância na luta atual para a viabilização sócio-econômica e como ensaio de uma nova sociedade.

---

<sup>51</sup> Como coloca Rech (2000), o Estado no Brasil atuou de forma a inibir as iniciativas de organização popular autônomas.

Podemos analisar que os núcleos constituídos no início da década de 1990 acabaram por apresentar como prioritários os objetivos econômicos, refletindo a conjuntura do MST no momento, pois estes (os núcleos) eram ligados de alguma forma às cooperativas. Inclusive os núcleos chegaram a ser chamados de núcleos de produção e, em alguns casos, de Grupos ou mesmo Grupos Coletivos, embora geralmente possuíssem somente máquinas e/ou implementos ou alguma linha de produção em comum, mantendo a forma individual de trabalhar a propriedade. Como os núcleos eram ligados às cooperativas, a organização do MST, em muitas regiões, girava em torno destas, o que abriu espaço para que, como vimos no capítulo anterior, o Governo Federal, ao atacar as cooperativas, atingisse também o MST.

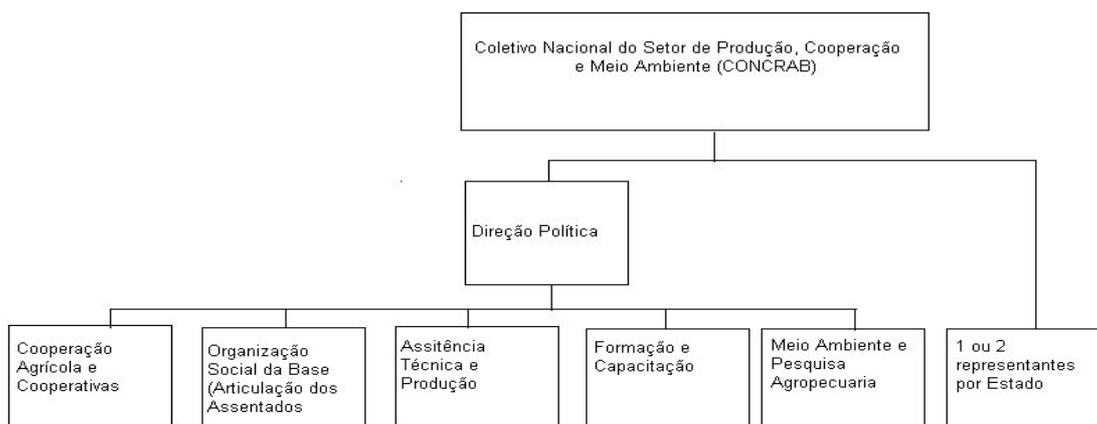
Já, na atual fase, os núcleos têm como objetivos estimular as relações sociais entre as famílias e sua participação nas atividades, instâncias e na formulação das diretrizes e reivindicações do MST, de forma a manter uma estreita relação entre a direção e a base e cultivando, nesta última o sentimento de pertencer e ser o Movimento. Assim, mesmo com as Cooperativas de Serviço atuando nos assentamentos de sua região e os modelos coletivos sendo ainda considerados como forma superior de organização, procurou-se não mais vincular totalmente a organicidade do MST às cooperativas, como chegou a acontecer em muitas regiões do Brasil, na segunda metade da década de 1990. Nesta fase, também o MST tinha experimentado um rápido processo de crescimento, com um grande aumento de famílias vinculadas à sua base. Então a organização do movimento mostrou-se insuficiente para que todos pudessem participar e dar sua opinião, esta estrutura impedia que as lideranças mantivessem uma relação mais

estreita com a base, pois tinham que se fazer presentes em diversos acampamentos e assentamentos.

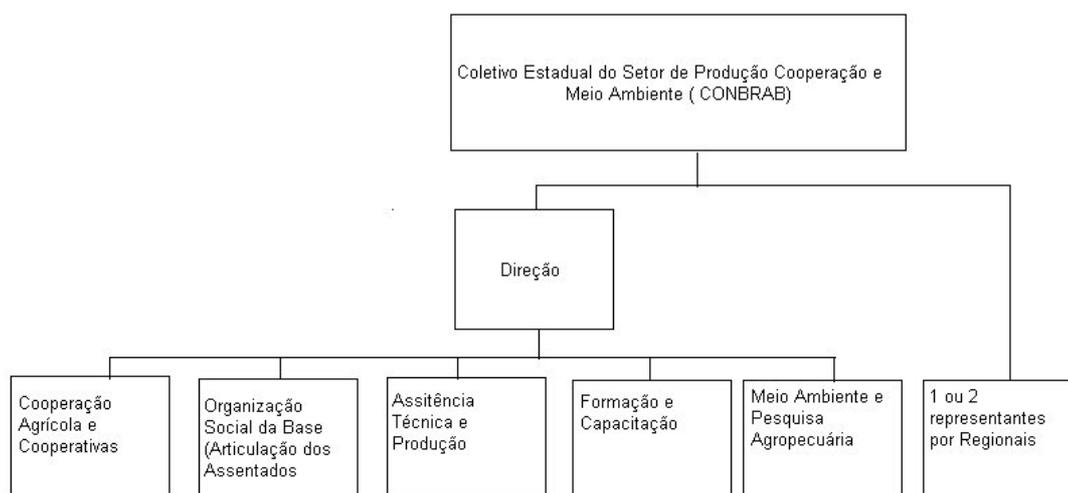
Desta forma, o MST procura reorganizar sua base, ou colocar em prática o que chama de *organicidade*, entendida pelo MST como a “relação que deve ter uma área de atuação do movimento de massas com todas as outras” (BOGOB, 1999, p.131). Ao procurar organizar sua base, estimulando a organização dos núcleos, procura manter as conquistas alcançadas e lançar bases para que o processo de reforma agrária avance e sirva de base para transformações sociais na sociedade brasileira como um todo. Processo que também procura dar voz aos sujeitos da reforma agrária. Documentos do MST, destinados ao debate nos núcleos (MST, 2003), trazem temas para discussão nos núcleos e trazem orientações sobre a necessidade dos coordenadores estimularem o debate e a participação de todos os membros dos núcleos nas discussões e, também, chamam a atenção para que todas as sugestões sejam anotadas e encaminhadas para as coordenações regionais e estaduais, para serem contempladas nas reivindicações nacionais.

Essas discussões levam a um redimensionamento do setor do MST ligado aos assentamentos, o SCA, que teve seu nome alterado para Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Iniciando-se, segundo a CONCRAB, uma nova fase na cooperação, que está caminhando para a “rediscussão do processo para construção do modelo de assentamento”, entre as diretrizes desta nova fase está a valorização “mais da mão-de-obra que os recursos e financiamentos”. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente é organizado em cinco frentes: “Cooperação Agrícola e Cooperativas”; “Organização social da Base”; “Assistência Técnica e da Produção”; “Formação e Capacitação” e “Meio ambiente e pesquisa

agropecuária”. (MST, 2002). Esta estrutura (em nível nacional e estadual) pode ser visualizada na Figuras 03 e 04, respectivamente:



**FIGURA 03 - Organograma Nacional do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente**  
Fonte: MST (2002)



**FIGURA 04 - Organograma Estadual do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente**  
Fonte: MST (2002)

Pode-se, aqui, analisar a influência da conjuntura política nas ações e práticas do MST, que foi o fator determinante para iniciar o processo de reorientação da cooperação, apesar de diversas discussões já estarem sendo realizadas, tendo em vista a resistência da ampla maioria das famílias a implementação de modelos de coletivização dos meios de produção.

Desta forma, o MST procura desenvolver sua organização, procurando ampliar a participação da base, buscando combinar uma estrutura vertical e horizontal. A estrutura vertical no Movimento é representada pelas direções nacionais, estaduais e regionais, já a estrutura horizontal, representada pelos núcleos, é colocada pelo MST como “aquela estrutura onde se valoriza todas as formas de organização de base que passam a funcionar como se fossem instâncias de decisão” (MST, 2004b, p. 4).

Podemos assim concluir que o MST, através do estímulo aos núcleos de base, procura abrir espaços para que as singularidades, as quais são, normalmente, suprimidas nas manifestações de massa. Sem abandonar mobilizações com grande número de pessoas, o MST procura avançar na organização de sua base e assim, também, procura estimular, entre as famílias sem-terra (assentados ou acampados), o sentimento de não só pertencer mas também de ser o MST.

Desta forma através das experiências vivenciadas pelos assentados direta ou indiretamente (mesmo que num passado distante), reelabora-se a realidade, procurando dar respostas às questões como a da viabilidade econômica e da inserção no mercado capitalista. Ponto em que vemos a contradição do MST em ser um movimento que defende valores socialistas e se vê, de certa forma, obrigado a estimular a inserção dos assentamentos no mercado capitalista. Mas procura fazê-lo de maneira alternativa, tentando agregar valor à produção dos assentamentos e evitando, sempre que possível, a comercialização com grandes empresas capitalistas e atravessadores. Essa busca por alternativas confere um sentido político à inserção no mercado, procura fazer os camponeses refletirem sobre o domínio de grandes corporações.

Fica explícito, nos últimos documentos, a preocupação com a democracia participativa (ex: MST, 2004b), realizada a partir das práticas sociais cotidianas de forma a cada vez mais ampliar a participação e a democratização das relações sociais nos assentamentos e na estrutura do MST.

Constatamos, assim, que a partir destas avaliações realizadas no final da década de 1990, os documentos produzidos pelo MST apresentam propostas de mudanças na concepção cooperativista. Os referenciais marxistas-leninistas, tão fortes no início, não são totalmente abandonados, mas incorporam novas contribuições que procuram levar em conta aspectos sócio-culturais. A concepção de cooperação dominante, nos documentos do MST, procurava elevar a produtividade do trabalho, incorporando os avanços da tecnologia (em grande parte inacessíveis aos camponeses) e eliminando o jeito camponês de produzir. Camponeses que deveriam negar-se enquanto classe e transformarem-se em proletários, os quais seriam os verdadeiros e únicos portadores da consciência revolucionária (MORAIS, 1986).

Na concepção que começou a ser implementada a partir do IV Congresso Nacional em 2000, os elementos culturais que, antes chegaram a ser considerados “vícios” e que deveriam ser superados, agora são valorizados. Há uma atenção maior à cultura camponesa, principalmente, elementos como as formas comunitárias de trabalho, a memória da agricultura tradicional, a memória da culinária, a memória da medicina popular e a partir destes elementos (re)criar uma nova cultura camponesa. Esta valorização se manifesta através das místicas, de

documentos publicados pelo MST<sup>52</sup> e de eventos como a II Semana Nacional de Cultura e o Festival Latino Americano de Música Camponesa<sup>53</sup>.

Desta forma, podemos ver que a cooperação agrícola do MST foi construída através da práxis, desenvolvendo diversas experiências, “errando e acertando, superando problemas e defrontado com novas questões” (FERNANDES, 2000, p. 242). Práxis esta composta por várias experiências, que originam-se na ação nos assentamentos e acampamento, e que são (re)elaboradas teoricamente pelas suas lideranças, assessores e mediadores, originando novas práxis sociais. As experiências da cooperação, que estamos focalizando neste trabalho, desenvolvem-se a partir de necessidades das famílias assentadas, para as quais as lideranças, mediadores e assessores procuram apresentar suas propostas, influenciadas por elementos técnicos e, como não poderia deixar de ser, ideológicos, seus formatos vão se alterando no tempo e no espaço a partir das condições singulares de cada assentamento, família assentada e conjuntura política.

Experiências que, de acordo com Thompson (1981), vistas de modo isolado parecem ter fracassado, mas que, se consideradas em sua totalidade, mostram avanços significativos dentro do movimento social. As 63 Cooperativas de Produção Agropecuária, Coletivas e semicoletivas, as cerca de 400 associações coletivas ou semi-coletivas presentes nos assentamentos, as 22 cooperativas de comercialização e as 96 pequenas e médias agroindústrias (MST, 2004a) são exemplos de que é possível organizar a produção e comercialização de maneira alternativa aos grandes mercados.

---

<sup>52</sup> Vide Bogo (2000).

<sup>53</sup> Entre 3 e 7 de novembro de 2004 o MST realizou em convênio com a UFPE em Recife/PE a II Semana Nacional da Cultura, também promoveu de 17 a 21 de novembro de 2004, junto com o Governo do Estado do Paraná, o Festival de Música Camponesa Latino Americana na Cidade de Curitiba/PR.

A importância destas condições singulares mostrou que todos os modelos de cooperação propostos pelo MST se desenvolvem através da práxis, adaptando-se à várias condições singulares e transformando outras, assim, o MST precisou incorporar práticas tradicionais dos camponeses em sua proposta de cooperação e provocar a superação de outras práticas para avançar em direção à (re)construção da classe camponesa.

A experiência da cooperação apresenta elementos técnicos-científicos, trazidos principalmente pelos mediadores e assessores; elementos culturais dos camponeses e elementos ideológicos, pois cada sujeito envolvido traz suas concepções de sociedade; os elementos ideológicos podem se ver presentes, na defesa da incorporação dos assentados, em uma economia de mercado ou na utilização da cooperação como instrumento de luta para uma sociedade mais justa e que proporcione condições dignas de vida para todos .

Esta sociedade mais justa e digna é identificada, principalmente por lideranças e assessores do Movimento, com princípios socialistas. Os camponeses, que a princípio desejam a reafirmação da propriedade privada e que geralmente, não possuem a mesma compreensão a respeito das formas de sociedade (capitalista ou socialista) e não defendem *exatamente* o socialismo, querem também uma sociedade mais justa, que lhes proporcione condições dignas de vida.

Carvalho (1999, 28):

Apesar de haver identificado essas contradições é minha opinião que um enorme esforço foi encetado, cujos resultados foram muito além do possível, não necessariamente do idealizado, tendo em vista as enormes limitações representadas pelas debilidades estruturais da sociedade brasileira e, em especial, pelas difíceis e variadas conjunturas que o país vivenciou nesses dez anos que atingiram de forma contundente o desenvolvimento da produção e da organização social das classes subalternas no campo, em especial das possibilidades de democratização da terra e da riqueza no campo.

O balanço da cooperação considera a experiência do MST positiva, criaram-se cooperativas e agroindústrias e estas, além de conseguirem proporcionar condições melhores de vida aos trabalhadores assentados, auxiliaram na expansão da luta política pela reforma agrária.

Por outro lado, as cooperativas não contribuem para a melhoria das condições de vida de todos os trabalhadores assentados ou suas melhorias são apenas pontuais, a dinâmica da realidade mostra a necessidade de buscar novas soluções. Tem-se claro, que no mercado capitalista neoliberal, não há lugar para os pequenos agricultores, a luta é também contra o capital (MARTINS, 1981) e não somente contra o atraso dos latifúndios. Os núcleos de base representam então a necessidade do permanente movimento de acúmulo de forças nos assentamentos para lutar por transformações sociais.

Assim o balanço da cooperação do MST mostra que:

- a) a *cultura camponesa* é um elemento importante da sua práxis, não se pode querer eliminá-la ou simplesmente ignorá-la, ela apresenta limites ao avanço da luta camponesa. Os camponeses tendem a estagnar-se quando encontram condições de vida que lhes garanta um padrão mínimo de vida, mas traz elementos importantes como a resistência à exploração. Assim não se pode ignorar a cultura camponesa, esta deve ser confrontada com os conhecimentos técnicos e científicos e políticos, num processo de síntese para a formação de uma nova cultura camponesa. Trata-se de um aprendizado mútuo, numa clara influência do pensamento de Paulo Freire.

- b) A *dimensão da participação* é essencial para o avanço do Movimento, os núcleos acabam por se transformar no espaço de manifestações dos sentimentos, anseios e utopias de cada camponês. Nele há possibilidade de todos os camponeses colocarem suas idéias e darem sua contribuição para o Movimento Social e para seu Assentamento. Estimula-se, assim, a participação de todos e evita-se a prática do assembleísmo.
- c) As atividades dos núcleos não podem limitar-se a questões cotidianas, os núcleos devem estar ligados diretamente às instâncias de decisão. Desta maneira, tomam contato com problemas que não ficam reduzidos ao pequeno mundo, em volta de seus lotes e vizinhos e por isso deve-se inserir os núcleos em uma estrutura que proporcione sua efetiva participação e contato com os problemas, dos outros para ter uma visão da totalidade. Buscando mecanismos de viabilizar economicamente as famílias, mas também evitando a exploração das famílias pelos grandes capitalistas. A organização do MST deve evoluir de maneira que, nos Encontros participam todos os coordenadores de núcleos e representantes dos setores de todas as brigadas (de 50 e 100 famílias), estimulando o contato da base com os grandes temas de discussão e lutas gerais.
- d) A *viabilização sócio econômica* deve trilhar caminhos alternativos, os assentamentos não se viabilizarão no modelo econômicos neoliberal, mas deve-se procurar integrar as

famílias no mercado, integração que deve eliminar a distância entre a produção (nos assentamentos) e o consumidor final, assim, uma perfeita organização dos núcleos pode potencializar a organização da produção para a implantação de agroindústrias para o beneficiamento da produção.

- e) *A alternativa ao mercado* inclui evitar a aquisição de matérias-primas e insumos produzidos pelas grandes multinacionais, assim, a matriz de produção baseada em produtos industrializados deve ser substituída. A construção desta nova matriz é identificada com a agroecologia, assim, vão se desenvolvendo experiências que busquem a independência do mercado dominado pelas grandes transnacionais. Não se trata de produzir alimentos saudáveis e mais caros para serem vendidos à população de maior poder aquisitivo ou para exportação, mas produzir alimentos saudáveis e baratos, eliminando os intermediários, para um contato direto entre o campesinato e os trabalhadores e subtrabalhadores das cidades.

## **CAPÍTULO V**

### **OS NÚCLEOS DE BASE E A ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO**

Os núcleos de base têm se constituído num embrião que poderá atuar na organização das formas de cooperação no trabalho. Foram experiências diversas acumuladas no MST como já vimos nos capítulos anteriores. Entre sucesso e inquietações, a cooperação vai sendo delineada na prática social do Movimento e no cotidiano do assentamento. Neste capítulo a atenção volta-se para a experiência com os núcleos de base no Assentamento Contestado no Estado do Paraná.

#### **5.1 – O Assentamento Contestado e um pouco de sua história**

Situado no imóvel antes denominado Fazenda Santa Amélia, o Assentamento Contestado está localizado no município da Lapa-PR, a cerca de 15 km da sede municipal e a cerca de 85 km da Cidade de Curitiba, capital do Estado. A área possui, possui 3228 ha (hectares), sendo que 1240 ha são áreas de Reserva Legal. (DESER, 2001).

Neste local foram assentadas 108 famílias provenientes principalmente de Municípios da Região Metropolitana, incluindo a Lapa e de vários pontos do Estado do Paraná (predominantemente das Regiões Oeste e Sudoeste).

A exploração da região data de 1740, quando uma vasta área de terra foi doada a um morador do vilarejo, que futuramente se tornaria a cidade da Lapa. Até 1985 a área foi propriedade dos herdeiros do Barão dos Campos Gerais, David Pacheco dos Santos. Até 1880, a fazenda utilizava mão de obra escrava a

qual foi abolida em homenagem ao Imperador Dom Pedro II, que chegou a pernoitar na sede da fazenda quando visitava a então Província do Paraná (HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO, 2003).

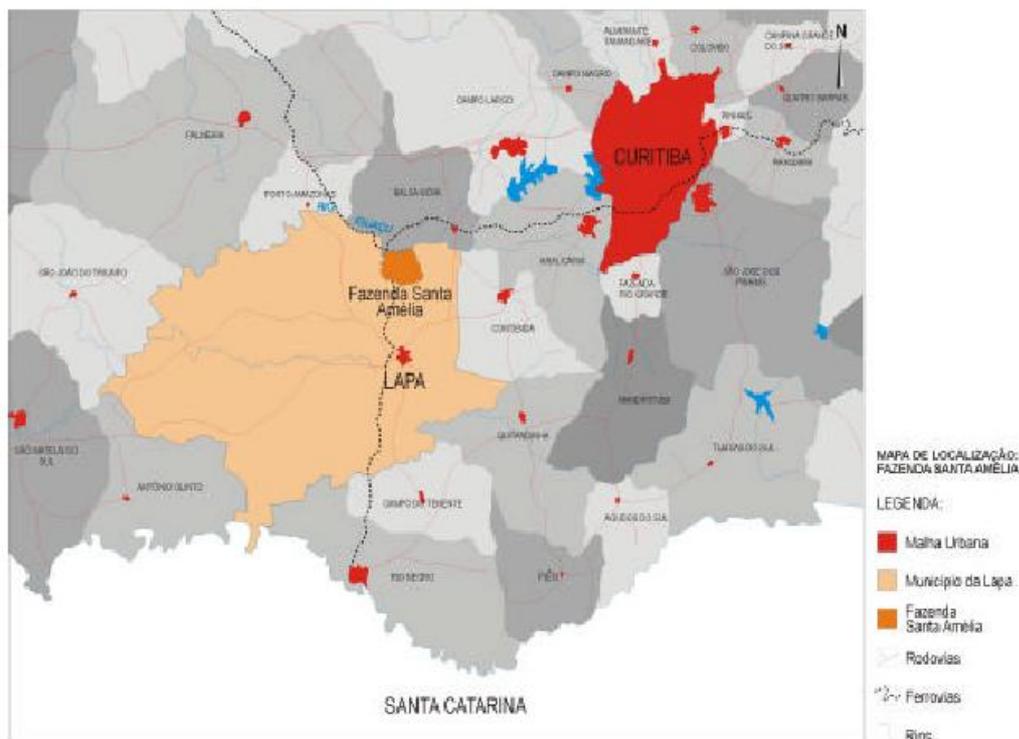


**FOTO 01** – Área do Centro de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária do Contestado. Hoje utilizado pela Escola Latino Americana da Agroecologia.  
Fonte: Adriano da Costa Valadão

Em 1985 a área foi vendida a uma empresa transnacional do ramo da cerâmica, a INCEPA<sup>54</sup>, que explorou a área para o corte da madeira para a utilização dos fornos da indústria. Pouco tempo depois a empresa passou a arrendar a área para o plantio de soja e milho, pois a madeira apresentava problemas para a utilização dos fornos de cerâmica (HISTÓRICO...,2003).

---

<sup>54</sup> A INCEPA é uma das maiores fabricas de cerâmicas, pisos e revestimentos do Brasil, está situada em Campo Largo, a partir de 1999, foi adquirida pelo Grupo Roca de origem espanhola. [www.incepa.com.br](http://www.incepa.com.br) acesso em 30/09/3005.



**FIGURA 05** – Localização da Fazenda Santa Amélia – Atual Assentamento Contestado  
 FONTE: DESER (2001)

Entre as reivindicações do MST após o III Congresso Nacional do MST, realizado em 1995, estava a utilização de terras de devedores da União para a realização de assentamentos rurais. O Movimento procurou localizar essas áreas e descobriu-se então que a INCEPA era devedora do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, e que era proprietária de uma grande área no município da Lapa. Assim o MST procedeu a denúncia ao INCRA, que iniciou o processo desapropriatório (HISTÓRICO...,2003).

No início de 1999, o processo no INCRA já estava em estágio avançado, mas devido a morosidade do órgão, o MST decidiu ocupar a área, onde cerca de 40 famílias acamparam próximo a Sede em 09 de fevereiro de 1999. Segundo as famílias em poucas semanas o acampamento foi ampliado chegando a ter mais de 150 famílias, que vieram principalmente de municípios da região

metropolitana de Curitiba. Destas famílias, 108 foram assentadas no local, das famílias que não foram contempladas algumas foram para outras ocupações ou desistiram.

A área está situada próxima aos limites da região que no início do século XX aconteceu a Guerra do Contestado<sup>55</sup>. No Município da Lapa um dos pontos turísticos mais conhecidos é a Gruta do Monge, local por onde o Monge João Maria, chegou a viver. Este e outros monges que viveram na região tiveram um importante papel entre a população camponesa que lutou na Guerra do Contestado contra as forças legalistas. Assim as famílias batizaram a ocupação de Acampamento do Contestado, em memória da resistência dos camponeses que lutaram neste conflito, mantendo o nome após a implantação do assentamento.

Ao redor da antiga sede da fazenda, hoje assentamento, as estruturas existentes estão sendo utilizadas como o *Centro de Educação e Pesquisa de Reforma Agrária do Contestado*. Neste espaço, que possui aproximadamente 07 hectares, há um Casarão construído no século XIX, o qual foi restaurado no início da década de 1990, para a instalação de um museu (Casa da Memória da INCEPA) que foi desativado. O imóvel atualmente encontra-se em um razoável estado de conservação e o espaço é utilizado para reuniões e encontros da coordenação do assentamento, dos setores e do próprio MST e também é aberto a outras entidades, como sindicatos ou organizações não governamentais, que mantenham alguma relação com o MST. Atualmente neste local também está em funcionamento a

---

<sup>55</sup> Localizado entre Paraná e Santa Catarina "...foi uma luta de camponeses sem terras, posseiros e pequenos proprietários, que durou três anos e chegou a ser caracterizado pelas forças governamentais como uma guerra (...) tinha a presença de trustes do capital estrangeiro na construção de uma ferrovia (...) a luta mobilizou vinte mil camponeses e metade do efetivo do Exército brasileiro foi convocado para exterminá-los" (GOHN, 1995,p. 71).

Escola Latino Americana de Agroecologia, sobre a qual traremos mais informações neste capítulo.

No Centro de Educação e Pesquisa também funciona a Escola de Ensino Fundamental do assentamento. A escola é municipal, possui uma turma de 1ª e 2ª séries e outra de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental. Também é organizada, pelo próprio MST, a Ciranda Infantil, que corresponde a pré-escola, mas que tem o diferencial de procurar trabalhar levando em conta a realidade vivenciada pelas crianças enquanto filhos de sem-terra. As professoras da 1ª e 4ª série e da Ciranda Infantil são moradoras do próprio assentamento, sendo as duas primeiras contratadas pela Prefeitura Municipal e dividem seus vencimentos com a professora da Ciranda Infantil, pois esta não é reconhecida oficialmente.

Nesta área também funciona uma unidade de beneficiamento de leite, a qual fabrica queijos que são vendidos na cidade de Curitiba e região, bem como no próprio local.

Nos prédios localizados no Centro de Educação e Pesquisa, também está instalada uma franquía dos Correios, há uma residência utilizada pelos técnicos e escritório, áreas de pastagens e refeitório utilizado pelas pessoas que desenvolvem atividades no local e agora pelos alunos da Escola Latino Americana da Agroecologia.

No que se refere a escolaridade das famílias, com base nos dados preliminares de um diagnóstico<sup>56</sup> realizado no local, não há crianças entre 8 e 14

---

<sup>56</sup> Esses dados foram extraídos de Diagnóstico aplicado às famílias pela Assistência Técnica do Assentamento. Tivemos acesso aos 63 questionários que já haviam sido aplicados (num total de 108). Portanto enfatizamos que os dados são parciais, mas acreditamos que embora não tenhamos

anos que estão fora da escola. O predomínio é de pessoas que concluíram o 1º grau, entre as famílias pesquisadas há 61 pessoas com o 1º grau completo, 17 com o segundo grau completo e dois com curso superior, enfatizamos que os dados são parciais, mas mostra que a maioria possuem até 4 anos de escolarização. Chama a atenção que nenhuma criança entre 08 e 14 anos foi declarada como fora da escola. Assim como há 07 (sete) pessoas acima de sessenta anos estudando.

Quanto a produção, entre as famílias pesquisadas no diagnóstico acima mencionado destaca-se a produção de subsistência, com grande diversificação (hortaliças, cereais, frutas, carnes, embutidos, ovos, frutas, abóboras, aves e suínos). Na produção para comercialização destaca-se em primeiro plano as lavouras de feijão, arroz, milho e soja. Em segundo plano temos a de trigo assim como frutas e mel. A comercialização do leite, em forma de queijo feito pela agroindústria e em várias residências também tem um certo destaque.

Assim vimos que a luta das famílias sem-terra ligadas ao MST, não se encerra com a conquista da terra, a atuação do movimento social traz desdobramentos, procurando que estas famílias tenham condições de promover seu próprio sustento, tenham acesso a educação, a saúde, enfim a uma vida com o mínimo de dignidade. Procura-se conquistar espaços para que não se propaguem os valores das classes dominantes e sim valores identificados com os ideais de uma sociedade mais justa. Esta práxis mostra o processo educativo atuando no sentido de proporcionar a formação da consciência política, superando uma visão ingênu

do mundo e desenvolvendo experiências de outras possibilidades de organização social.

## 5.2 - A organização das Famílias no Assentamento Contestado

Os núcleos de base do Assentamento Contestado são em número de 10 (dez), sendo que cada um possui de 8 (oito) a 15 (quinze) famílias, também são chamados de núcleos de organicidade<sup>57</sup> por alguns militantes. Os núcleos começaram a ser organizados já durante o período de acampamento, logo após a ocupação da fazenda.

As famílias do Assentamento Contestado fazem parte da Brigada de 500 (quinhentas) famílias, Monge José Maria<sup>58</sup>, que abrange acampamentos e assentamentos da Lapa e municípios próximos. As famílias do Assentamento Contestado, por sua vez, estão organizadas em duas brigadas de 50 (cinquenta) famílias, denominadas de brigadas Antônio Tavares<sup>59</sup> e Margarida Alves<sup>60</sup>, sendo que cada brigada é composta por 5 (cinco) núcleos de base.

---

<sup>57</sup> Segundo informações dos militantes nos últimos Encontros e Reuniões do MST, os núcleos de base ocorreram discussões para que os núcleos de base passem a ser chamados de núcleos de famílias é ainda uma discussão preliminar e ainda não está documentada.

<sup>58</sup> Monge José Maria: foi um dos monges que passaram pela Região Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. Foi uma das principais lideranças na Guerra do Contestado.

<sup>59</sup> *Antônio Tavares*: militante do MST, assassinado pela Política Militar do Paraná em 02 de maio de 2000, durante manifestação na região metropolitana de Curitiba, local em que foi erguido um

Como proposto pelo MST cada núcleo indica um Coordenador e uma Coordenadora e é responsável pela indicação um participante para cada setor do MST nas Brigadas de 50 (cinquenta) famílias. Os núcleos foram batizados com o nome de pessoas que são consideradas referências para o MST na sua luta por justiça ou uma sociedade mais justa, assim como homenagem à membros do próprio Movimento que já faleceram ou indicando a origem das famílias. Os núcleos foram batizados com os seguintes nomes: Che Guevara, Roseli Nunes, Eduardo Aghinoni, Sepé Tiaraju, Gabriel Kass<sup>61</sup>, Antonio Tavares, Iguaçu<sup>62</sup>, Lagoão<sup>63</sup>, Libertação Camponesa e Evolução Camponesa.

Os núcleos também indicam membros para os setores do MST organizados no local. No caso do Assentamento Contestado estão organizados os setores de Educação, Saúde e Gênero, Finanças, Comunicação e Cultura, Formação, Frente de Massa e Produção.

Para a composição da coordenação do Assentamento Contestado, conforme a proposta do MST, participam os coordenadores dos núcleos (dez

---

monumento em sua homenagem. Devido a proximidade do local, o velório de Antônio Tavares foi realizado no Assentamento Contestado.

<sup>60</sup> Margarida Alves: Líder sindicalista do município de Alagoa Grande na Paraíba, foi assassinada em 1983.

<sup>61</sup> *Che Guevara*: revolucionário argentino, um dos principais nomes da Revolução Cubana de 1959, atuou em diversos movimentos guerrilheiros em países da África e América Latina, assassinado pelo exército boliviano em 1967. *Roseli Nunes*: militante do MST, atuou na ocupação da Fazenda Anoni no Rio Grande do Sul, e ficou conhecida por ser uma das personagens principais do documentário "Terra para Rose", mãe a primeira criança que nasceu no acampamento. Logo após a filmagem do documentário faleceu após ser atropelada numa manifestação em um acidente que nunca foi bem explicado. *Eduardo Aghinoni*, irmão de Celso Aghinoni, liderança do MST na região noroeste do Paraná, foi assassinado dentro da casa do irmão durante uma visita, os indícios levam a crer que Eduardo Aghinoni, morreu no lugar do seu irmão. *Sepé Tiaraju*: líder guarani que lutou contra a expulsão dos índios de suas terras no Rio Grande de Sul no século XVI após a assinatura do Tratado de Madri, que mudava a divisão do novo mundo entre os Reinos de Portugal e Espanha. *Gabriel Kass* criança que faleceu em 2000 durante acampamento realizado por cerca de 6 meses em frente ao Palácio Iguaçu – sede do Governo do Estado do Paraná em Curitiba.

<sup>62</sup> O Grupo Iguaçu está situado próximo as margens do Rio Iguaçu, daí a origem do Nome.

<sup>63</sup> O Grupo Lagoão possui esse nome pois a origem das primeiras famílias deste núcleos é de uma localidade com essa denominação no próprio município da Lapa.

homens e dez mulheres), os dirigentes das brigadas de cinqüenta famílias (são duas brigadas) e os representantes dos setores nas brigadas de cinqüenta famílias. Neste caso são sete setores em duas brigadas de cinqüenta famílias. Assim somando todos as pessoas, a coordenação do assentamento é composta por 36 (trinta e seis) pessoas. Para uma melhor compreensão da estrutura da organização do Assentamento Contestado podemos acompanhar a Figura 06 à seguir (página 119).

Para escolha dos coordenadores e representantes dos núcleos, os dirigentes das brigadas de cinqüenta famílias, no início de cada ano, organizam reuniões em todos os núcleos. É o momento em que as famílias realizam uma avaliação das atividades e realizações do ano anterior e elaboram propostas para o próximo ano. Nesta reunião as famílias indicam quem será o coordenador e coordenadora do núcleo e os representantes dos setores para o ano. Isso faz com que, pelo menos, 9(nove) pessoas de cada núcleo tenham alguma atividade no MST:

Ao final das reuniões nos núcleos, realiza-se uma Assembléia Geral do Assentamento, na qual os Coordenadores da Brigada fazem um relato do resultados de todas as reuniões e também anunciam o nome dos coordenadores de cada núcleo e dos representantes dos setores. Em um momento em separado a coordenação e cada setor realizam reuniões para indicar os membros que ficarão como representantes das brigadas de cinqüenta famílias assim como discutir as propostas para o ano. A final realiza-se uma nova plenária na qual são anunciados os representantes das cinqüenta famílias na coordenação e nos setores e também apresenta, a partir das avaliações e propostas já apresentadas, um plano mínimo de trabalho para o ano.

Nestas reuniões são destacados os problemas que existiram no ano anterior e os pontos em que houve avanço. Na avaliação do ano de 2005, por exemplo, foram discutidos os problemas da produção, destacando a comercialização e a agroindústria. Também foram estabelecidas algumas metas a serem cumpridas, como a ampliação da produção de leite e queijo, para que a partir de ter uma produção disponível se estabelecessem canais de comercialização.

Na divisão de tarefas entre as coordenações e setores, a coordenação é encarregada de tomar decisões gerais e encaminhar mobilizações. Questões específicas e seus encaminhamentos (como da saúde ou educação) são normalmente encaminhadas pelos setores. O que não quer dizer que todos se envolvam em determinadas tarefas, o que depende da natureza desta.

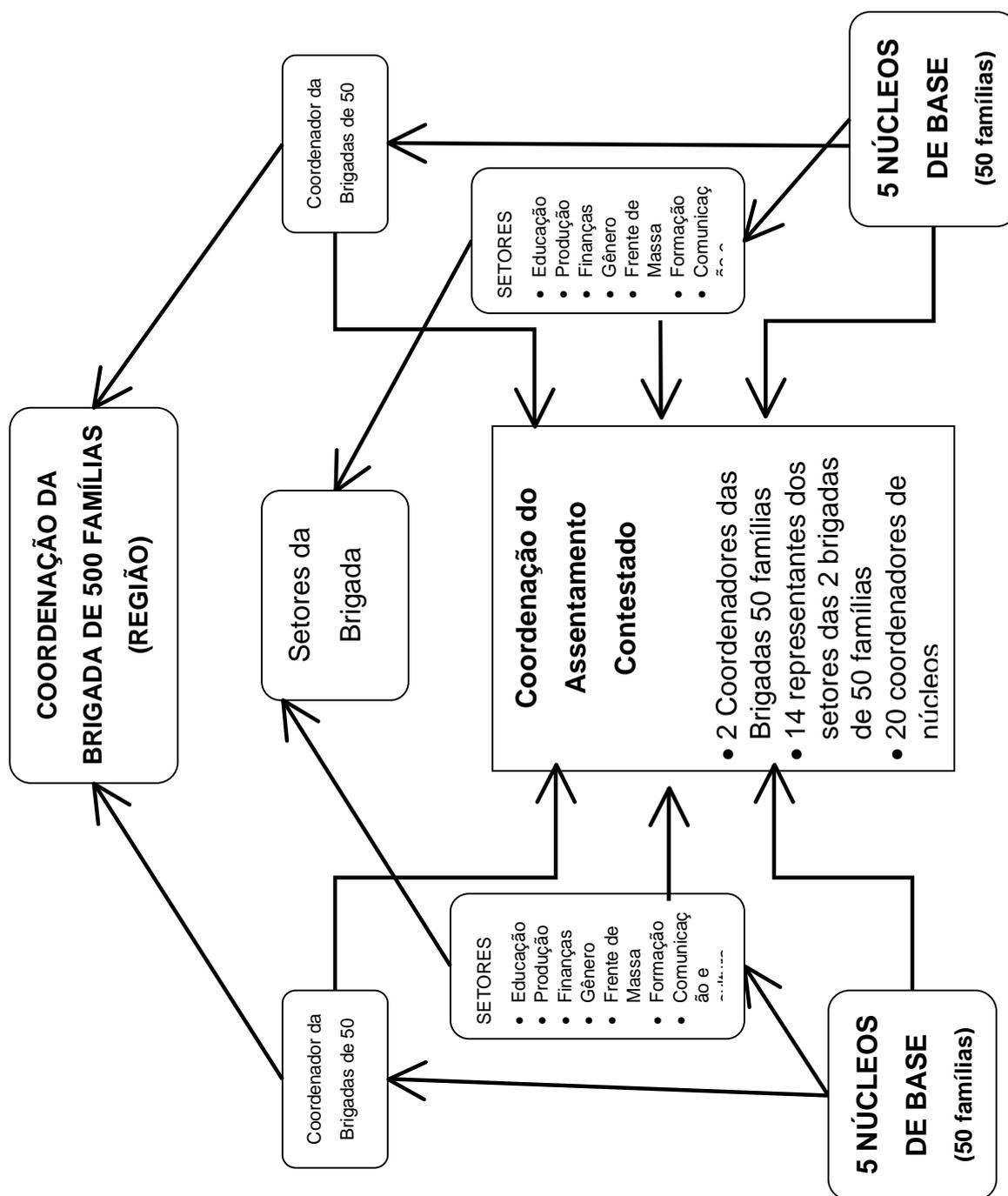


FIGURA 06 – Organização das Famílias no Assentamento Contestado  
 Fonte: Trabalho de Campo – Adriano da Costa Valadão

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, além dos representantes dos núcleos tem a participação de um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola e os alunos dos cursos técnicos (em agropecuária com ênfase em agroecologia) promovidos pelo próprio Movimento, assim como do Colégio Agrícola da Lapa, estudantes estes que são filhos de assentados. No Setor de Educação, também participam as professoras de 1ª a 4ª série e da Ciranda Infantil.

Neste ponto, vemos que para estimular a participação, adota-se como estratégia atribuir ao maior número possível de pessoas uma tarefa. Assim cada pessoa que participa de um setor ou coordenação deve desenvolver uma determinada atividade. Por exemplo, um membro do setor de produção deverá levar ao grupo as informações sobre um determinado projeto, um membro do setor de saúde poderá ficar responsável por articular o plantio de uma horta de plantas medicinais; os membros do Setor de Educação podem realizar alguma negociação ou demanda com a Secretária Municipal da área.

Sendo que praticamente uma pessoa por família acaba por assumir alguma função, é claro que existem famílias em que mais de uma pessoa possui alguma atribuição e famílias na qual nenhuma possui. Sobre a participação das famílias discutiremos mais à frente.

Desta forma as mesmas não participam apenas nos momentos de grandes mobilizações, quando acabam em muitos casos fazendo parte da multidão ou da massa, mas devem dar sua contribuição em atividades específicas de forma permanente, como os exemplos acima citados.

Através deste processo, procura-se desenvolver a *democracia participativa*, onde o maior número de pessoas esteja envolvido, não apenas se fazendo presente, mas também contribuindo, expondo suas idéias e propostas. Assim cada pessoa pode ter uma atribuição, uma responsabilidade específica e contribuir na construção do MST. O processo apresenta problemas, como em alguns, mas também se visto em sua totalidade mostra um significativo avanço, considerando que todas as dificuldades que essas famílias passaram, até romperem com as relações seculares de dominação a que estavam submetidos.

Já os coordenadores das brigadas atuam mais no sentido da democracia representativa, mas nesta proposta procuram manter o vínculo com a base, reunindo-se especificamente com aqueles a quem representa. E num movimento que não se limita a representar, mas também a trazer as demandas (como encaminhamentos de encontros e manifestações do MST) às coordenações da Brigada regional (de 500 famílias) e da Coordenação Estadual para os núcleos. Ao contrário de um deputado federal que representa um Estado da Federação e não as pessoas e assim acaba por sentir-se desvinculado de sua base, das pessoas a que representa e não se sente na obrigação de defender os interesses desta população.

Assim há um novo sentido na representação pois não há possibilidade de se abrir mão desta forma de distribuição de poder, principalmente dada as dimensões territoriais do país e a velocidade com que algumas decisões devem ser tomadas e informações compartilhadas. Se de um lado os núcleos, no Assentamento Contestado, não conseguem alcançar a plena participação por outro se constituem em uma importante experiência para estimular a participação, como

veremos a seguir. O papel dos núcleos não poderá ser resumido ao local, devem estar permanentemente articulados com os outros núcleos seja no próprio assentamento e com os outros assentamentos e acampamentos. Articulação que em atividades produtivas, políticas e sociais, é esse o papel que cabe às Brigadas de 50 (cinquenta) e 500 (quinhentas) famílias e seus setores.

Como exemplo de articulação de pequenos grupos que sustentam e promovem transformações sociais. O Governo Venezuelano, comandado por Hugo Chaves, investiu na criação dos Círculos Bolivarianos. Com a estrutura sindical corrompida e comprometida com as elites, buscou-se uma alternativa para organização de um país no qual 60% da população está na informalidade ou desempregada. “Os círculos são organismos que abarcam associações de produtores, devotos de paróquias e, também núcleos politizados. Eles não possuem comando centralizado e nem se articulam de forma estável e permanente” (BORGES, 2005, p. 43). Estão organizados 1,3 milhão de pessoas em 190 mil Círculos Bolivarianos na Venezuela, o que dá uma média de 7 (sete) pessoas por grupo (BORGES, 2005).

Mesmo guardadas as devidas diferenças, pois no MST há uma articulação permanente entre os núcleos e suas brigadas, e os Círculos Bolivarianos apesar de alguma organização entre eles, ao que parece, se subordinam diretamente ao Presidente do que a uma organização. O que os mantém unidos é o carisma de Hugo Chavez. No MST os núcleos sustentam um movimento social, na Venezuela eles sustentam o presidente, e foram fundamentais para reverter a tentativa de golpe ocorrida em 2002. Mas mesmo assim, a experiência dos círculos

bolivarianos mostra que espaços para a atuação de pequenos grupos podem ser importantes para sustentar transformações na sociedade como um todo.

### 5.3 - As formas de Cooperação presentes no Assentamento Contestado

Além da organização nos núcleos de base, as famílias assentadas participam de múltiplas formas de cooperação. Mesmo sendo considerado como referência no Estado pelo MST, não está organizada no local nenhuma CPA, a qual era o modelo a ser perseguindo até meados da década de 1990. As discussões sobre o formato de organização do Assentamento Contestado ocorriam ao mesmo tempo em que se realizavam as discussões, dentro do MST como um todo, sobre a organização dos núcleos. A cooperação também não se dá somente no aspecto da produção, ela esta presente também, por exemplo, na organização física do assentamento, na compra conjunta e na discussão da agroecologia.

Entre as formas de cooperação existentes, o Grupo Coletivo Dom José Gomes<sup>64</sup>, chama a atenção por ser o que mais se aproxima das proposições da década de 1990. Este grupo possui dez membros que participam de quatro núcleos de base do MST, segundo palavras de um de seus membros “o Grupo Dom José Gomes é o décimo primeiro ‘núcleo’ do assentamento”, este grupo de articula de forma independente da estrutura dos núcleos inclusive três de seus membros estão na coordenação de seus respectivos núcleos. Suas terras são consideradas coletivas, mas muitos lotes não são vizinhos e alguns estão isolados uns dos outros. A principal linha de produção deste grupo é a pecuária leiteira de forma agroecológica. As máquinas, implementos e insumos adquiridos por este grupo foram realizados de forma coletiva. Na área onde a maioria dos lotes estão juntos (4 lotes) o grupo explora sua principal atividade, a pecuária leiteira, tendo já estruturado

---

<sup>64</sup> Dom José Gomes: 1921-2002 – Bispo Emérito da Diocese de Chapecó em Santa Catarina, exerceu um importante apoio aos movimentos sociais nesta região e no Brasil como um todo.

no local um estábulo, ordenhadeira mecânica e o pasto está sendo dividido em piquetes com cercas elétricas e o sistema de distribuição de água que estava em processo de instalação.

As casas das famílias estão todas nos próprios lotes, mas onde está a criação de gado, não há demarcação dos mesmos, apenas é deixado uma pequena área em torno da casa. Em um dos lotes que fica isolado dos outros, o titular se dedica principalmente ao cultivo de hortaliças. Três membros moram em uma agrovila, neste espaço está o gado que não está produzindo leite e o gado de corte, um dos membros deste grupo cuida da produção de mel, como atividade principal.

Os membros do grupo se especializaram cada um em uma determinada atividade conforme suas afinidades, assim, há um membro que cuida de produção de mel e outro que cuida da produção de hortaliças. Buscando resgatar a agricultura camponesa foi realizado um campo de produção de sementes crioulas.



**FOTO 02:** Área de Pastagens do Grupo Coletivo Dom José Gomes. Nesta a área 4 lotes estão sendo utilizadas para criação de do gado leiteiro. Autor: Adriano da Costa Valadão

Este grupo possui dois membros 'liberados', ou seja, desenvolvem atividades para a organização do MST, sendo que um auxilia na Coordenação do *Centro de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária do Contestado*, e mesmo estando no próprio assentamento se envolve pouco nas atividades produtivas do grupo. Outro está liberado para atuar junto a Secretária Estadual do MST em Curitiba. Esses membros do grupo recebem ajuda de custo pelo Movimento, ajuda que é somada ao resultado do Grupo de Produção que divide os resultados entre todos membros conforme a quantidade de serviço realizado. E este grupo, ao que parece desenvolveu a identidade social pela política (Carvalho, 1999).



**FOTO 03** : Agrovila do Núcleo Iguaçu  
Autor: Adriano da Costa Valadão

Já no Núcleo Iguaçu, as casas estão organizadas no formato de agrovila, os assentados moram em lotes de um hectare. Neste espaço cultivam principalmente alimentos para o sustento familiar, e as terras para cultivo da lavoura ou grandes criações ficam ao redor da área da agrovila. Neste núcleo grupo três famílias participam do Grupo Coletivo Dom José Gomes. O grupo está em uma área

com uma grande quantidade de eucalipto plantado, e está investindo no tratamento desta madeira para ser utilizados como mourões e palanques para cerca e também para construções em geral, evitando assim a deterioração das cercas devido a rápida decomposição da madeira quando deixada exposto ao tempo e evitando assim a corte ou aquisição de madeiras nobres para as cercas.

O Núcleo Iguaçu é o único que organizou suas moradias em agrovila, mas outros núcleos organizaram o que o MST chama de agrolinha ou núcleo de moradias. Este consiste na aproximação física das residências com as mesmas permanecendo no próprio lote. A divisão da área é realizando maneira que facilite essa aproximação das casas.



**FOTO 04:** Beneficiamento de Eucalipto no Grupo Iguaçu.  
.Autor: Adriano da Costa Valadão

Também há grupos onde predominam as relações de parentesco, um dos casos, abaixo relatado, dois irmão trabalham suas áreas coletivamente. Há

também casos em vizinhos ou parentes trabalham coletivamente ou mantêm também uma ou duas linhas de produção em comum:

*No grupo (..) tem gente que produz de forma coletiva, tem eu e meu irmão, ali nós trabalhamos duas áreas, temos algumas linhas que trabalho com outro tio, que mora próximo também, nós temos atividade coletiva, e daí os outros ajudam, trocam experiências ( Coordenador do Setor de Produção de Brigada de 50 famílias)*

Mas, no aspecto produtivo a grande maioria das famílias trabalha de forma individual em seus lotes e quando necessário realizam trocas de dias de serviços. A coordenação e os setores estudam projetos de organizar a produção, que pode continuar individual, mas com um planejamento mais centralizado. Cada família continua decidindo o que produzir, mas procura-se fazer com que todas as famílias assentadas discutam a produção (através dos núcleos e do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente) e que seja organizada de forma a facilitar compras e aquisições coletivas e o que se tenha quantidades suficientes para a programação de investimentos na agroindustrialização dos produtos locais e assim agregar valor aos mesmos e possuir produção para buscar os mercados alternativos. .

Neste sentido a agroindústria do leite beneficia o leite produzido por algumas famílias e pelo Centro, que investiram em gado leiteiro. A produção já consegue pagar um preço próximo ao valor pago por grandes laticínios, prevendo ultrapassar esse valor, a medida em que se for adquirindo experiência e ampliando a produção e o número de famílias que entreguem o leite e diversificando os produtos. Há estudos para expandir essa produção, pois o leite é recolhido apenas em casas que ficam mais próximas da estrada principal.



**FOTO 05:** Produção da Agroindústria de Queijo  
Fonte: Adriano da Costa Valadão

Esta agroindústria é ainda um ensaio, caracteriza-se como uma experiência que poderá conseguir beneficiar um número razoável de produtores ao ampliar sua produção. Para que possa dar passos mais longos, necessita de investimentos, que estão sendo pleiteados junto a órgãos públicos. Esses investimentos, alguns já aprovados pelos órgãos técnicos, como o de uma Cozinha Industrial já foi aprovado junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e com recursos liberados pela Caixa Econômica, deverão ampliar a capacidade de produção e a diversificação da produção, bem como conseguir enquadrar a produção nas normas técnicas de comercialização e ter capacidade de beneficiar outras matérias-primas além do leite, como por exemplo, a fabricação de geléias.

Dentro do assentamento, também há uma parcela considerável de produtores que adotam técnicas alternativas de cultivo, identificados como agroecológicos, sendo estimado aproximadamente quarenta famílias nesta situação, outras, procuram diminuir a quantidade de insumos químicos e venenos aplicados em sua produção, mas ainda não tem plena convicção da adoção da produção agroecológica, ponto que retomaremos adiante.

Desta forma podemos ver que as famílias assentadas ao procurar investir na industrialização da produção, buscam alternativas ao domínio de grandes empresas e/ou cooperativas tradicionais que acabam por explorar os pequenos agricultores a fim de obterem elevados lucros. Também o exemplo do campo de cultivo de sementes crioulas<sup>65</sup>, procura diminuir os custos de produção, resgatar aspectos da cultura camponesa e fazer frente as grandes empresas de sementes principalmente as empresas transnacionais, as quais atuam no sentido de controlar o mercado de sementes. O campo de sementes também é resultado de uma das frentes de luta do MST, que junto com diversas outras entidades (ONGs ambientalistas, sindicatos, igrejas) que se articulam em torno de uma campanha para o resgate destas variedades.

A busca pela agroindustrialização e alternativas para venda da produção procura eliminar os atravessadores. A comercialização é considerado um dos maiores problemas que os assentados enfrentam, as dificuldades no transporte (por exemplo) estimulam a venda a atravessadores, pois as famílias ficam sem

---

<sup>65</sup> Segundo informações dos técnicos o campo de sementes é o cultivo de variedades crioulas para multiplicação de sementes, muitas adaptadas localmente. O cuidado com as sementes é uma característica cultural dos camponeses que foi se perdendo com a introdução das sementes melhoradas, altamente produtivas mas que necessitam da aquisição do pacote tecnológico completo (fertilizantes e agrotóxicos) para terem uma produção satisfatória.

alternativas. Leite et al (2004) mostram que a venda a atravessadores é o principal canal de comercialização da produção dos assentamentos rurais no Brasil. Apesar da Região Oeste de Santa Catarina (destacamos esta amostra, visto que é área representante da Região Sul na pesquisa e portanto a que guarda mais semelhanças com o Paraná), tem um índice bastante inferior a média detectada nas outras regiões do país, 23% contra 45% do restante das regiões pesquisadas., mas mesmo assim é o principal canal de comercialização. Dado a resistência dos camponeses em adotar práticas coletivas de produção, a comercialização é um ponto a ser explorado para o desenvolvimento de formas de cooperação, procurando eliminar atravessadores e vender diretamente aos consumidores.

Esses exemplos mostram o MST atuando de maneira a viabilizar economicamente os assentamentos, de forma a não dependerem de grandes empresas e/ou do governo. A busca pela viabilidade econômica também procura abrir novas perspectivas de comercialização e industrialização, afim de aumentar o retorno econômico para as famílias, liberar 'quadros' para atuar nas instâncias do MST e promover a socialização das famílias. Também entendemos as formas de cooperação praticadas nos assentamentos e acampamentos como uma das formas de resistência das famílias assentadas a fim de manterem a conquista alcançada, pois ao contrário as dificuldades para sua viabilização econômica seriam maiores do que as enfrentadas atualmente.

Como coloca Fernandes (2000, p. 228) a cooperação na produção "é uma forma de expandir a organização nos assentamento, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade".

A cooperação atua também no sentido do estabelecimento das relações sociais, procurando fazer com que as famílias camponesas não se mantenham isoladas em seus lotes e através destas relações desenvolvem um processo educativo que atue na sua formação política, pois "ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 2003, p. 69).

Podemos acompanhar que a cooperação não perpassa necessariamente pelos núcleos de produção, o único núcleo que possui uma atividade conjunta de todos os seus membros é o Núcleo Iguaçu, como com o beneficiamento da madeira, a construção do centro comunitário e o campo de sementes.

Como o modelo de agrovila só foi aceito por um dos núcleos, em alguns núcleos conseguiu-se a construção das casas no que o MST chama de Núcleo de Moradia ou Agrolinha. Que consiste que no momento da divisão do terreno seja previsto o local de construção de maneira que as casas fiquem no próprio lote, mas que procure aproximá-las o máximo possível.

No quadro a seguir podemos acompanhar uma esquema das principais formas de cooperação desenvolvidas no Assentamento Contestado por Núcleo de Base detectadas por esta pesquisa:

<b>Núcleo</b>	<b>Atividades de cooperação desenvolvidas</b>
Antonio Tavares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de dias de serviço</li> <li>• Cooperação entre familiares</li> <li>• Produtores Agroecológicos</li> </ul>
Iguaçu	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 Famílias participam do Grupo Dom José Gomes</li> <li>• Casas em Agrovila</li> <li>• Beneficiamento madeira (eucalipto)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro comunitário em construção</li> <li>• Produtores Agroecológicos</li> <li>• Campo de semente (mutirão colheita)</li> </ul>
Evolução Camponesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de dias de serviço</li> </ul>
Libertação Camponesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 famílias participam do Grupo Dom José Gomes</li> <li>• Produtores Agroecológicos</li> <li>• 2 vizinhos com produção coletiva</li> </ul>
Lagoão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 Famílias participam do Grupo Dom José Gomes</li> <li>• Produtores Agroecológicos</li> <li>• Núcleo de moradias</li> </ul>

<b>Núcleo</b>	<b>Atividades de cooperação desenvolvidas</b>
Eduardo Anguinioni	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores Agroecológicos</li> <li>• Cooperação entre familiares</li> </ul>
Gabriel Kass	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Núcleo de moradias</li> <li>• Cooperação entre familiares</li> </ul>
Sepé Tiaraju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Núcleo de moradias</li> <li>• Cooperação entre familiares</li> </ul>
Che Guevara	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 Famílias participam do Dom José Gomes</li> <li>• Produtores Agroecológicos</li> <li>• Núcleo de moradias</li> </ul>
Roseli Nunes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de dias de serviço</li> <li>• Produtor Agroecológico</li> <li>• Cooperação entre familiares</li> </ul>

**QUADRO 01** – Principais formas de cooperação praticadas pelas famílias do Assentamento Contestado por Núcleo de Base.

FONTE: Trabalho de campo

Perpassam por todos os grupos também a aquisição coletiva de insumos e venda da produção, que não são realizadas necessariamente pelo Núcleo, é organizada pelo Setor de Produção do Assentamento, conforme os produtos e pessoas que desejam adquirir determinado produto, mas os núcleos são envolvidos nesta organização. O Setor de Produção também organizou no ano de 2004 um mutirão para a colheita de sementes do campo de sementes crioulas. O qual foi organizado para a área do Centro de Educação e Pesquisa. A partir desta iniciativa o Núcleo Iguaçu também organizou seu campo de semente crioula.

A Agroindústria também tem a colaboração de todos os núcleos, mas estavam envolvidos diretamente 19 produtores. A troca de dias de serviço,

prática tradicional dos camponeses é realizada em diversos locais, mas nem sempre esse dado foi declarado, já que as famílias acabam por enxergar a cooperação apenas como a cooperativa ou o grupo coletivo.

Podemos ver que há diferentes formas de organização conforme os núcleos, mas destaca-se as atividades organizadas pelo Núcleo Iguaçu. Analisamos que desenvolvem mais atividades coletivas, devido as afinidades ideológicas dos membros, pois aceitaram o formato da agrovila e no local há famílias que já participaram de outras ocupações, inclusive uma famílias que participou da ocupação da Fazenda Anoni em 1981 no município de Marmeleiro, considerada a primeira ocupação de terra no Paraná realizada após o início do processo de redemocratização do país em fins do governo militar. Por outro lado, a cooperação entre parentes se destaca e já há casos de vizinhos (sem relação de parentesco) que estão trabalhando seus lotes conjuntamente.

As praticas nem sempre perpassam pelos núcleos, mas é através destes que as propostas coletivas são colocadas e discutidas. Também muitos coordenadores não relataram todas as formas de cooperação presentes nos núcleos, ao que parece muitos camponesas acabam entendendo como cooperação ou coletivo, as cooperativas ou no caso somente o Grupo Dom José Gomes.

#### **5.4 - A participação dos camponeses no Assentamento Contestado**

No trabalho de campo no Assentamento Contestado, pudemos perceber que quanto à participação há um número considerável de famílias que se envolvem constantemente das atividades, como veremos neste tópico. Mesmo assim as lideranças locais não consideram ideal a participação das famílias

assentadas. Já que há algumas pessoas que assumem mais atividades que outras e algumas famílias não se envolvem em praticamente nenhuma atividade.

Esta área é considerada referência pelo MST no Estado na questão da organização e participação. Neste ponto, vemos que mesmo o Assentamento Contestado sendo considerada referência, as lideranças locais têm a consciência da necessidade da ampliação da participação, pois ao mencionar este fato todos se posicionaram com um certo ceticismo e tem receio em serem considerados como modelo.

Pudemos ver que após seis anos da conquista da terra, a maior parte das famílias ainda participam das atividades dos núcleos. Através da declaração dos coordenadores pudemos quantificar o número de famílias que participam das atividades do núcleos. Os dados estão sistematizados na Tabela 03 e foram extraídos de respostas feitas pelos Coordenadores(as) sejam eles formalmente escolhidos ou que estavam “informalmente” nesta função.

<b>Núcleo</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Família que participam dos núcleos</b>	<b>% das famílias que participam</b>
Eduardo Anghinhoni	10	5	50%
Iguaçu	8	8	100%
Antonio Tavares	12	11	91,7%
Roseli Nunes	15	4	26,7%
Evolução Camponesa	11	8	72,7%
Libertação Camponesa	10	6	60%
Lagoão	12	12	100%
Gabriel Kass	9	7	77,8%
Sepé	9	9	100%
Che Guevara	9	9	100%
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>79</b>	<b>75,2%</b>

**TABELA 03** - Participação das famílias assentadas nos Núcleos de Base do MST segundo a declaração dos coordenadores

Fonte: Organizado pelo autor a partir dos dados coletados em campo

Nota: \*no momento 3 lotes encontravam-se vagos devido a desistência de seu titulares, sendo que estava havia uma discussão para selecionar famílias em acampamentos para ocupar essas vagas.

A partir destes dados, podemos ver que 75,2% das famílias participam dos núcleos (principalmente das reuniões). Já a participação em atividades do MST (ocupações, mobilizações, eventos) é mais restrita, pois normalmente demanda de vários dias fora do assentamento, o que muitas vezes não é possível devido às necessidades do trabalho agropecuário, pois, por exemplo, em épocas de colheita ou plantio há um acúmulo de trabalho que não pode ser deixado para depois, assim como atividades que devem ser desenvolvidas cotidianamente, como o trato dos animais.

Quando indagados sobre o porque os outros membros não participavam, a resposta mais freqüente era que “*eles ganharam a terra e se acomodaram*”. Em alguns casos há divisões internas nos grupos. Como por exemplo, em todos os núcleos existem produtores agroecológicos e convencionais, como a produção agroecologia é uma bandeira do MST, muitos dos produtores convencionais não querem discutir o assunto para não serem cobrados.

Também detectamos que em um dos grupos havia uma divisão interna e alguns membros não concordavam com os encaminhamentos de um dos coordenadores antigos, após a troca de coordenação, a participação havia aumentado, o novo coordenador estava assentado há menos de dois anos no local pois havia entrado em uma vaga de uma família que foi para outra região. Este coordenador estava em um acampamento no próprio município da Lapa. Em dois núcleos os coordenadores informaram que dois membros não assumiam tarefas (coordenações ou setores) e falavam que era por causa de sua igreja que não

permitia (evangélica) mas não podemos generalizar, pois entrevistamos uma coordenadora que se declarou evangélica.

No estímulo à participação nos núcleos, num primeiro momento destacou-se o papel da coordenação na organização das reuniões, como coloca um dos coordenadores de núcleo: *“Quando é feito uma reunião aqui em casa nós saimo, convida todo mundo de a pé, daqui até lá embaixo e voltamo. Tal dia e tal hora tem reunião lá em casa ... tá e se ele não vem nós tem que vê porque ele não veio”*. Mas em outra oportunidade o mesmo coordenador já declarava que poucas famílias deste núcleo participavam, pois o coordenador não mais fazia o trabalho de ir de casa em casa, já que isso demandava praticamente um dia de trabalho.

Como vimos no tópico sobre a organização do Assentamento, há uma complexa organização dos núcleos e setores, com procedimentos para a escolha dos coordenadores e representantes dos setores, assim como avaliações e discussões sobre a organização dos núcleos e suas tarefas. Na prática todo esse processo apresenta alguns problemas, pois em nossa última visita aos núcleos constatamos que três núcleos estavam com dificuldades em definir seus coordenadores. No primeiro núcleo os coordenadores antigos ainda respondiam de certa forma como tal, mas manifestaram que já tinham assumido a coordenação no ano anterior com a condição de outras pessoas assumirem. Mas não havia outros membros no grupo dispostos a assumir a tarefa. Desta forma os coordenadores já não demonstravam o mesmo empenho que haviam sido demonstrado em outras visitas que realizamos no local. Em nossas primeiras visitas, os coordenadores afirmavam que mais da metade das famílias participavam, na última visita, poucas famílias estavam participavam das atividades do núcleo.

Já em outro núcleo que estava sem coordenador, uma assentada com a qual conversamos, estava sendo estimulada a assumir a coordenação, e era de certa forma o contato da coordenação da brigada com o núcleos, mas ainda não tinha se decidido. No terceiro núcleo que estava com dificuldades, o coordenador ficava muito tempo fora do assentamento, já que realizava serviços de pedreiro. Outra assentada, com a qual conversamos também estava sendo estimulada para assumir formalmente a coordenação do núcleo.

Todos os coordenadores afirmaram que os agricultores que comparecem às reuniões e atividades, normalmente procuram dar sua opinião, discutir e contribuir. Também se há alguma atividade fora do assentamento organizada pelo Movimento (como mobilizações e encontros), a maioria dos membros participa, seja comparecendo a atividade ou contribuindo de outra forma, na maioria das vezes, doando alimentos.

Nas reuniões que acompanhamos pudemos perceber que entre os membros presentes, praticamente todos manifestavam suas opiniões e dúvidas em pelo menos algum momento. Na reunião das famílias que entregam leite para agroindústria, como havia esclarecimentos acerca dos valores pagos e despesas, todos os membros fizeram suas colocações. Em reunião com os produtores agroecológicos a maioria dos membros também trouxeram colocações sobre os projetos apresentados, principalmente questionamentos sobre detalhes do projeto.

Essa participação abre espaços a críticas aos próprios Coordenadores do Assentamento. Alguns coordenadores colocaram que membros de seus grupos reclamaram de algumas atitudes da Coordenação do Assentamento, ao que pudemos perceber que um dos pontos de discórdia diz respeito a uma

caminhonete recebida como uma doação de uma ONG do Canadá para o assentamento. A caminhonete faz serviços de transporte da produção e recolhe o leite para a agroindústria. O frete é cobrado pela Coordenação, que utiliza para custear a manutenção da caminhonete.

Alguns assentados consideram alto o valor do frete cobrado por quilômetro rodado, que se assemelha ao valor cobrado no mercado. Um dos coordenadores coloca que: *“devia fazer o seguinte: paga o óleo, vê alguma coisa para o motorista e se descontô alguma coisa faz uma assembléia pra resolver...”* (Coordenadores de núcleo). Nossa vivência por alguns anos junto a assentamentos rurais, mostra que a não previsão de dinheiro para a manutenção é um problema de difícil resolução. Pois quando existe a necessidade de um conserto, há uma discussão acerca de quem arcará com o custo e sempre há os que não querem ajudar (ou tem dificuldades). Em alguns casos defendem que o motorista deve pagar quando o acusam de imprudente ou que as pessoas que mais se utilizaram daquele veículo ou máquina é que deve arcar com seu conserto. Mas por outro lado, sendo o veículo uma doação e de propriedade dos próprios assentados, deve-se procurar analisar cuidadosamente os custos de forma a que, mesmo prevendo um fundo para sua manutenção, o preço do frete seja colocado pelo menos um pouco abaixo do preço de mercado para as famílias do próprio assentamento.

Por outro lado, a caminhonete é mais utilizada para o transporte de leite e atividades ligadas diretamente ao Centro de Pesquisa e Educação, e dada a diversidade e quantidade de atividades desenvolvidas no Assentamento, há dificuldades em atender a todos os assentados.

Outro ponto de críticas que surgiu foi a instalação da Escola Latino Americana de Agroecologia. Mas este conflito, acreditamos que, deriva conflito entre os produtores agroecológicos e os convencionais, sendo que a coordenação defende abertamente a primeira opção, que é uma orientação de todo o MST, e realizam críticas aos que não procuram aderir ao modelo agroecológico.

Há também desavenças entre a coordenação e alguns assentados que arrendaram suas terras, prática que além de ser proibida em assentamentos pelo próprio INCRA, é também combatida pelos militantes do MST, pois normalmente o arrendatário é um fazendeiro ou mesmo outro assentado que tenta se aproveitar da necessidade do outro e que acaba por pagar baixos valores pelo arrendamento. Também, a luta promovida pelo Movimento é feita para que as pessoas consigam terra e possam gerar o seu próprio sustento através do trabalho e procurar criar condições para se libertar das amarras do sistema capitalista e algumas famílias acabam sendo seduzidas pela possibilidade de um retorno financeiro considerável (que nem sempre se confirma) e sem um grande esforço físico. Por outro lado muitas famílias não ainda possuem condições de realizar o plantio (como sementes, insumos e principalmente uma política consistente de créditos) e acabam arrendando para garantir o mínimo retorno financeiro.

Essas desavenças parecem ter relação entre a “cobrança” de participação e a tendência das famílias camponesas à acomodação após o assentamento. Como coloca Caldart:

Um dos conflitos que também se desdobra (...) é o que identifica entre o *desejo de estabilidade* e a *necessidade do movimento permanente*. Quando um sem terra é assentado, sua primeira inclinação é pensar que chegou ao ‘fim da história’. Mas logo começa a perceber que, no máximo, chegou ao fim de um dos seus capítulos, talvez nem o mais importante. Se não continuar mobilizado, se não prosseguir lutando, não conseguirá se

manter na terra produzindo, não terá o crédito, a estrada, o posto de saúde, a escola. Mas a pressão objetiva da necessidade não garante uma escolha permanente. Muitos assentados optam por se acomodar à situação mais do que agir sobre ela. Conseguidas as condições mínimas de subsistência abalada quando a própria vida volta a estar em perigo. Para outros ao contrário, de cada mobilização nasce a percepção da necessidade da próxima, em reação permanente a um *estado de coisa* que sempre pode ser transformado. (2000, p. 124).

Os pontos de discordância acima relatados são muito mais sintomas entre permanecer lutando e se acomodar. Muitas famílias camponesas acreditam que podem reproduzir o modelo de agricultura camponesa que já vivenciaram. Gaiger (1994, p. 179) identifica estas famílias com o que chama de *ethos parcelar*, o qual se estrutura:

em torno de três referências primordiais: a terra, o trabalho e a família. A terra aparece como valor maior e como objetivo principal da luta. O trabalho é visto como elemento decisivo para que o pequeno agricultor tenha êxito na produção, embora a própria experiência pessoal demonstre o contrário.

Mas, mesmo assim os agricultores convencionais participam das mobilizações e eventos organizados pelo MST, como colocado por um dos coordenadores de núcleo, ao ser indagado se os produtores convencionais também participam destas atividades ele afirmou que sim, o que segundo a fala deste coordenador tem relação com seu estilo de liderança: “*Se nós fala eles vão*”. Da mesma forma o representante do setor de produção da Brigada de 50 famílias, afirmou sobre a participação e contribuição nas atividades organizadas pelo MST: “*Tanto faz o pessoal orgânico, convencional... o pessoal contribui*”.

Na questão da participação, há também como forma de estimular a participação nos núcleos, um rodízio na coordenação, sendo que o coordenador e coordenadora permanecem durante um ano e depois outros são escolhidos pelo grupo, em alguns casos os coordenadores podem permanecer mais de um ano. Essa tática visa estimular o surgimento de novas lideranças dentro do Movimento.

O formato da coordenação do núcleo, que escolhe um coordenador e uma coordenadora, revela uma preocupação com as relações de gênero pois, a coordenadora deve possuir a mesma função do coordenador e não ser sua “vice”. Neste ponto todos os coordenadores ou coordenadoras indagados sobre a participação feminina nos núcleos afirmou que esta deixar a desejar, normalmente coloca-se que se o homem vem, a mulher fica cuidando do lote. Como relatou uma das coordenadoras:

*faz uma reunião, convida para a reunião mas sempre a mulher fica ‘ou vem um ou vem outro’ o outro fica prá cuida ... o homem vem a mulher fica pra cuida dos afezeres de casa... mas elas podem vir porque se por exemplo... que nem a festinha do nosso grupo no dia 18 daí não faltou ninguém né.. (...) mas o que não veio é porque tava trabalhando colhendo batatinha....(Coordenadores de Núcleo).*

Essa fala mostra a necessidade de ampliar a participação feminina, que normalmente não comparece nas reuniões e que usualmente falam que tem que ficar cuidando da casa, mas que no momento da festa e para realizar trabalho fora do assentamento (colheita de batatinha) puderam se ausentar.

Essa fala também revela outro problema presente em algumas famílias, a busca por trabalho remunerado fora do assentamento (colheita de batatinha), assim como em um núcleo um dos coordenadores estava passando alguns dias fora, pois trabalhava como pedreiro para outros.

Além das coordenações dos núcleos, os setores de atividades também estão organizados, sendo cada núcleo deve indicar um membro para cada setor (finanças, saúde, educação, produção, comunicação, frente de massa e formação) , que farão parte do setor da brigada de 50 famílias. Desta forma, uma das estratégias que procurou-se desenvolver foi uma reunião mensal com todos os coordenadores de núcleo e os participantes dos setores:

*uma meta deste ano que passou, que foi de 2004, é de que o primeiro sábado de cada mês, seria um sábado de estudo em que abrangeria todo o pessoal que tivesse uma função, né... coordenador de setor, de núcleo, e mais toda a coordenação, portanto varia em torno de 105 pessoas, que tenha cargo e tal (...)prá pode participar dos estudo a gente conseguiu no início, mas daí foi... o pessoal foi assim, ficando na atividade de cuidar mais do lote e daí o estudo ficou mais a coordenação, no primeiro e no terceiro sábado que daí a gente se reúne, e aí coordenadores, fazem essa reunião, passam as informações, os questionamentos e as sugestões que o pessoal traz para a coordenação. (Entrevista nº 1 – Coordenador de Brigada de 50 famílias).*

Esta fala relata uma meta de levar formação política de forma sistemática as pessoas do assentamento que fossem responsáveis por alguma atividade do Movimento. Sendo uma meta ambiciosa, já que se procurou organizar reunião mensal de formação política com mais de 100 pessoas, quase uma pessoa por família do assentamento. Sendo reunião de estudo e formação política, houve um certo desestímulo, e várias pessoas preferiram priorizar as atividades do lote, mesmo assim toda a coordenação do assentamento se reúne uma vez por mês para as reuniões de estudo e formação política, que são realizadas no 3º sábado do mês. A dificuldade de participação dos agricultores nestas reuniões tem relação com a não visualização dos resultados, já que muitos têm que decidir entre realizar uma atividade produtiva no lote ou participar de uma reunião na qual eles tem dificuldade em visualizar os resultados.

As reuniões do 1º sábado do mês são realizadas para discutir e tomar os encaminhamentos práticos, como questões relativas à Escola Latino Americana, participação em mobilizações, encaminhamentos de projetos e outros. Sendo na parte da manhã reservada a coordenação e a parte da tarde, reservada a reunião dos setores. Essas reuniões podem acontecer também em outros momentos, de forma extraordinária, caso seja julgado necessário, como a organização de alguma mobilização ou o encaminhamento de algum projeto.

A atribuição de atividades específicas a cada pessoa (ou ao maior número possível) e a sua cobrança através de avaliações, é uma estratégia que permite ampliar a participação, através deste método, a maioria das pessoas acaba assumindo a tarefa de fato pois, além da cobrança que está submetida, ela visualiza os resultados do seu esforço, ao contrário de uma reunião de formação política que as pessoas não vêem resultados imediato. Os coordenadores informaram que nos núcleos dificilmente é realizado um trabalho sistemático de formação, as reuniões acabam por ser de encaminhamentos, os momentos de formação acontecem principalmente nas reuniões da coordenação e/ou dos setores.



**FOTO 06** : Reunião do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Assentamento Contestado.  
Autor: Adriano da Costa Valadão

Destaca-se a participação como um “processo de vivência” como afirma Gohn (2005, p.30). Tendo em vista a realidade destas famílias, a participação mostrou significativos avanços, mesmo considerando problemas enfrentados. Esta era uma população que vivia sem perspectivas de futuro e ao lutarem para tornarem-

se sujeitos de sua história, tornaram-se sujeitos coletivos, identificando objetivos comum e antagonismos com outra classe social.

Assim podemos ver que a dimensão da resistência do campesinato, conforme coloca Fabrini (2002) presente em todo o assentamento, seja na resistência às formas de exploração ao capitalismo e na resistência às proposições da Coordenação do MST que venham de encontro à anseios das famílias camponesas assentadas. Como a proposição da alteração da matriz tecnológica, em alguns casos praticamente já se incorporou a cultura das famílias utilização de venenos. Desta forma elas tem dificuldades em trabalhar a terra de outra maneira pois, ou já esqueceram as práticas tradicionais antigas ou já aprenderam a trabalhar a terra a base de insumos e venenos agrícolas.

Uma particularidade da área em questão é a proximidade desta com a Capital do Estado, o que levou a alguns dirigentes e militantes do Movimento, a possuírem lotes no local, principalmente os que desenvolvem alguma atividade de caráter mais burocrático na Secretaria Estadual do MST ou na CCA em Curitiba. Alguns estavam presentes desde o início da organização do acampamento e alguns vieram de outras regiões do Paraná, transferindo-se do assentamento de origem, geralmente trocando com alguma família que desistiu ou queria ir para outra região do Estado, principalmente as que não se adaptaram as condições do solo (considerado arenoso ao contrário das terras naturalmente férteis do oeste do Paraná).

A proximidade com a Capital do Estado, facilita a presença das famílias deste assentamento em manifestações que tem como objetivos negociar, apresentar pautas de reivindicações e pressionar os Governos Federal (através do

INCRA/PR) e Estadual. Assim, em praticamente todas as mobilizações do MST realizadas em Curitiba, as famílias do Assentamento Contestado se fazem presentes, enquanto regiões mais distantes muitas vezes têm dificuldades em participar.

As famílias do local parecem estar desenvolvendo uma cultura de participação, processo que não atinge a todos. Pois com base nas declarações dos coordenadores, cerca de 75% das famílias participam nos núcleos de base do MST, mas este processo que poderá apresentar avanços e retrocessos dependendo de sua condução. De qualquer forma é um processo que está os tornando “protagonista de sua história, desenvolvendo consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica...”(GOHN, 2005).

## 5.5 A agroecologia como ferramenta de luta

*E quando a safra progredia e a colheita terminava, nenhum homem pegava num punhado de terra quente e deixava a terra escorrer entre os dedos. Nenhum homem tocava nas sementes ou sentia alegria com a safra. Os homens comiam aquilo que não tinham plantado; não tinham amor ao pão que comiam. A terra produzira pelo efeito do ferro e sob os efeitos do ferro morria gradualmente; não era amada, nem odiada; nem adorada, nem amaldiçoada..*

*John Steinbeck*

Segundo Altieri (2001, p. 103) “a agricultura camponesa em todo o mundo está passando por um processo de empobrecimento sistemático”, este processo acentuou-se com os resultados da chamada Revolução Verde, que aconteceu a partir de meados do século XX. Este processo lançou as bases da

agricultura moderna, a qual baseada em descobertas científicas realizadas a partir do século XIX construiu o que se chama hoje de agricultura convencional.

Gliessman (2000, p. 34) coloca que “a agricultura convencional está construída em torno de dois objetivos que se relacionam: a maximização da produção e a do lucro”. A fim de alcançar estes objetivos, desenvolveram-se uma série de práticas que passaram a ser utilizadas na agricultura. Práticas que foram adotadas sem considerar as conseqüências ao longo do tempo:

Seis práticas básicas – cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas – formam a espinha dorsal da agricultura moderna. Cada uma é usada por sua contribuição individual à produtividade, mas, como um todo, formam um sistema no qual cada uma depende das outras de reforça a necessidade de usa-las (GLIESSMAN, 2000, p. 34).

Rapidamente as indústrias químicas e de máquinas agrícolas incentivaram a adoções destas práticas, poderosos interesses<sup>66</sup> propagaram a agricultura convencional sem a devida atenção aos problemas ecológicos, sociais, culturais e de saúde que causam.

A resistência contra o modelo adotado surge juntamente com a sua implantação. Na América Latina a partir da década de 1970, ganha força a chamada Agroecologia, que procura desenvolver-se de maneira sustentável, sem agredir o meio ambiente, buscando o equilíbrio homem-natureza, principalmente procurando manter o camponês em seus locais de origem mantendo e reconstruindo a sua cultura.

---

<sup>66</sup> Para uma discussão sobre os interesses as empresas de agrotóxicos e as conseqüências do seu uso ver Pinheiro, Nasr e Luz (1993).

A agroecologia<sup>67</sup> pode ser entendida como a forma de agricultura que:

proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas na agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum de sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2001, p. 35)

Assim procurando contrapor os interesses das grandes corporações transnacionais, o MST soma-se a organizações e grupos que propõe a mudança de matriz tecnológica para a agricultura nos assentamentos. A discussão de alternativas ao modelo tecnológico está presente desde o “surgimento” do Movimento, mas ela ganha força mesmo é a partir de meados da década de 1990, década em que as discussões sobre os problemas ambientais se expandem em todo o mundo.<sup>68</sup>

No MST expandem-se experiências de técnicas alternativas de produção baseados nos princípios da agroecologia, experiências que se tornam mais um foco de resistência dos agricultores ao capitalismo, representado principalmente pelas empresas químicas e de sementes.

Desta forma a Agroecologia transformou-se, conforme as palavras de um técnico que presta assistência técnica ao Assentamento Contestado, “*numa ferramenta de luta*”. Não podendo excluir os que plantam no sistema convencional

---

<sup>67</sup> Existem várias “escolas” de agricultura alternativa: biodinâmica, orgânica, natural, biológica, alternativa, agroecológica, permacultura e sustentável, cada qual com seus princípios, mas possuem em comum a não utilização de insumos químicos. Para uma discussão sobre essas diferenças ver Khatounian (2001).

<sup>68</sup> Como marco desta discussão sobre os problemas ecológicos está a ECO 92. Conferência patrocinada pela ONU e que aconteceu no Rio de Janeiro e que provocou o debate sobre os problemas ambientais que o mundo estava vivenciando.

do MST, mas procurando mostrar para eles os problemas deste sistema e estimulando-os a adoção de técnicas alternativas.

É a partir do final da década de 1990, que se amplia o debate no Movimento sobre a adoção de tecnologias alternativas, embora a discussão já esteja presente desde o início do Movimento. Neste sentido, embora grande parte das famílias assentadas adote o modelo de agricultora convencional, as experiências agroecológicas se multiplicaram nos últimos anos.

No Assentamento do Contestado, essa discussão esteve sempre presente, o que em um universo de 108 famílias, aproximadamente 40 produtores que são chamados de “os orgânicos”, os quais não utilizam insumos químicos em suas plantações e criações animais, vários outros também, apesar de utilizarem insumos químicos procuram diminuir a sua utilização, principalmente de fungicidas e inseticidas. Por outro lado muitos acreditam que a eliminação destes insumos os levarão a enfrentar outros problemas, como baixa produção, perda por ataque de pragas, aumento do serviço, este aspecto pode ser visualizado na fala de um dos coordenadores de um dos núcleos do Assentamento Contestado:

*Eu não sou contra...até eu se pude larga do veneno eu largo mesmo...to...to diminuindo ao máximo.. mas eu não dô em cima de quem é convencional.. você veja bem se eu não tivesse limpado esse soja ai com esse... como é que é ? ... o veneno que passei agora ai?... não me lembro o nome mas tá ai ainda... tem um monte de coisa para fazer... tirá leite... os leitão que têm que cuidá... a coordenação... vc não sabe o tempo que a coordenação come... (Coordenador de Núcleo)*

Essa fala revela o desejo de mudança de matriz tecnológica, mas há um receio com as perdas que podem ocorrer, o aumento do serviço e até a incorporação cultural de que de sem a utilização de venenos é impossível plantar, e a falta de consciência dos problemas de saúde que os venenos causam.

Mas por outro lado os produtores que já aderiram ao modelo agroecológico, que são os que acabam mostrando um maior entendimento sobre os problemas da agricultura convencional, mostram que estão conseguindo, embora ainda com muitas dificuldades, superar os problemas na adesão a agricultura agroecológica, assim como procuram mostrar aos agricultores convencionais a necessidade de se abandonar os insumos químicos, como colocado por um membro do setor de produção:

*...a questão é tentar trabalhar mais no conjunto, tentar ir quebrando essa barreira da produção orgânica x convencional, não ir muito para o embate, nem de encrenca, nem de briga, de discussão, trabalhar com cautela, sem agredir (...) o pessoal tão meio perdido na questão produtiva, faz uma coisa não viabiliza, faz outra tá maio perdido não sabe o que fazer, já vem de longo tempo produzindo no convencional ou de outra formas e é difícil mudar e tentar trabalha junto ou cooperar com outro né.... (Representante do Setor de Produção na Brigada de 50 famílias).*

Percebemos que o conflito entre os produtores orgânicos e convencionais data desde o período de acampamento, mesmo com a questão sendo fortemente trabalhado pelo MST e outras instituições, como algumas ONGs ambientalistas, o conflito continua 6 anos após a implantação do Assentamento. Os agricultores agroecológicos têm dificuldades em mostrar um volume considerável de produção e assim através do exemplo de suas experiências ampliarem o número de famílias que se disponham a largar os insumos químicos.

Entre as dificuldades apontadas está o tipo de solo. Várias famílias tem origem nas Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, locais com solo de alta fertilidade natural para a agricultura. No Assentamento Contestado há a predominância de solo arenoso, que possui uma baixa fertilidade natural, já os agricultores convencionais por se utilizarem altas doses de fertilizantes químicos, conseguem uma produção razoável.

Mas por outro lado, devido a necessidade da produção em escala, correm mais riscos de uma frustração de safra. Como é o caso da informação que tivemos de que alguns agricultores convencionais haviam perdido a lavoura de feijão devido ao tempo chuvoso durante a colheita e outras lavouras de grãos devido a um longo período de estiagem, ou por falta de máquinas colhedoras. Desta forma como a lavoura acaba por ser a principal fonte de renda, provavelmente estes agricultores terão dificuldades em pagar os financiamentos (se for o caso) ou não terão outras fontes que lhe darão renda suficiente para sua manutenção durante o ano, optando assim por ter que, ou arrumar renda fora do assentamento, ou então arrendar suas terras, prática proibida, como já dito, pela legislação para os assentamentos, ou mesmo desistir do lote e migrar provavelmente para as cidades.

Ao final da safra 2004-2005, por exemplo, três lotes estavam vagos devido à desistência de seus titulares, essas famílias haviam perdido a lavoura devido a seca e os coordenadores acreditavam que estavam indo embora por não poderem arcar com seus compromissos junto aos bancos. As famílias saíram sem darem muita satisfação e sem avisarem ninguém, pois ao ver uma família tentando ir embora, outros assentados, principalmente membros da coordenação normalmente tenta convencê-la do contrário. Mas também muitos agricultores assentados com os quais conversamos afirmaram que não largariam aquela terra por nada.

Outra frente de atuação, relacionada com a agroecologia é o combate aos Organismos Geneticamente Modificados, chamados de transgênicos. A manipulação dos genomas de plantas, como vimos é uma das seis principais práticas da agricultura moderna. Para deter o controle das sementes as grandes

empresas transnacionais utilizaram por décadas as sementes híbridas. Gliessmann (2000, p. 39-40) coloca que as plantas híbridas:

Podem ser muito mais produtivas do que suas variedades semelhantes não híbridas e têm sido conseqüentemente, um dos fatores principais por trás dos aumentos de rendimento obtidos durante a assim chamada “revolução verde”. As variedades híbridas, contudo, requerem, com freqüência, condições ótimas – incluindo a aplicação intensiva de fertilizante inorgânico – a fim de atingir seu potencial produtivo. Muitas requerem a aplicação de agrotóxicos para protegê-las de ataques de pragas, porque a elas falta a resistência às pragas que têm suas parentes não híbridas. Além disso, as plantas híbridas não podem produzir sementes com o mesmo genoma que seus pais, tornando os agricultores dependentes de produtores comerciais.

Recentemente as grandes transnacionais investiram em pesados lobbys políticos para alterar as legislações da maioria dos países a fim de patentear as sementes, através de leis como a Lei de Proteção de Cultivares e a Lei de Patentes.

Os diversos benefícios prometidos pelos defensores dessa tecnologia não se confirmam (como o aumento da produtividade e diminuição do uso de agrotóxicos) trazem novos problemas como é discutido pelo Grupo de Ciências Independente<sup>69</sup> (2004). Abaixo destacamos alguns dos problemas dos transgênicos discutidos por este Grupo:

falta de informação pública crítica sobre a ciência e a tecnologia da modificação genética (...) falta de investigação científica independente e desinteressada dos riscos e da avaliação dos transgênicos; atitudes parciais de organismos regulamentadores e vinculados com a informação pública, que parecem mais interessados em difundir propaganda das empresas do que oferecer informação vital. (...) A exclusão e a difamação dos cientistas que tentam transmitir ao público informação resultante de pesquisas, que são consideradas lesivas a indústria. A negação e a omissão permanente de abundantes provas científicas sobre os riscos dos transgênicos para a saúde e o meio ambiente por parte de quem propõe a modificação genética e de organismos assessores e de regulamentação, supostamente

---

<sup>69</sup> “O grupo de transgênicos do ISP [ Independent Science Panel – Grupo de Ciência Independente] está integrado por cientistas que trabalham em genética, ciências biológicas, toxicologia e medicina, e por representantes da sociedade civil preocupados com as conseqüências nocivas das modificações genéticas de plantas e animais e com as tecnologias vinculadas, e sua rápida comercialização na agricultura e na medicina sem o devido processo de uma adequada avaliação científica e de consulta e consentimentos públicos.”(GRUPO CIÊNCIA INDEPENDENTE, 2004, Apêndice.).

desinteressados. As constantes afirmações das empresas de biotecnologia acerca dos benefícios oferecidos pelos transgênicos, e a reiteração destas afirmações por parte do *establishment* científico, frente a abundância de provas de que os transgênicos têm fracassado, tanto no campo quanto no laboratório. Ataques e descarte sumário das profusas provas existentes que destacam os benefícios de diversas abordagens agrícolas sustentáveis para a saúde e para o meio ambiente, bem como para a segurança alimentar e o bem-estar social dos agricultores e de suas comunidades locais (GRUPO DE CIÊNCIA INDEPENDENTE, 2004, anexo)

A discussão de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia procura mudar o paradigma dominante na agricultura moderna, que é a utilização de uma matriz tecnológica baseada em insumos químicos, na monocultura e totalmente voltada para o mercado, onde os objetivos são a alta produtividade a fim de produzir altos lucros e não alimentos. Na matriz agroecológica, não se leva em conta somente objetivos econômicos (equidade), mas também sociais (autosuficiência alimentar e desenvolvimento rural integrado); ecológicas (preservar a biodiversidade, estabilidade produtiva) e culturais (resgate da cultura camponesa no cuidado com as sementes, e a auto estima); mas não de forma a promover uma volta ao passado:

Embora a agricultura tradicional possa fornecer modelos e práticas valiosos para desenvolver uma agricultura sustentável, não pode produzir a quantidade de comida requerida para abastecer centros urbanos distantes e mercados globais, pelo seu enfoque de satisfazer necessidades locais e em pequena escala (GLIESSMAN, 2000, p. 53).

Assim, baseado em conhecimentos tradicionais e modernos, o MST, insere-se num movimento mais amplo, no qual fazem parte outros movimentos sociais, ONGs, sindicatos, intelectuais, numa rede de alcance mundial, movimento que atua no sentido de uma nova agricultura, sob um novo paradigma, para que se alcance, de maneira sustentável, a soberania alimentar.

Este envolvimento de busca de uma nova matriz produtiva e de luta pela soberania alimentar, e do grande número de famílias que praticam a agroecologia no Assentamento Contestado, fez com que no local fosse instalada a Escola Latino Americana de Agroecologia. A Escola foi lançada durante o IV Fórum Social Mundial, numa parceria entre o Governo da Venezuela, o Governo do Estado do Paraná, o MST e a UFPR. Esta escola conta com estudantes de movimentos sociais do Brasil e de países latino-americanos e inicialmente formará Tecnólogos em Agroecologia, procurando inovar na formação de técnicos para o trabalho junto a agricultores camponeses, visto que praticamente a totalidade dos Cursos de Agronomia é centrada no modelo de produção convencional.



**FOTO 07:** Cerimônia de Inauguração da Escola Latina Americana de Agroecologia.  
Autor: Adriano da Costa Valadão

A mudança de matriz passa por um processo cultural, pois a introdução dos insumos químicos foi realizada através de grande pressão das empresas transnacionais e na assistência técnica extensionista. Os que não usavam venenos eram ridicularizados e considerados atrasados, “caipiras”, a queda dos preços agrícolas também levou os camponeses a procurar soluções mais fáceis pois

o grande dispêndio de força físico (como para carpir) não estava mais valendo a pena.

Assim a utilização de insumos químicos já está incorporada a cultura de uma parcela significativa do campesinato. Desta forma o camponês, em muitos casos, perdeu sua relação com a natureza, como relata a epigrafe deste tópico. Por isso é um longo processo a conversão da matriz agrícola convencional para a agroecológica.

### **5.5 A (Re)Criação do campesinato**

Através das experiências que as famílias sem terra vivenciam, como Fernandes (2000) coloca, leva a criação e ou a recriação do campesinato. As ações desenvolvidas por estas famílias as levam a vivenciar experiências, proporcionando o desenvolvimento de uma consciência de classe, consciência que não se manifesta em todos de forma igual, mesmo que tenho vivenciado experiências semelhantes, como colocado por Thompsom (1987).

O processo de luta pela terra é “tanto de reprodução quanto de produção do trabalho familiar, *porque a maior parte dos trabalhadores que participam dessa luta nunca tiveram terra, e parte nunca trabalhou no campo*” (FERNANDES ,2000, p. 280). O processo de expulsão dos camponeses teve um grande impulso entre as décadas de 1960 a 1980, MARTINI (1987, p. 63) estima que entre as décadas de 1960 e 1970 cerca de “28,5 milhões de pessoas teriam deixado as áreas rurais”. Processo que ficou conhecido como modernização conservadora ou dolorosa (SILVA, 1982), ou seja:.

O processo de modernização da agricultura não pode ser compreendido somente pela ótica da elevação da produtividade e do emprego de tecnologias modernas, cada vez mais sofisticadas; este processo é responsável pela expropriação e aumento da exploração, por meio da violência –física, simbólica e legal (SILVA, 2004, p. 40-41).

Assim, o processo de criação e (re)criação da classe camponesa procura fazer surgir um sentimento de luta, que mostra que a luta de classes ainda está presente na sociedade atual, mesmo que outros conflitos tenham ganhado força nas últimas décadas ( como os étnicos, ambientais e feministas).

Percebemos famílias que procuram voltar ao campo, mesmo após anos de vivência urbana, mantém o desejo de voltar as suas origens, como mostra a fala de uma Coordenadora de Núcleo ao comentar sobre sua adaptação no campo após morar por alguns anos na cidade de Curitiba:

*Adaptei bem, ..porque minha família me criou na roça (...) fui criada na roça (...) então foi onde que me habituei bem no serviço, (...)e eu tava sentido quando cheguei aqui porque eu já tava na cidade há tempo...e na cidade, sabe, judia muito da gente.. quem tá acostumada na roça não gosta de fica na cidade (... ) Foi onde que eu até achei bom que eles me deixaram aqui...me deram um pedacinho de terra ... (Coordenadora de Núcleo)*

No Assentamento Contestado há vários moradores da região metropolitana, inclusive assentados que possuíram empregos estáveis na cidade, entre eles encontramos um assentado que chegou a trabalhar como metalúrgico (entre outras profissões) e inclusive com vários cursos do Senai, este assentado relatou que sempre sonhava em voltar para o campo, onde viveu até os 14 anos. Relatou ainda que ironizava quando as pessoas perguntavam o que faria no “meio do mato” com todos os diplomas de cursos técnicos que realizava “*vou comprar uma carroça e pendurar todos nela....*”.

A luta de classes no MST pode ser melhor visualizada nos acampamentos, nas ocupações, nas mobilizações de massa, nos encontros e congresso, mas a luta se opera também no cotidiano, seja desenvolvendo ações que estimulem as relações entre as famílias, procurando estimular a solidariedade, e ações contra os interesses do latifúndio e das grandes transnacionais que dominam os mercados e em muitos casos tem um poder maior que muitos Estados Nacionais.

Neste sentido, as experiências, colocadas por Thompson (1987) como tendo um papel central na formação classe:

...a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem ( e geralmente se opõe) dos seus (THOMPSON, 1987, p. 10).

A flexibilização por parte do MST de seu modelo cooperativista proporcionou um menor conflito entre a proposta de adoção da cooperação e dos desejos dos agricultores sem terra em tentar ter sua terra e individualmente conseguir dela tirar seu sustento. Mesmo assim, a coletivização ainda tem uma grande importância para o Movimento, pois procura ser um exemplo de outra forma de se organizar, de uma nova forma de organizar a sociedade, não com base em valores individualistas, mas com base na solidariedade. Também proporciona a “liberação de quadros” para atuarem na estrutura do MST e possibilita uma potencialização dos recursos de produção. Tendo consciência das dificuldades da adesão dos formatos coletivos de produção pelos assentados, a organização através dos núcleos atua de forma a estimular a participação não só dos que participam de formas coletivas de produção mas também dos assentados individuais.

Esta (re)criação da classe camponesa não se trata exclusivamente de “copiar” o modo de vida dos camponeses tradicionais, procura-se romper com a idéia do campesinato como um “saco de batatas” (MARX, 1978, p.327) mas como colocado por Caldart (2000, p. 122):

Na base das propostas de cooperação agrícola estão as formas coletivas de organização do trabalho e da produção agropecuária e agroindustrial, que gestam um tipo de vida comunitária capaz de romper com os modos mais tradicionais de vida no campo, seja aquela baseada nas relações de assalariamento, ou a das relações estabelecidas pela produção familiar, ambas culturalmente vinculadas ao valor sagrado da propriedade e do usos privado da terra, e a um certo isolamento social das famílias entre si. Trata-se de recriar as próprias relações sociais camponesas (recuperando muitos dos seus *costumes tradicionais*, mas estranhado-os em um novo contexto), para evitar que desapareçam, e para inseri-las em uma estratégia de transformações econômica, política e cultural da vida no campo e da vida na sociedade como um todo.

Os núcleos de base representam uma forma de procurar ampliar a participação (tanto dentro do MST) como na sociedade em geral, pois pode proporcionar mais oportunidades da efetivação desta participação, da ampliação da democracia interna no MST, e conseqüentemente na sociedade como um todo. Os núcleos também se articulam como um espaço educativo, onde ao se desenvolverem relações sociais, rompendo com o isolamento dos camponeses ao serem assentados em lotes individuais (FABRINI, 2002) e pela dinâmica do núcleos estes poderão identificar problemas soluções comuns e compreender melhor as relações de subordinação em que estão inseridos, pois assim podem ter acesso a informações que dificilmente chegaria a todas as famílias já que os núcleos:

Permitem a circulação de informações sobre os mais variados assuntos, se constituindo como um espaço de interação entre os assentados. Aí são discutidas questões ligadas aos vários aspectos da vida dos assentados. Observou-se que existe entre os assentados um conjunto de informações sobre temáticas polêmicas referentes às questões de ordem política e econômica, principalmente. Esse foi o caso de informações e compreensão crítica sobre temas como socialismo, capitalismo, dívida externa, privatização, por exemplo. Estas informações atestaram que a compreensão

de sociedade pelos camponeses assentados não está limitada à localidade que o cerca (FABRINI, 2002, p. 283).

Mas por outro, há limites aos núcleos, sendo o primeiro o de ordem estrutural, pois o modelo econômico vigente, identificado como neoliberalismo, prioriza principalmente o mercado financeiro e não o capital produtivo. A produção fica a encargo de grandes corporações transnacionais que com base em tecnologias avançadas, cada vez mais utilizam menos mão de obra. Assim o MST, além de desenvolver sua organização interna, procura estabelecer “alianças” com as classes trabalhadoras e mantém relações com setores simpáticos à Reforma Agrária como Partidos Políticos, Sindicatos, Igrejas, Movimentos Sociais Urbanos, Universidades e ONGs. Sejam por objetivos políticos como aconteceu principalmente durante os anos de 1997 a 2000, quando o MST era o principal articulador da Consulta Popular, ou dos plebiscitos populares sobre o pagamento da Dívida Externa e ou atualmente ao buscar a articulação da Assembléia Popular, com a finalidade da elaboração de um Projeto Popular para o Brasil.

Estabelece contatos com os setores acima mencionados com objetivos econômicos, quando procura fugir do mercado capitalista. Desenvolvem-se mercados alternativos aos dominados pelas grandes empresas transnacionais, procurando para isso encontrar formas alternativas de comercialização como as feiras, vendas diretas, abertura de lojas próprias e também o beneficiamento da produção procurando agregar valor à mesma. A busca por alternativas de

comercialização levou o MST aproxima-se de um movimento que ganhou força nos últimos anos, o qual é conhecido, entre outros nomes, como Economia Solidária<sup>70</sup>.

Esses espaços alternativos de comercialização que o MST procura participar e/ou criar é também uma opção política, pois a intenção é, após garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, comercializar os produtos excedentes com as famílias de trabalhadores urbanos e os excluídos nas cidades, numa forma de fortalecer uma aliança entre as classes para a construção de uma projeto popular para o Brasil.

Todos essas articulações representam tentativas de resistência ao modelo capitalista, tentativas que não tem poder de alterar a ordem social vigente, mas que são importantes experiências para que passos maiores possam ser dados. Essas experiências mostram a capacidade e a potencialidade dos camponeses em tornarem-se sujeitos de sua história.

A organização em núcleos pode privilegiar sentimentos corporativistas dos camponeses de um núcleo, caso as famílias não procurem participar do MST e se fechar em seu pequeno mundo, o que traria novamente a idéia de camponeses como um “saco de batatas” (MARX, 1978) e neste caso não estaria presente o processo de formação da classe social. Da mesma forma, corre-se o risco das famílias não participarem e assim não haverem militantes suficientes no MST para desenvolver todas as tarefas propostas. Neste caso podemos ver que, no Assentamento Contestado, há núcleos que os indicados não participam das reuniões. Pelo que percebemos até o momento a ausência destas pessoas

---

<sup>70</sup> A Economia Solidária é o nome dado a um movimento que procura organizar empresas e empreendimentos de autogestão, de forma gerar renda e desenvolvimento aos trabalhadores. “A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo” (SINGER, 2002).

prejudicou pouco o trabalho do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente ( o qual acompanhamos mais de perto) mas isso pode acarretar o acúmulo de tarefas em alguns setores para poucas pessoas, bem como muitas atividades não serem realizadas.

A realidade do Assentamento Contestado mostra que neste caso, as famílias ao se sentirem ameaçadas a aceitar a matriz agroecológica resistiram e se manifestaram contra, o que mostra que, um trabalho de formação sistemática e de exemplos de sucesso, pode mostrar a essas famílias os problemas do pacote tecnológico do agronegócio (agrotóxicos, fertilizantes, sementes híbridas ou transgênicas, etc) e ampliar as experiências de agroecologia.

Com a experiência dos núcleos, o MST procura conciliar dentro do próprio Movimento, a democracia representativa e a democracia direta, a primeira representada pelas instâncias e a segunda representada pelos núcleos, coordenações das brigadas e dos núcleos. Assim procura-se que além das conquistas alcançadas pelo MST na sociedade como um todo, a ampliação da participação interna, de forma a que cada família assentada ou acampada também se sinta parte do Movimento, que elas desenvolvam a identidade de ser o MST.

A organização da base, feita através dos núcleos acaba ampliando a democracia interna do Movimento e, de certa forma, responde indiretamente as críticas de que o MST é autoritário com sua base, como a feita por Navarro (2002, p. 197):

Ao adotar a perspectiva totalizante dos grandes esquemas políticos das tradições ortodoxas do marxismo, que desqualificam as diferenças e alteridades sociais, além de impedir a autonomia das formas organizacionais microsociais, locais e regionais, pois ameaçariam a existência de sua própria dimensão nacional, o MST, enquanto uma organização política, tem, de fato, atuado mais como freio à emancipação

dos mais pobres do campo, estes últimos servindo, muito mais, aos propósitos, nem sempre explícitos, do corpo dirigente da organização.

Muitas destas críticas são leituras que poderiam ser feitas em fins da década de 1990, principalmente se casos isolados fossem visualizados, visto que a organização do MST tendia a privilegiar as cooperativas e mesmo mantendo direções coletivas, estas eram em número reduzido, e era fácil que apenas um pequeno grupo ou mesmo uma única pessoa acabasse ditando as regras, principalmente quando seu grau de ação se restringia a um único assentamento. A forma de organização do MST não estava acompanhando o rápido crescimento de famílias acampadas e assentadas a partir de 1995, e alguns líderes acabavam por ter atitudes autoritárias, sendo que o próprio Movimento detectou que isso acontecia:

Muitos dirigentes ao assumirem a titulação de presidentes de associação, cooperativas, do assentamento, se transformam e passam a ter práticas conservadoras, repetem os métodos dos chefes, caciques, coronéis, com os demais assentados. E alimentam na base essa dependência e essa relação (CONCRAB, 1998, p. 26).

Em muitos casos esses líderes não agiam por que queriam ditar as regras, mas devido a vontade de ver a luta avançar acabavam por praticar ações autoritárias. As posturas autoritárias de algumas lideranças também podem ser favorecidas pelas próprias populações rurais, que sempre viveram sob a tutela de alguém “mais poderoso”, e acostumaram-se a viver assim e pouco se movimentam no sentido de superar essas relações, quando conseguem ‘levar a vida’ sem grandes percalços, e que após a conquista da terra, pouco se importam que alguém tome as decisões por ele, apresentado assim uma espécie de cultura da submissão.

Com a proposta de organização dos núcleos o número de lideranças se amplia, antes a coordenação dos assentamentos era apenas exercida pelos

coordenadores dos núcleos ou grupos de produção, hoje há um coordenador e uma coordenadora por núcleo, além dos coordenadores das brigadas de 50 famílias e representantes dos setores para cada 50 famílias. Se esta estrutura antiga se mantivesse até hoje, o Assentamento Contestado, por exemplo, teria uma coordenação com no máximo 10 membros, pois os núcleos poderiam ter muito mais de 10 famílias e assim sendo teríamos ainda menos pessoas na coordenação. Vimos atualmente, a coordenação do Assentamento Contestado é formada por 36 (trinta e seis) pessoas, além de todos os envolvidos nos setores, o que soma cerca de 100 (cem) pessoas que tem uma atividade específica dentro da estrutura do Movimento no local.

Essas famílias ao serem constantemente estimulados a participar, assumindo atribuições específicas dentro do MST, muitos acabam por romper com a cultura autoritária e caminham em direção a se tornarem sujeitos da sua história.

Essa ampliação da participação, leva a reivindicação de vários direitos que normalmente são privilégios das populações urbanas, ou de parte dela, assim surge uma das categorias propostas por Gohn (1997) para analisar os movimentos sociais da América Latina, a *cidadania*, como ficou evidenciado na fala de um dos coordenadores:

*... nesta questão da saúde, da educação, pelo menos assim a conclusão que dá prá chegar é que dentro do Movimento Sem Terra tu consegue ter acesso muito mais fácil do que na cidade... porque na cidade, com tem muita gente, vc vai no posto de saúde, vc não consegue uma ficha, a luta do Movimento Sem Terra faz por saúde, por educação e uma série de outras questões que faz além da terra, vc ter acesso a isso muito mais fácil que se tivesse na cidade” (Coordenador de Núcleo)*

Assim a práxis do MST, feita através dos acampamentos, ocupações, mobilizações, reuniões e também das ações do cotidiano que através, por exemplo, da agroindustrialização, da agroecologia, da luta contra os transgênicos, procura proporcionar experiências que tentam atuar no sentido colocado por um dos entrevistados: *“é por isso que temo que (...) criar nossa educação, voltada para nossa realidade e nós ser sujeito da história e não ser objeto”* (Coordenador de brigada de 50 famílias).

Educação que não se resume a escola, mas também a educação presente no cotidiano, educação que se recebe no dia a dia, nas reuniões dos núcleos, dos setores e da coordenação, nos encontros e reuniões de formação política, na compreensão da proposta da agroecologia, na compreensão de que também tem direito a um atendimento de saúde de qualidade, de que tem direito a ter moradia digna, escola de qualidade para os filhos, etc.

Assim, pela práxis, pela “reflexão e ação dos homens sobre o mundo” (FREIRE, 2003, p. 38), pela criação da “da realidade (humano-social) (...) pela elaboração da realidade” (KOSIK, 2002, p. 222) as famílias sem-terra, procuram criar condições para superar a contradição opressor-oprimidos, procuram ensaiar uma nova forma de organização da sociedade e acumulando forças em busca de uma sociedade mais justa, procurando fazer das famílias camponesas assentadas sujeitos da sua própria história. Acumulando experiências e forças, pois apenas a organização dos núcleos de forma isolada, não garante avanços sociais como coloca um dos coordenadores da brigada de 50 famílias:

*na questão da organicidade, a organicidade por si só não é suficiente. É necessário ter organicidade e ter consciência do que tá acontecendo, quem é nosso inimigo de fato. Agora pra nós saber que existe um inimigo é*

*simples, o mais complicado é derrotar o inimigo. Você estar abraçado com o companheiro não significa que você ta derrotando o inimigo.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Tive um chão (mas já faz tempo)  
todo feito de certezas  
tão duras como lajedos.*

*Agora (o tempo é que fez)  
tenho um caminho de barro  
umedecido de dúvidas.*

*Mas nele (devagar vou)  
me cresce funda a certeza  
de que vale a pena o amor*

*Thiago de Mello*

A compreensão do papel dos núcleos de base na construção de formas de cooperação e da organização política nos assentamentos rurais foi a intenção central da pesquisa. Primeiramente destacamos a compreensão do campesinato através dos autores clássicos e o debate sobre a sua metamorfose em agricultores familiares.

A partir dos estudos, verificamos que o conceito de agricultor familiar retira do camponês a dimensão política, de classe, de resistência do campesinato, pois mesmo se referindo ao mesmo sujeito, o primeiro conceito destaca prioritariamente a dimensão econômica, enquanto que o segundo dá visibilidade à histórica resistência dos trabalhadores na terra.

Destacamos a organização do campesinato através dos movimentos sociais e dentre eles o MST, sujeito coletivo/político central nesta pesquisa, considerado o maior e mais ativo movimento social da história recente do Brasil. O MST inova no conteúdo, traz novas dimensões da luta pela terra, esta não é mais apenas pela terra, é também pela viabilização econômica, é a pela saúde, pela educação, por condições dignas de vida, e não acreditando que sozinhos possam conseguir isso, lutam também por transformações na sociedade como um todo. A dinâmica do capitalismo uniu o capital e o latifúndio, o qual não é mais visto como causa do atraso no campo, assim a luta pela terra é também contra o capital. (MARTINS, 1981).

Na luta do MST, a cooperação, como forma de busca pela viabilidade econômica e organização dos camponeses ganha força na década de 1990. O Movimento inova na proposta das CPAs, que estava carregada de conteúdo ideológico e que propõe a coletivização dos meios de produção. Mas a resistência entre as famílias camponesas ao modelo, devido a aspectos socioculturais e a conjuntura da sociedade brasileira, é repensado. Desta forma, na práxis do Movimento visualizamos múltiplas experiências de cooperação e organização das famílias camponesas nos assentamentos, formatos que vão de práticas tradicionais, como troca de dias de serviço, até a parcela dos camponeses

que aceitam o modelo das CPAs e que defendem a forte organização política dos trabalhadores no movimento social.

Na práxis do Movimento e dos assentados evidenciou-se a necessidade de um repensar das propostas de organização da cooperação, assim os núcleos de base, já existentes em vários assentamentos (chamados de núcleos de produção ou grupos de produção – devido a prioridade econômica) são redimensionados e/ou resgatados e repensados, tornando-se a base do MST na discussão da organização política e da produção nos assentamentos. Os aspectos socioculturais ganham força na proposta de organização dos assentamentos em núcleos, pois a proposta inclui a valorização e resgate da cultura camponesa.

Através dos núcleos busca-se criar mecanismos para a manifestação das singularidades de cada família camponesa assentada estimulando a democracia direta e abrindo espaços para cada família se manifestar, estimula o sentimento de “ser o MST”, fortalecendo o comprometimento das famílias com o Movimento. Os núcleos, que combinados com as instâncias de deliberações, coordenações e os setores, desenvolvem uma proposta de democracia direta e representativa. Nesta última há um novo sentido, pois os representantes têm uma ligação direta com os representados. Os representantes são membros da base, estão inseridos nos núcleos, apesar de desenvolverem muitas atividades fora, eles se reúnem especificamente com aqueles a quem representa.

Na cooperação, os núcleos constituem-se importantes espaços educativos, é o espaço de discussão e socialização, que pode impulsionar o desenvolvimento de atividades coletivas. Como exemplo de uma atividade coletiva desenvolvida dentro de um núcleo no Assentamento Contestado temos o

beneficiamento de eucalipto desenvolvido pelo Núcleo Iguaçu. As formas de cooperação podem ou não ser desenvolvidas por um núcleo, assim temos o Grupo Coletivo Dom José Gomes, o qual contendo membros de quatro núcleos de base, desenvolve uma experiência coletiva que possui elementos da proposta das CPAs. A discussão e a prática da agroecologia, que pode ser considerada um forma de cooperação, pois as famílias se reúnem e trocam experiências procurando solucionar os problemas que enfrentam.

Esta pesquisa, tratando-se de um olhar para dentro do MST, ao mesmo tempo em que analisa os Núcleos, tece uma discussão sobre a organicidade do MST, de suas instâncias de deliberação e atividades que desenvolve. Os núcleos são importantes espaços, mas por si só tem ação limitada, tem que ser constantemente estimulados a pensar além do local.

Desta forma destacamos os seguintes aspectos que podem limitar a organização dos núcleos:

- *Conjunturais*: são os que mais pesam aos camponeses assentados ou mesmo contra todos os pequenos agricultores, pois o modelo econômico neoliberal privilegia o mercado financeiro e no setor agrícola o que se convencionou a chamar de agronegócio. A práxis traz novas formas de cooperação, mas a conjuntura adia suas ações.
- *Políticas públicas*: via de regra, as políticas voltadas aos pequenos produtores têm como pano de fundo a visão de agricultor familiar integrado ao mercado, tudo é regulado pelo mercado, que devido ao pouco poder de barganha destes,

normalmente tem ganhos reduzidos ou mesmo acabam por acumular dívidas nos bancos.

- *Cultura camponesa*: há elementos da cultura que são valorizados pelo MST (práticas de trabalho coletivo, plantas medicinais, manifestações culturais, etc), mas o elemento do individualismo do camponês pode ser um sério limitador, o qual já trouxe impedimentos às CPAs. O fator de que os camponeses acreditam que somente através do seu trabalho (e de sua família) conseguirá melhores condições de vida, este sentimento é potencializado pelo modo de produção capitalista. Isto pode fazê-los acreditar que, por exemplo, participar de reuniões é perda de tempo.
- *A organicidade*: esta não pode ser um fim em si mesma, ou pode burocratizar a práxis do MST, deve ser ágil e prever-se que funcione mesmo sem todos os espaços estarem ocupados, os limites à participação podem fazer com que nem todos os espaços estejam ocupados e assim as atividades previstas não sejam executadas. Deve haver um equilíbrio entre a agilidade necessária a certas decisões e a discussão entre a base.

Assim também sintetizamos as potencialidades da organização dos

núcleos:

- *Participação*: a existência de espaços para muitas pessoas se manifestarem já é uma grande potencialidade dos núcleos.

- *Socialização das famílias:* ao aproximar as famílias elas podem perceber seus problemas comuns, as soluções que os outros encontraram e soluções que podem construir coletivamente. Pode, aos poucos, fortalecer a organização política e desenvolverem atividades coletivas.
- *O sentimento de ser MST:* cada militante que desenvolve uma atividade dentro do MST acaba se sentindo parte do mesmo, ao invés da impressão de que o Movimento é apenas a direção ou a liderança que às vezes aparece no assentamento. As lideranças, os coordenadores são seus vizinhos ou ele mesmo, ele contribui no desenvolvimento de uma atividade dentro do assentamento ou no MST, assim o sentimento de “ser MST” aflora nestas famílias.
- *Aspecto educativo:* o espaço de discussão e desenvolvimento de atividades coletivas faz com que os núcleos e instâncias funcionem como um espaço educativo, onde podem colocar suas opiniões e contribuir na construção do assentamento, do MST e da luta pela Reforma Agrária.
- *Sentimento de classe:* as potencialidades dos núcleos criam condições das famílias perceberem seus interesses comuns, e assim perceberem que através de sua organização contrapor-se a interesses contrários aos seus de forma permanente e não apenas ao realizarem uma ocupação, e assim avançarem no processo de (re)criação do campesinato.

As considerações aqui tecidas não podem ser generalizadas, como já colocado o Assentamento Contestado é considerado uma das áreas na qual a participação efetiva no MST é mais forte. Assim torna-se necessário a análise em outros assentamentos para uma real compreensão do papel dos núcleos de base.

Cabem ainda indagações a serem respondidas em outros trabalhos, como: qual o real papel das políticas públicas voltadas à agricultura familiar? Elas são realmente impeditivas da consolidação dos assentamentos rurais ou apresentam possibilidades de contribuírem com o desenvolvimento das famílias camponesas? Quais os elementos culturais que são valorizados? Quais elementos culturais são vistos como entraves ao desenvolvimento da cooperação? Como equilibrar a agilidade que a dinâmica da luta exige com a ampla discussão com a base? A relação entre as discussões atuais sobre educação do campo e a cooperação nos assentamentos pode ser um objeto para futuras pesquisas, uma vez que a educação é um dos caminhos para a revisão do sentido da participação sócio-política e da cultura camponesa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/ANPOCS/Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Jalcione. A busca de autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS. v.6, p.212-229, 1994.

ALTIERI, Miguel: **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Tradução: Marília Marques Lopes. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BERGAMASCO, S. M.; NOLDER, L. A. C.. **O que são assentamento rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos; 301)

BOBBIO, Norberto **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1992.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999a.

BOGO, Ademar. **Novo ascenso na organização da cooperação**. Bahia: abril, 1999b. [não publicado]

BOGO, Ademar. O MST e a Cultura. **Caderno de Formação**. São Paulo, n. 34. Outubro, 2000.

BONIN, Anamaria Aimoré et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar, 1987.

BORGUES, Altamiro. **Venezuela: originalidade e ousadia**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório de Gestão** – exercício 2004. MDA/INCRA, 2005. Disponível na Internet em <<http://mda.gov.br>> acesso em 26/07/2005.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Paraná. **Projetos de Assentamento do Estado do Paraná**. julho, 2004 (não publicado)

\_\_\_\_\_. **Relatório da Ouvidoria Agrária 03/2005**: dados relativos ao período de 01/04/2005 a 30/04/2005. Brasília: MDA, 2005. Disponível em < [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)> acesso em 19/09/2004.

\_\_\_\_\_. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. MDA. Brasília: MDA, 2005. Disponível em < [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> acesso em 02/02/2005.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de Associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em <[www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)> Acesso em 04/04/00.

\_\_\_\_\_. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: MPF/NEAD/IICA, 1999. Disponível em <<http://www.nead.org.br>> Acesso em 18/03/2003.

\_\_\_\_\_. As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST ( período 1989-1999) In: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999) – **Cadernos de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n.8, p. 27-39 n. 8, 1999.

\_\_\_\_\_. A emancipação do Movimento no movimento de emancipação social continuada. In SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P. 233-260.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLKE, Vera. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 133-166.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Administração) UFPR. Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curitiba, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONCRAB - CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA. Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n. 5 .1997.

\_\_\_\_\_. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. **Cadernos de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n.07, nov. 1998.

\_\_\_\_\_. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999) – **Cadernos de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n.8, p. 27-39 n. 8, 1999.

\_\_\_\_\_. Assentamentos: construir uma nova estrutura social no meio rural. In. MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!**. 4º Congresso Nacional – MST, São Paulo, jun. 2000.

\_\_\_\_\_. O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento – **Cadernos de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n.10, 2001.

COSTA, Cyra Malta Olegário da. **Processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a Fazenda Pirituba**. Dissertação ( Mestrado em Engenharia Agrícola) UNICAMP, Faculdade de Engenharia Agrícola: Campinas, 2001.

COTRAMIC. **Estatuto da Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Município de Castro**. Castro, PR; 1997. (não publicado).

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo 2003**. Goiânia: CPT. Disponível em <[www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br)> Acesso em 19/09/2005.

DATALUTA. – **Banco de dados da luta pela terra**. Relatório 2002. Disponível em <<http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera/>> Acesso em 08/11/2003.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Contestado – Lapa – Paraná.** Curitiba: Deser, 2001.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. **Nós, cidadãos:** aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FABRINI, João Edmilson. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia.** Londrina, v.9, n.1, p. 67-78, jan./jun.2000.

\_\_\_\_\_. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** Tese (Doutorado em Geografia) UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia: Presidente Prudente, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Polêmicas de nosso Tempo)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual do campesinato.** 2004. disponível em <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)> acesso em 02/05/2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista del Observatório Social de América Latina.** Año VI, n. 16 enero-abril, p. 273-283, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A práxis coletiva dos sem terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural?. **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre: UFRGS. v.6, p.135-203, 1994.

GERMER, Claus. **A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola.** Seminário de Economia Política da Agricultura, Instituto de Economia – Unicamp, 1996. (não publicado)

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais.** São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sóciopolítica.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (coleção questões da nossa época).

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (coleção questões da nossa época).

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura.** (tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Tradução: Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GRUPO DE CIÊNCIA INDEPENDENTE. **Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos de descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO. In: VARGAS, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Orgs.). **Escrevendo nossa luta, nossa história.** Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003. Pg. 45-55.

HOBBSAWN, Eric **Rebeldes primitivos.** Rio de Janeiro. Zahar, 1970,

KAUTISKI, Karl. **A questão agrária.** Tradução C. Iperoig. 3.ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAUTSKI, Karl. **A questão agrária.** Tradução: Otto Erich Walter Max. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A agricultura familiar:** comparação internacional II: do mito à realidade. Tradução de Frédéric Banzin. Camponas: UNICAMP, 1998;.

LEITE, Sérgio. O estudo dos assentamento rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (orgs.). **Reforma Agrária:** produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994. Pg. 202-215.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: MEAD; São Paulo: Unesp, 2004

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno pára a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (os economistas)

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violênica:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social:** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 11 (2): 97-128, out, 1999.

\_\_\_\_\_. O Dezoito Brumário de Luiz Napoleão. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos.** Tradução José Carlos Bruni et al. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

MARX, K. Manifesto de lançamentos da Associação Internacional dos Trabalhadores  
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega. [1980?]. p. 313-321.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Vol I. Livro Primeiro: O processo de produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. **Além da terra:** cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Cadernos de Formação,** nº 11, São Paulo, MST, 1986.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho:** São Paulo: MST, 1986.

\_\_\_\_\_. Plano nacional do MST – 1989 a 1993. **Caderno de formação.** São Paulo. N. 17, jun. 1989

\_\_\_\_\_. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de formação.** São Paulo. N. 20. Abr. 1993.

\_\_\_\_\_. Questões práticas sobre cooperativas de produção. **Caderno de formação**. São Paulo. N. 21. Mar. 1994.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio!**. 4º Congresso Nacional – MST, Brasília (DF), 7-11 de ago de 2000.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de formação de militantes e da base do MST**. São Paulo: MST, 2001

\_\_\_\_\_. **Os desafios da produção e a organicidade do setor**. São Paulo, fevereiro, 2002. (não publicado).

\_\_\_\_\_. **A reforma agrária que precisamos: vamos debater nos núcleos de base**. MST. Jun. 2003a.

\_\_\_\_\_. **Endereços das cooperativas**. 2003b Disponível em <[www.mst.org.br/setores/concrab14.html](http://www.mst.org.br/setores/concrab14.html)>. Acesso em 30/08/03.

\_\_\_\_\_. **Agenda 2004**. São Paulo: MST, 2004a.

\_\_\_\_\_. A organicidade e o planejamento. **Cartilha de Estudo**. n. 1, abr. 2004b.

NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo e LEITE, Sérgio (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. Pg. 19-68.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” — as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 1987.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia: Presidente Prudente, 2003.

PASQUETI, Luiz Antonio. O MST como uma empresa social. **Integração**: Revista Eletrônica do Terceiro Setor. n.11 – Fev. 2000. Disponível em <[www.integracao.favsp/11](http://www.integracao.favsp/11)>acesso em 22 abr 2004.

PINHEIRO, Sebestião; NARS, Nasser Youssef; LUZ, Dioclésio. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Edição dos autores, 1993.

PORTO, , Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categoriais empíricas. **Cadernos de Sociologia**. v,6, p.76-88, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A: FASE,2000.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos)

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano**: os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987

SCHIMANSKI, Édina. **Formatos organizacionais dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: as CPA's - estudo de caso: Copavi – Paranacity/PR. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR, 1998

SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. (Orgs.) Couto. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1998.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, nº 26, p. 42-80;

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, José Graziano. **Modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. In SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.. p.. 79-129.

SOUZA, Maria Antônia. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação: Unicamp. 1999.

SOUZA, Maria Antônia. Movimentos sociais na sociedade brasileira: lutas de trabalhadores e temáticas sócio-ambientais in: SOUZA, Maria Antônia e COSTA, Lúcia Cortes (orgs.). **Sociedade e cidadania: desafios para o séculoXXI**. Ponta Grossa,: Ed. UEPG, 2005.

STECHER. Heinz. Cooperativismo – uma relação conflitiva entre o econômico e o político. **Cadernos do Ceas**, n. 138, março/abril, 1992.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEFANIAK, Jeaneth Nunes. **Propriedade e função social: perspectivas do ordenamento jurídico e do MST**. Ponta Grossa-PR: UEPG, 2003.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

THOMPSON, Edward P. **Tradicion, revuelta y consciencia de clase**. Traducción castellana de Eva Rodrigues. 2.ed. Barcelona: 1984.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Ed. Unicamp/Trajatória Cultural, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VIA CAMPESINA. **Presentation**. Disponível em <<http://www.viacampesina.org>> Acesso em 30/09/2005.

VIANNA, Gessilda da Silva. **O cooperativismo como alternativa para os assentamentos rurais coletivos dos municípios de Querência do Norte e Paranacity/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia: Presidente Prudente, 2003.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas nos séculos XX**. Melhoramentos: São Paulo, 1984.

---

<sup>71</sup> Segundo BONIN e outros (1987) estavam organizados no Estado do Paraná no início da década de 1980 o MASTRO – Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná; MASTEL – Movimento dos Sem Terra do Litoral do Paraná; MASTEN – Movimento dos Sem Terra do Norte do Paraná e MASTRECO – Movimento dos Sem Terra do Centro Oeste do Paraná.

<sup>72</sup> Como é o caso da COPAVI, no município de Paranacity.

---

<sup>73</sup> Segundo listagem obtida junto ao INCRA havia 16.014 famílias assentadas sendo que destas 14798 famílias foram assentadas pelo Governo Federal; 226 famílias foram assentadas pelo Governo do Estado do Paraná; 225 famílias foram assentadas pela Eletrosul e 765 famílias assentadas em projetos de Colonização. (BRASIL, 2004).

<sup>74</sup> Fabrini (2002) que focaliza sua análise em ações coletivas e comunitárias dos camponeses assentados, fala sobre o início do processo de organização dos núcleos nos assentamentos.

<sup>75</sup> Por exemplo Christófoli (2000) Schimanski (1998); Souza (1999); Vianna (2003) entre outros

<sup>76</sup> As brigadas são a denominação utilizada pelo MST para o agrupamento de vários núcleos, são organizadas brigadas de 50 famílias ( composta por 5 núcleos ) e de 500 famílias ( composta por 10 brigadas de 50 famílias).

<sup>77</sup> Martins (1981, p. 177) coloca que: “Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

<sup>78</sup> As classes acontecem quando os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro “do conjunto de relações sociais”, com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais De modo que, ao final, nenhum modelo pode proporcionar o que deve ser a “verdadeira” formação de classe em uma determinada “etapa” do processo. Nenhuma formação de classe propriamente dita da história é mais real que outra, a classe se define a si mesma em seu efetivo acontecer(...) As classe, neste sentido, não são mais que casos especiais das formações históricas que surgem da luta de classes.

<sup>79</sup> A mais-valia é o valor representado pela diferença entre o preço de venda de uma determinada mercadoria e a remuneração que o trabalhador recebe ao produzir essa mesma mercadoria. Para uma análise mais detalhada deste processo a referência obrigatória é *O Capital* de Karl Marx. (MARX, 1988).

<sup>80</sup> Almeida (1994, p. 215) elabora uma classificação sobre as formas de autonomia na agricultura, sendo que são “três grandes espaços de autonomia que correspondem mais ou menos, cada um a sua maneira, ao campo cultural, econômico e político, respectivamente: aquele da *autonomia camponesa*, outro que chamamos de *autonomia-solução*, e um outro da *autonomia com traços predominantemente políticos*. Insistimos no fato que essas autonomias específicas não são totalmente impermeáveis, nem perfeitamente delimitadas”. A primeira forma traz como dimensão essencial, a autonomia da estrutura da produção, a do seu espaço ou território específico e a da gestão do seu próprio tempo de trabalho. Na segunda forma, há um predomínio das soluções locais, sejam individualmente ou em pequenos grupos, estas soluções procuram ser imediatas, acreditam que é impossível resolver os problemas coletivamente em grandes grupos sociais e a autonomia-política é a que procura “articular o econômico *sobre e no* interior do político e social e traz a reivindicação de poder para a sociedade civil em contraposição aos “aparelhos públicos e políticos dominantes” (p. 219)

<sup>81</sup> A Via Campesina segundo informações coletadas na sua página na Internet “es un movimiento internacional que coordina organizaciones campesinas de medianos y pequeños agricultores, de trabajadores agrícolas, mujeres y comunidades indígenas de Asia, Africa, América y Europa. Es un movimiento autónomo, pluralista, independiente de denominaciones políticas, económicas o de otra índole. Está integrada por organizaciones nacionales y regionales, cuya autonomía es celosamente respetada. Está organizada en 7 regiones: Europa, Nordeste y Sudeste de Asia, Asia del Sur, América del Norte, El Caribe, Centro América y América del Sur. La Via Campesina tiene un miembro y colabora con otras organizaciones campesinas en Africa.”. Em maio de 2003, estavam ligadas a ela 89 organizações camponesas nos continentes acima citados. (VIA CAMPESINA, 2005)

<sup>82</sup> José de Souza Martins é considerado um dos principais teóricos do campesinato do Brasil, a partir de 1994, passou a defender o paradigma da agricultura familiar, mas mesmo assim, segundo Fernandes (2003) “sua obra continua sendo uma das principais referências para o estudo do campesinato”.

<sup>83</sup> Essa é a prática dominante nas Organizações sindicais e ONGs no Brasil, mas deixamos claro que existem Sindicatos e ONGs que atuam no sentido de procurar romper com essas práticas.

<sup>84</sup> Wolf (1984) analisa as Revoluções Mexicana (1914), Russa (1917), China (1949), Cubana (1959), Argélia (1956-1961) e a Guerra do Vietnã (1965-75). Já no final do século XX, embora não se caracterizando como uma revolução ou guerra, podemos destacar ao final deste século o levante de Chiapas no México, pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, as manifestações do cocaleiros na Bolívia e o protagonismo na luta pela terra do MST no Brasil.

<sup>85</sup> A polêmica sobre a existência ou não de relações feudais no Brasil teve seu auge aconteceu principalmente durante a década de 1960. Entre os teóricos que se destacaram estão Alberto Passos

Guimarães (1968) e Caio Prado Junior (1977). Ambos eram ligados ao PCB, mas o primeiro seguia as diretrizes oficiais do partido e defendia que os latifúndios eram resquícios feudais e que o proletariado deveria fazer uma aliança estratégica com a burguesia nacional para a realização de uma revolução burguesa estendendo as relações capitalistas a todo o país, somente assim estariam dadas as condições para a realização de uma revolução socialista. Pôr outro lado, Prado Junior que tinha uma posição mais independente dentro do partido defendia que não existiam restos feudais no Brasil pois este já nascera sobre a sombra de relações mercantis no nascente capitalismo, este é um debate que até os dias atuais não se chegou a um consenso.

<sup>86</sup> *Terra de trabalho*, assim como *terra de negócio* são conceitos elaborados pôr Martins (1980, p. 58) ao desenvolver estudos na Região Amazônica, sendo que possuem respectivamente “o sentido de terra para trabalhar e terra para explorar”. Ambos tem como fundo a propriedade privada, mas o primeiro é a propriedade familiar e o segundo e a propriedade capitalista.

<sup>87</sup> O Banco da Terra propõe uma negociação direta entre o latifundiário o agricultor sem terra, numa política que os movimentos sociais denunciaram como *Reforma Agrária de Mercado*. Entendendo a Reforma Agrária como uma política pública, analisamos que não pode existir uma Reforma Agrária de Mercado. A proposta do Banco da Terra pode ser vista muito mais como um prêmio aos latifundiários, que tem a possibilidade de se livrarem de suas piores terras a preços que nunca alcançariam no mercado do que uma política pública que realmente beneficie os setores mais necessitados. Os problemas apresentados pelo programa foram inclusive utilizados para solicitação ao Painel de Inspeção do Banco Mundial (instrumento utilizado pelo Banco Mundial para avaliar suas políticas) por parte do Fórum Nacional pela Reforma Agrária de uma inspeção no programa. Inspeção que foi barrada pelo Governo Brasileiro.

<sup>88</sup> Exemplos de setores da esquerda que aceitam esta visão de agricultura familiar estão a FETRAF-SUL e a CONTAG.

<sup>89</sup> Gohn (1997) subdivide os Paradigmas Europeus em Marxista e dos Novos Movimentos Sociais.

<sup>90</sup> Lembrando que a concepção oficial no PCB era de que no campo brasileiro predominavam relações feudais, essas posições eram representadas pelas análise de, entre outros, Alberto Passos Guimarães, vide [nota de rodapé nº 15, página 39 deste trabalho](#).

<sup>91</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre os movimentos de luta pela terra ao longo da história do Brasil ver Fernandes (2000); Oliveira (1996); Medeiros (1989) entre outros.

<sup>92</sup> A barraca feita com lona preta (por ser o material com custo mais acessível) tornou-se a marca dos acampamentos do MST, mas em vários locais são utilizados outros materiais, como a Palha na Região Norte.

<sup>93</sup> Para maiores detalhes sobre as formas de formatos de organização do MST, vide Stédile e Fernandes (1999); Fernandes (2000) e MST (2004a).

<sup>94</sup> Ao referirmo-nos à “organização do MST” estaremos falando dos militantes que ocupam funções nas direções e coordenações do MST, por outro lado ao falarmos das famílias assentadas e do MST como um todo, estaremos nos referindo a todas as pessoas com ele envolvidas, da mesma forma que o termo Movimento, grafado com maiúscula estará se tratando do MST.

<sup>95</sup> A CONCRAB, foi fundada em 1992 com a finalidade de representar nacionalmente as cooperativas organizadas pelo MST, em oposição a OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, ligada a setores conservadores contrários à Reforma Agrária.

<sup>96</sup> Para uma discussão sobre os princípios organizativos do MST, consultar Stédile e Fernandes (1999, p. 31-56)

<sup>97</sup> Talvez seja esta uma das causas do distanciamento do PT com sua base e que fez sua direção cair no lugar comum da política nacional e que recentemente foram alvo de denúncias e que acarretaram nas CPMIs do “Correio” e da “Compra de Votos”, além das investigações da Política Federal.

<sup>98</sup> Histórico militante da Reforma Agrária é Ex-Deputado Federal Constituinte, Promotor Público e Consultor da FAO, participou como deputado da tentativa da implementação das Reformas de Base (entre elas a Reforma Agrária) do Governo João Goulart (1962-1964).

<sup>99</sup> Entre os “socialistas utópicos” que mais se destacaram estão Saint-Simmon, Charles Fourier, Ferdinand Lasalle e Robert Owen.

<sup>100</sup> Kautsky (1980) faz uma análise sobre o cooperativismo no século XIX, trazendo um relato sobre o funcionamento da cooperativa de Rochdale.

<sup>101</sup> As cooperativas de trabalho se propagam pelo país na década de 1990, como as de reciclagem de lixo e prestação de serviços, em alguns casos essas cooperativas são muito mais “fachadas” para evitar encargos trabalhistas, pagar salários menores e obrigar os trabalhadores a arcarem com eventuais prejuízos que o negócio venha eventualmente apresentar.

---

<sup>102</sup> Clodomir Santos de Moraes, formado em Direito, foi organizador e assessor das Ligas Camponesas nos anos 60, eleito deputado federal e cassado em 1964. No exílio, foi funcionário da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e as discussões contidas neste material eram fruto da pesquisa realizado no doutorado que o mesmo estava fazendo na República Democrática Alemã. Hoje é professor da Universidade Federal de Rondônia e professor visitante da Universidade Autônoma de Chapingo no México. (Cf. BRENNEISEN, 2002, p. 73).

<sup>103</sup> Artigo 5º XVIII da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998).

<sup>104</sup> Para uma análise mais detalhada sobre os LOCs ver entre outros: SOUZA (1999) e BRENNEISEN (2002) e para uma visão atual deste método a partir da ótica do MST ver STÉDILE e FERNANDES (1999).

<sup>105</sup> Para uma discussão acerca das diversas formas de cooperação praticadas em assentamentos vide SOUZA(1999); CARVALHO (1998); CONCRAB (1997).

<sup>106</sup> Para uma discussão sobre este curso vide Menezes Neto (2003). Recentemente o MST promove, em convênio com diversas universidades, cursos de graduação em Pedagogia e Agronomia específicos para trabalhadores assentados e também já promoveu, através da Concrab, em convênio com o Iterra, Unisinos e Unb, Curso de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas (CEACOOOP) e outros cursos que foram desenvolvidos a partir após estas experiências.

<sup>107</sup> Como exemplo de cooperativa que alcançaram expressiva importância regional temos a COOPEROESTE (Sede em São Miguel do Oeste/SC) que conseguiu se estruturar e envaza leite longa vida sob a marca “Terra Viva” que pode ser encontrada em muitos Supermercados, principalmente na Região Sul do Brasil.

<sup>108</sup> Este documento o MST sintetiza um quadro com as principais diferenças entre cooperativismo tradicional e o cooperativismo alternativo proposto pelo MST, este quadro pode ser consultado na publicação citada (CONCRAB, 1997) bem com já foi reproduzido em diversos trabalhos acadêmicos. (como SOUZA, 1999, FERNANDES, 2000 e outros.).

<sup>109</sup> Segundo o I Censo de Reforma Agrária apenas 7,65% dos assentados participavam de cooperativas (SCHIMIDT, MARINHO, ROSA, 1998) na época em fins de 1996 e início de 1997. Época em que a proposta das CPAs ainda era muito discutida nos assentamentos.

<sup>110</sup> Embora aparentemente homogêneo, os sem-terras apresentam uma grande diversidade de origem pois neste grupo há pequenos ex-arrendatários, pequenos posseiros, minifundiários, filhos de pequenos proprietários que tem dificuldades da manutenção da família em sua propriedade, trabalhadores rurais assalariados e incluindo trabalhadores urbanos que já possuem experiência agrícola e em alguns casos até quem não possui experiência agrícola mas deseja tentar a vida no meio rural.

<sup>111</sup> O autor é membro da CONCRAB e este trabalho é sua dissertação de mestrado defendida na UFPR.

<sup>112</sup> O autor é pesquisador e assessor de movimentos sociais, com destaque para o MST.

<sup>113</sup> Segundo divulgação na página da Internet do MST em 2004, estão organizadas 60 CPAs (MST, 2004b) em um universo de pelo menos 5750 assentamentos até 2001) (DATA LUTA, 2002).

<sup>114</sup> Nas regiões Nordeste e Norte, há uma maior aceitação da criação de agrovilas estimuladas por fatores como o acesso à água (Nordeste) e distâncias (Norte), mas da mesma forma predomina os lotes individuais mesmo que a casa não esteja sobre ele.

<sup>115</sup> Como coloca Rech (2000), o Estado no Brasil atuou de forma a inibir as iniciativas de organização popular autônomas.

<sup>116</sup> Vide Bogo (2000).

<sup>117</sup> Entre 3 e 7 de novembro de 2004 o MST realizou em convênio com a UFPE em Recife/PE a II Semana Nacional da Cultura, também promoveu de 17 a 21 de novembro de 2004, junto com o Governo do Estado do Paraná o Festival de Música Camponesa Latino Americana na Cidade de Curitiba/PR.

<sup>118</sup> A INCEPA é uma das maiores fabricas de cerâmicas, pisos e revestimentos do Brasil, está situada em Campo Largo, a partir de 1999, foi adquirida pelo Grupo Roca de origem espanhola. [www.incepa.com.br](http://www.incepa.com.br) acesso em 30/09/3005.

<sup>119</sup> Localizado entre Paraná e Santa Catarina “...foi uma luta de camponeses sem terras, posseiros e pequenos proprietários, que durou três anos e chegou a ser caracterizado pelas forças

governamentais como uma guerra (...) tinha a presença de trustes do capital estrangeiro na construção de uma ferrovia (...) a luta mobilizou vinte mil camponeses e metade do efetivo do Exército brasileiro foi convocado para exterminá-los” (GOHN, 1995,p. 71).

<sup>120</sup> Segundo informações dos militantes nos últimos Encontros e Reuniões do MST, os núcleos de base ocorreram discussões para que os núcleos de base passem a ser chamados de núcleos de famílias é ainda uma discussão preliminar e ainda não está documentada.

<sup>121</sup> Monge José Maria: foi um dos monges que passaram pela Região Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. Foi uma das principais lideranças na Guerra do Contestado.

<sup>122</sup> Margarida Alves: Líder sindicalista do município de xxxx na Paraíba, foi assassinada em 1982.

<sup>123</sup> *Che Guevara*: revolucionário argentino, um dos principais nomes da Revolução Cubana de 1959, atuou em diversos movimentos guerrilheiros em países da África e América Latina, assassinado pelo exército boliviano em 1967. *Roseli Nunes*: militante do MST, atuou na ocupação da Fazenda Anoni no Rio Grande do Sul, e ficou conhecida por ser uma das personagens principais do documentário “Terra para Rose”, mãe a primeira criança que nasceu no acampamento. Logo após a filmagem do documentário faleceu após ser atropelada numa manifestação em um acidente que nunca foi bem explicado. *Eduardo Aghinoni*, irmão de Celso Aghinoni, liderança do MST na região noroeste do Paraná, foi assassinado dentro da casa do irmão durante uma visita, os indícios levam a crer que Eduardo Aghinoni, morreu no lugar do seu irmão. *Sepé Tiaraju*: líder guarani que lutou contra a expulsão dos índios de suas terras no Rio Grande de Sul no século XVI após a assinatura do Tratado de Madri, que mudava a divisão do novo mundo entre os Reinos de Portugal e Espanha. *Gabriel Kass* criança que faleceu em 2000 durante acampamento realizado por cerca de 6 meses em frente ao Palácio Iguazu – sede do Governo do Estado do Paraná em Curitiba.

<sup>124</sup> O Grupo Iguazu está situado próximo as margens do Rio Iguazu, daí a origem do Nome.

<sup>125</sup> O Grupo Lagoão possui esse nome pois a origem das primeiras famílias deste núcleos é de uma localidade com essa denominação no próprio município da Lapa.

<sup>126</sup> *Dom José Gomes*: 1921-2002 – Bispo Emérito da Diocese de Chapecó em Santa Catarina, exerceu um importante apoio aos movimentos sociais nesta região e no Brasil como um todo.

<sup>127</sup> Campo de sementes, é uma lavoura na qual sua produção será destinada do plantio e não ao consumo. A produção da própria semente é uma característica cultural dos camponeses que foi se perdendo com a introdução das sementes híbridas, altamente produtivas mas que necessitam da aquisição do pacote tecnológico completo ( fertilizantes e agrotóxicos) para terem uma produção satisfatória, Dado a necessidade de aquisição de insumos é uma lavoura com alto custo de produção.

<sup>128</sup> Para uma discussão sobre os interesses as empresas de agrotóxicos e as conseqüências do seu uso ver Pinheiro, Nasr e Luz (1993).

<sup>129</sup> Existem várias “escolas” de agricultura alternativa: biodinâmica, orgânica, natural, biológica, alternativa, agroecológica, permacultura e sustentável, cada qual com seus princípios, mas possuem em comum a não utilização de insumos químicos. Para uma discussão sobre essas diferenças ver Khatounian (2001).

<sup>130</sup> Como marco desta discussão sobre os problemas ecológicos está a ECO 92. Conferência patrocinada pela ONU e que aconteceu no Rio de Janeiro e que provocou o debate sobre os problemas ambientais que o mundo estava vivenciando.

<sup>131</sup> “O grupo de transgênicos do ISP [ Independent Science Panel – Grupo de Ciência Independente] está integrado por cientistas que trabalham em genética, ciências biológicas, toxicologia e medicina, e por representantes da sociedade civil preocupados com as conseqüências nocivas das modificações genéticas de plantas e animais e com as tecnologias vinculadas, e sua rápida comercialização na agricultura e na medicina sem o devido processo de uma adequada avaliação científica e de consulta e consentimentos públicos.”(GRUPO CIÊNCIA INDEPENDENTE, 2004, Apêndice.).

<sup>132</sup> **A Economia Solidária é** (vou colocar uma definição baseado no Singer)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)